

Pedro Fraga Vianna

Folhas-primas
Debate sobre o significado de *Raízes do*
Brasil

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em História Social da Cultura
do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marcelo Gantus Jasmin

Rio de Janeiro
Abril de 2018

Pedro Fraga Vianna

Folhas-primas
Debate sobre o significado de *Raízes do Brasil*

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcelo Gantus Jasmin

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. André Pereira Botelho

Departamento de Sociologia e Antropologia – UFRJ

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Pedro Fraga Vianna

Bacharel e Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2015. Bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio entre 2011 e 2013.

Ficha Catalográfica

Vianna, Pedro Fraga

Folhas-primas : debate sobre o significado de Raízes do Brasil / Pedro Fraga Vianna ; orientador: Marcelo Gantus Jasmin. – 2018.
141 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2018.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Raízes do Brasil. 4. Sérgio Buarque de Holanda. 5. Antonio Candido. 6. Democracia. 7. Radicalismo. I. Jasmin, Marcelo Gantus. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Devo a tantas pessoas que não há como ser grato.

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor e orientador Marcelo Jasmin. Por sua permanente presença nas minhas sucessivas formações, desde a graduação, pela irretocável conduta em tudo que faz e a influência no modo pelo qual percebo a vida passar. É um privilégio acompanhar seu trabalho e dividir com ele ao menos um.

À PUC-Rio e a seu Departamento de História. Ao sexteto Anair dos Santos, Cláudio Araújo, Cleusa Silva, Edna Timbó, Moisés Leitão e Igor Martins, pela excelência. Agradeço a todos os meus professores quando cito Christian Lynch, Pedro Castelo Branco, Sérgio Barra e, especialmente, Diego Galeano. A Henrique Estrada Rodrigues e Luiz Costa Lima, que suportaram a qualificação do projeto.

Aos amigos, inumeráveis, agradeço por não haver como mencioná-los. Aos que também são colegas, Ana Carolina Medeiros, Gustavo Simi, Lille Formigli, Lucas Pedretti, Nayara Fernandes, Paulo Cardoso e Priscila Oliveira. A Helio Cannone, pelo exemplo. A Igor Valamiel, pela perplexidade. A Matheus Targuêta, pela amizade que não cansa. A Renato Ferraz, meu caríssimo vizinho de mestrado e de indignação.

Aos professores, desde a Tia Cida. Ao *Professor*, Álvaro Penalva, pelas razões que sabe. Àqueles de quem fui ou sou professor. Ao Primeiro Ano, pela saudade enorme, que infelizmente não é a maior que sentimos. À turma que “não passava se fosse minha”. À Turma da Ana, pela acolhida. Aos pequenos do Copavi. A João Arthur, um colega. A Daniel, Loan, Amanda e Pira, pelas lonjuras por onde andam.

Às minhas famílias, uma floresta genealógica. Sei que todos sentem meu carinho quando abraço os galhos que me prendem a tantas árvores – Cristina, Luiz, Renata e André. A quem mais devo na vida, Nove, Babica e Gigi.

À minha sempre orientadora, que se emocionou demais ao ler nosso primeiro trabalho. Quando meu filho nasceu Antônio, alguém veio atribuir o nome a um apreço por Antonio Candido. Fosse o caso, nasceria Margarido – ou Guido. Margarida de Souza Neves e todos os queridos do Núcleo de Memória da PUC-Rio me fazem bem.

A um, em especial: eu gostaria de escrever uma palavra completa, que representasse o que sinto pela vida e pela memória de Ricardo Benzaquen. Não posso.

Aos dois: Carol e Antônio fizeram tudo que puderam para que eu não trabalhasse e foram, sem dúvida, os principais inimigos das minhas horas de ocupação. Merecem o melhor reconhecimento que eu tenha, a gratidão de todas as horas e tudo que eu possa fazer para ocupá-los de mim. O nosso amor aumenta.

Resumo

Vianna, Pedro Fraga; Jasmin, Marcelo Gantus. **Folhas-primas: Debate sobre o significado de *Raízes do Brasil***. Rio de Janeiro, 2018. 141 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho interpela *Raízes do Brasil* e sua fortuna crítica mais recente, orientando-se pelo fio da polêmica a respeito do significado democrático e radical que Antonio Candido leu na mensagem do livro. O objetivo da dissertação é contribuir para o debate sobre a autenticidade dessa leitura, seja em referência ao próprio ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, seja aludindo ao comentário de Antonio Candido.

Palavras-chave

Raízes do Brasil; Sérgio Buarque de Holanda; Antonio Candido; democracia; radicalismo; Pensamento Social Brasileiro.

Abstract

Vianna, Pedro Fraga; Jasmin, Marcelo Gantus (Advisor). **Best Leaves: Debate on the meaning of *Raízes do Brasil***. Rio de Janeiro: 2018. 141 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation addresses *Raízes do Brasil* and its most recent critical fortune, regarding the democratic and radical meaning that Antonio Candido read on the book's message. Our purpose is to contribute to the debate over the authenticity of this reading, in relation to the essay itself or to the correspondent commentary.

Keywords

Raízes do Brasil; *Roots of Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda; Antonio Candido; democracy; radicalism; Brazilian Social Thought.

Sumário

1. Introdução	9
2. Capítulo 1	14
2.1. Seção I	14
2.2. Seção II	24
2.3. Seção III	56
3. Capítulo 2	67
3.1. Seção I	67
3.2. Seção II	76
3.3. Seção III	118
4. Conclusão	131
5. Referências Bibliográficas	134

1.

Introdução

Este trabalho interpela *Raízes do Brasil* e sua fortuna crítica mais recente, orientando-se pelo fio da polêmica a respeito do significado democrático e radical que Antonio Candido leu na mensagem do livro. O objetivo da dissertação é contribuir para o debate sobre a autenticidade dessa leitura, seja em referência ao próprio ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, seja aludindo ao comentário de Antonio Candido.

Dividiram-se dois capítulos. O primeiro realiza uma interpretação sobre o argumento que o comentador firmou para dar a entender o significado de *Raízes do Brasil*: em prefácio à quinta edição, de 1969, Candido dispõe a obra ao lado de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., que teriam produzido juntas um movimento notável na cultura e portanto na história do país.

Já o segundo capítulo, dedicado a ler em pormenores o ensaio de Sérgio Buarque, compara a primeira versão textual com as revisões efetivadas pelo autor. A comparação vem sendo sistematizada pelas pesquisas que, ao por em dúvida a memória e a história consolidadas em torno da formulação de Candido, procuram sofisticar o entendimento sobre o texto original de 1936 e os andamentos verificados a partir daí.

O plano de trabalho termina com uma pequena conclusão. Ela evidentemente não encerra as demandas, mas apresenta as últimas considerações a que pude chegar. A matéria, de fato, não é pequena e menos ainda fácil. Nela estão em questão as intenções de uma figura ímpar do Pensamento Social, transmitidas por outra e estudadas com propriedade por extensas e qualificadas tradições acadêmicas. Tamanho enredamento cobra soluções menos assertivas que aproximativas. Preferir fazer uma sondagem não é acatar falhas nem declinar o desafio, mas concordar com a menor imperfeição dos resultados inacabados do procedimento.

Uma das maiores dificuldades impostas à pesquisa histórica é a necessidade de lidar com características instáveis. Não há nem deveria haver uma identidade estática de Sérgio Buarque de Holanda, ou sequer de *Raízes do Brasil*, que tem quatro edições revistas sobre a primeira. Também suas análises por Antonio Candido não estão imunes ao tempo. Podemos contá-las às dezenas, transmutadas ao longo das mesmas oito décadas da existência do título. Para não falar de duas carreiras ecléticas, que influenciaram um sem-número de trabalhos e de outras trajetórias de grande importância.

Entre tantos elementos oscilantes, porém, o que tem recebido realmente mais atenção é a reescrita de *Raízes do Brasil*. A literatura especializada vem timbrando que as alterações promovidas ao longo das reedições foram espessas, mas acabam prensadas e negligenciadas sob nome da obra, que a torna uma só. Não seria descabido remeter essa prudência sobre o nome – e sobre o nomear – ao problema da “ilusão biográfica”¹ – ou bibliográfica. Luiz Feldman, ao emprestar de Quentin Skinner a noção de “mito da coerência” e completar a censura às interpretações unívocas, acerta ao resumir sua principal investigação sobre *Raízes do Brasil* chamando-o, pois, “clássico por amadurecimento”².

Tal emblema propõe rever outro, exatamente o de Antonio Candido, que crismou “um clássico de nascença”³. A opinião de Candido, com a prerrogativa da melhor posição e da maior publicidade, discorreu sobre o texto como se fosse um e talvez tenha dado a ver um clássico sem diferir as dinâmicas interna e externa a ele, fazendo apagar ou deixando perder elementos proveitosos.

O contraponto a esse discurso de coerência biográfica e bibliográfica tem sido feito principalmente pelo exame da passagem entre a primeira e a segunda edição, de 1948, como teremos oportunidade de repassar. E o projeto que se conclui aqui procurou acompanhar essas mudanças e permanências do texto de *Raízes do Brasil* ao lado das mudanças e permanências

¹ - BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” (*l'illusion biographique*, 1986). In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

² - FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento**: estudos sobre *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

³ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

dos paratextos de Antonio Candido, já que eles menos ou mais se confundem na enunciação da tal mensagem política radical – confusão que cumpre discernir.

O enorme valor atribuído ao primeiro livro de Sérgio Buarque de Holanda, livro que portanto vai acumulando autores à sua assinatura, parece ser muito mais fundo e relevante do que as reedições puderam alcançar, e até anterior ao gesto revisor, se for possível demonstrá-lo. É na discussão sobre a pertinência dessa representação que o significado do clássico também pode ser discutido.

O tema, portanto, põe em jogo a posição e a condição de *Raízes* entre o que de mais importante se pensou e pensa sobre o Brasil. Toca, ainda que de resvalo, as representações do país e o amplíssimo tema do nacional. É o tema que, por uma perspectiva, sincroniza conosco os lançamentos do livro, em 1936, de *Casa-grande & senzala*, em 1933, e de *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942. E também é o tema que, em outra visada, coloca em diacronia esses lances e os inúmeros desdobramentos que vem dar nos nossos. Este trabalho tem, em seu fundo, o Brasil como problemática do pensamento e da representação.

O estudo, portanto, só pode ser situado entre histórias da historiografia em sentido propositalmente amplo. Essa é não só uma perspectiva teórica, mas um atributo do conteúdo estudado. Os escritos em tela são, cada qual em suas medidas, escritas da história. Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e os demais autores convocados, seja como debatedores, seja como personagens debatidos, cada um tem alguma relação de semelhança e de pertencimento com a figura do historiador. Por isso, o projeto aborda teoria da história, no conteúdo e na interrogação sobre ele.

Mas não se justificaria limitar-se à comarca da historiografia. Mais grave que uma conveniência, a justificativa seria uma amputação. *Raízes do Brasil*, bem como *Casa-grande & senzala* ou *Formação do Brasil contemporâneo*, ou ainda uma numerosa lista de outros títulos, mais as suas fortunas críticas, todos podem integrar um ou mais campos acadêmicos interdisciplinares, nomeados, por exemplo, Pensamento Social Brasileiro, ou Pensamento Social no Brasil.

O Grupo de Trabalho junto à Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), formado a partir dos anos 1980,

chama Pensamento Social no Brasil, pela posição marcada em face da opção “Brasileiro”, que nacionaliza o caráter do próprio pensamento. O que talvez pareça de todo irrelevante é, a bem da verdade, uma alternativa de longa data da cultura nacional, entre um conhecimento construído no lugar, mas com amplitude universal, e um conhecimento que tem o Brasil por universo possível ou desejável.

São muitas as diferenças de entendimento concorrendo para procriar instituições e matérias de debate, como Pensamento Político Brasileiro, Pensamento Político-Social Brasileiro, Pensamento Político e Social Brasileiro, Interpretações do Brasil, entre muitas outras. Cada um desses conceitos alternativos é “índice” e “fator” de uma específica forma de entender o campo e sua respectiva questão⁴. Descontados os casos em que essas alternâncias sejam equívocas ou cosméticas, variam de uma nomenclatura para outra os limites e os integrantes do campo-questão, com seus próprios textos, contextos, teorias, personagens e instituições. Na verdade, mais do que a uma disputa por apropriação de um só espaço, os conceitos distintos correspondem a campos disciplinares e científicos diferentes ou mesmo separados, quando não divorciados.

É por isso que não bastou lembrar a condição interdisciplinar do objeto pesquisado, mas tratá-la como uma dúvida. Afinal, onde pode ser posicionado Sérgio Buarque de Holanda entre territórios e fronteiras de pensamento que se formam e transformam continuamente, inclusive no cruzamento com a sua obra? Questão intrincada, porque algumas das avenças e desavenças disciplinares foram provocadas, direta ou indiretamente, pelo que o autor ajudou a determinar. Questão intrincadíssima, ainda, porque as atuais propostas de interdisciplinaridade não podem ser imediatamente imputadas àquelas obras e a seus tempos.

⁴ - É possível entender o campo como forma de conceituação, que simultaneamente provoca e resulta da experiência que designa. Para mobilizar um vocabulário de convenção, uso “índice” e “fator” no sentido forte da terminologia de KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manoel Luís Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 134-146. 1992.

São muitos os cuidados que precisam ser observados ao longo da leitura de *Raízes do Brasil*, o que já ajuda a indicar a dimensão do ensaio – em cada uma e em qualquer das edições. De resto, só posso me desculpar pelas incapacidades que entravaram o melhor aproveitamento da pesquisa. Lamento os desperdícios e as irrelevâncias que se encontrarem em um projeto que se conclui aberto – aberto pelas dúvidas multiplicadas, aberto pelas perplexidades que não cabem ou que eu não soube confinar no formato exigido, aberto pela inspiração de pensamentos mais interessantes do que as minhas impressões.

2.

Capítulo 1

2.1.

Seção I

Antonio Candido de Mello e Souza manifestou, em um ensaio interpretativo intitulado *O significado de Raízes do Brasil*, um argumento que situava o título de Sérgio Buarque de Holanda junto a outras duas obras e seus autores:

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., publicado quando estávamos na escola superior⁵.

O comentário, datado de dezembro 1967, foi estampado apenas dois anos depois, como prefácio à quinta edição de *Raízes*, que voltava a sair pela José Olympio, agora em sua última variante textual. O novo prefácio, acrescido de um *post-scriptum* em 1986, passou acompanhar todas as edições brasileiras desde então.

O significado incorporou-se ao livro de Sérgio Buarque, e precisamente à versão definitiva, depois de diversas modificações sobre as linhas originais de 1936. A interpretação, então incorporada, assumiu lugar especialíssimo na leitura e, em razão do seu teor comparativo, passou a projetar um modo de ler também *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil*

⁵ - CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 355.

contemporâneo, uma projeção que chega a ser feita de lugar-comum, mas não deixa de esconder muitos meandros.

O capítulo pretende apresentar seu estudo acerca desse que tem sido ponto de passagem obrigatório para os trabalhos sobre *Raízes do Brasil*. O texto de Antonio Candido carrega o mais conhecido retrato intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, invariavelmente aproveitado para guarnecer também as imagens de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, por óbvio. Uma referência de tamanha repercussão, nascida de um prefácio, há cinquenta anos, surpreende o leitor e incita a dúvida: o que *são*, juntos, Buarque, Freyre e Prado?

Já é difícil precisar o *substantivo* que o responda. Trio, tríade, trilogia, trinca, tripé, trindade, os termos geralmente recorridos parecem equivaler. Todos eles evidenciam o numeral e preservam, na forma, tanto a uniformidade do conjunto quanto a singularidade das partes. Não é impossível revezar essas palavras sem prejuízo prático, mas a rigor elas não são intercambiáveis. “Trindade”, por exemplo, permite encantar os três autores com uma aura que decididamente não existe em “tripé”.

“Falcatrúia”, “marco monumental”, “mantra”, “paradigma”, “engodo”, cada palavra conceitua valores distintos e, em vez de discuti-los em abstrato ou de chamar os três por qualquer nome, é preferível analisar os sentidos em concreto que foram dados a esses epítetos. São marcadores dos diferentes pareceres sobre o ponto de vista de Antonio Candido e, conseqüentemente, dos diferentes pontos de vista em relação à proeminência que deva caber a esses ou outros livros, especialmente ao de Sérgio Buarque.

O próprio Candido chamou o seu destaque de “grande trio”, no *post-scriptum* de 1986. É interessante notar que na primeira ocasião, em 1967, Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque eram, sobretudo, “três livros”. Não havia, apesar de todas as aproximações entre eles, uma unidade tão coesa a ponto de se conformar com uma expressão substantiva. O adendo naturalizou a metonímia que expande as obras para as autorias e aquiesceu numa complementaridade maior, reverberando o bom recebimento que teve o próprio ensaio-prefácio.

A noção de manutenção que o escrito sustenta – “Hoje continuo achando o mesmo e mais alguma coisa”⁶ – não é a mais adequada para descrever os apuramentos ocorridos, porque não houve mera adição. Mais do que repetir e expandir opiniões, Antonio Candido enfatizou-as, com transigências, atento e disposto aos diálogos críticos.

Suas análises foram consolidando o principal discernimento de *Raízes do Brasil*, curiosamente ao agregá-lo a um intertexto e a um contexto que o enredaram de modo permanente. A interpretação realizada é uma peça autoral verdadeiramente criativa. Wanderley Guilherme dos Santos afrontou exatamente os efeitos que essa criatividade teve sobre a efígie de Sérgio Buarque de Holanda. A provocação do cientista político aproxima-se da tônica dos comentadores mais recentes, e por isso vem sendo bastante lembrada, como agora:

“Sérgio Buarque de Holanda? O de *Raízes do Brasil* é uma invenção de Antonio Candido. O Sérgio da *História Geral da Civilização Brasileira* é muito bom, mas não é esse que se vende por aí”.⁷

A suspeição de que o resenhista tenha extrapolado indevidamente os significantes resenhados sofre hoje, porém, uma inflexão. Como foi dito, suspeita-se que o retorno ao primeiro *Raízes* acusaria um projeto político mais tarde renegado por Sérgio Buarque, um ideário pouco condizente com aquele que Antonio Candido, ao se valer somente da versão textual revista, teria compactado e feito parecer único.

Todas essas interlocuções acadêmicas são mais comentadas na próxima seção, mas desde já se impõe a advertência para que não se presuma acriticamente o escritor radical e progressista, coautor daquela prodigiosa obra coletiva prestada à cultura nacional:

⁶ - *Idem*. “Post-scriptum” (1986). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 370.

⁷ - Declaração a GASPARI, Elio. Uma cabeça que bate contra a maré: Wanderley Guilherme dos Santos, elitista e marginal, vencedor de causas perdidas. *Veja*, São Paulo, 18 mai. 1994.

“Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos “patriarcais” e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal”⁸.

As linhas de *O significado* exaltam os novos temas, princípios e seus impactos transformadores, mas os descrevem em certa economia de generalização. A exposição do prefácio, introdutória, pretendia ser ao mesmo tempo sucinta e suficiente, certa, distanciada dos detalhes que obscurecessem o aspecto geral. Parece inegável que o grupo seja constituído também das tantas diferenças entre as obras, divergências mesmo, que se complementavam na “trilogia” de uma visão ampla e complexa⁹, ou na “divisão intelectual do trabalho” de um tripé¹⁰. Essa parte da resposta é verdadeira e útil, porque evita a obsessão de encontrar unidades que ou simplesmente não existem ou são tão frágeis quanto insignificantes.

O mais consistente conteúdo comum aos “três livros”, com efeito, parece estar fora de qualquer um deles. Encontra-se, se lermos *Candido*, no contraste com ideias dominantes de uma tradição aparentemente sólida, que os próprios livros acossavam ao perscrutá-la. Alberto Torres e Oliveira Viana seriam, assim, os representantes de expressões não só anteriores no tempo físico, mas *ultrapassadas* e *evoluídas* no tempo cultural, político e social. Mais do que a bifurcação entre o antigo e o novo, entre o atraso e o progresso, ou ainda entre a direita e a esquerda, o prefácio põe em avanço *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*.

As obras, tal como intermediadas pelo intérprete, revestem-se de uma extraordinária grandiosidade. Não são somente demonstrações ou transparências dos movimentos profundos da história brasileira, mas os próprios moventes que produzem a guinada radical daquele período. Segundo o texto,

⁸ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Org. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo, 2016 (1936)., p. 358.

⁹ - GOMES, Ângela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de *Casa grande e senzala*. **Remate de Males**, Campinas, n. 20, p. 47-57. 2000., p. 47.

¹⁰ - RICUPERO, Bernardo. “História e política em *Formação do Brasil contemporâneo*”. In: PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1942)., p. 419.

desfecham o processo histórico pelo qual o moderno rompe a tradição, suplantando-a. De acordo com as palavras,

são estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo¹¹.

É notável, na avaliação sobre as dimensões políticas dos livros, que elas sempre aparecem imbricadas ao modelo e ao desempenho intelectual dos seus autores. Antonio Candido apanha o trabalho intelectual completamente imerso na vida social e nas formas da cultura, onde as proposições mostravam ou não sua importância e, com toda certeza, seu exemplo.

Talvez se explique assim a necessidade de “sugerir a atmosfera intelectual em que apareceu e atuou *Raízes do Brasil*”. O papel ativo de Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado no esboroamento da Primeira República, a *República Velha*, e na abertura de novos ares para a sociedade brasileira parece, ao prefaciador, um signo indispensável à compreensão do livro de 1936. O procedimento historiográfico absorve *Formação do Brasil contemporâneo* para uma longa década de 1930. Década alongada pela guerra e pelo Estado Novo, entendido como o outro lado da lua que foi a experiência de revolução no céu da intelectualidade brasileira.

As inspirações e aspirações dos anos 1930, principalmente as frustradas, parecem ser os elementos mais perenes dos livros, que assim mantêm seu frescor, pelo menos ao sentir de Antonio Candido. É o mote da superação da herança tradicional que estimula releituras e clama pela continuação daquelas tarefas político-intelectuais, uma vez que muitas severidades do passado não desapareceram da vida brasileira, ao menos não totalmente. Para Candido, os precursores foram isto mesmo, o começo de um novo processo histórico no Brasil.

¹¹ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (1936)., p. 355.

É muito provavelmente por isso, e não por uma adoração à novidade, que o ensaio interpretativo insista tanto nas marcas do ineditismo e da iniciação do país por áreas inauditas. Maria Arminda do Nascimento Arruda relaciona essa apreciação àquilo que Antonio Candido havia escrito em *Literatura e Sociedade*, dois anos antes, a respeito do enlace entre localismo e cosmopolitismo como traços adjetivos da cultura brasileira¹². Os três intelectuais são elogiados como pioneiros na importação de teorias ou metodologias da pesquisa científica, que corroborariam a modernização que elas mesmas integravam.

Gilberto Freyre é vinculado à “antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país”¹³. Voltaremos mais tarde aos diversos aspectos de originalidade imputados a *Casa-grande & senzala*. Já Caio Prado Jr. aparece como “o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo”, “materialismo histórico (...) que, nessa obra, aparecia pela primeira vez como forma de captação e ordenação do real, desligado de compromisso partidário”. A Caio Prado também deveríamos “a primeira tentativa de síntese da nossa história baseada no marxismo: Evolução política do Brasil”¹⁴.

Em relação ao pioneirismo de *Raízes*, Antonio Candido começa sustentando que o “respaldo teórico prendia-se à nova história social dos franceses, à sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos de teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nós”¹⁵. Encontram-se “posições de tipo hegeliano” na compreensão dialética da história¹⁶. O ritmo “sutilmente digressivo” é comparado com o de Georg Simmel¹⁷. Mas o que sobressalta de toda a averiguação é a ascendência weberiana:

¹² - ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, São Paulo. jun. 2004., p. 108.

¹³ - CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 356.

¹⁴ - *Ibid.*, p. 357.

¹⁵ - *Ibid.*, p. 357.

¹⁶ - *Ibid.*, p. 360.

¹⁷ - *Ibid.*, p. 357.

Sérgio Buarque de Holanda emprega, penso que pela primeira vez no Brasil, os conceitos de “patrimonialismo” e “burocracia”, devidos a Max Weber, a fim de elucidar o problema e dar um fundamento sociológico à caracterização do “homem cordial”, expressão tomada a Ribeiro Couto¹⁸.

Esses elementos atribuídos especificamente a Sérgio Buarque, e que precisam ser vistos em separado, podemos discuti-los em um segundo capítulo. Aqui não se quer mais do que chamar atenção para o caráter inovador e *tradutor* que Antonio Candido concede a *Raízes o Brasil*. O último parágrafo da resenha elenca tantos ineditismos que eles se confundem, já na sua primeira frase:

Num momento em que os intérpretes do nosso passado ainda se preocupavam sobretudo com os aspectos de natureza biológica, manifestando, mesmo sob aparência do contrário, a fascinação pela raça, herdada dos evolucionistas, Sérgio Buarque de Holanda puxou a sua análise para o lado da psicologia e da história social, com um senso agudo das estruturas¹⁹.

Enquanto estipula essa diferenciação entre os intelectuais de 1930 e a literatura pregressa, o comentário, de maneira menos evidente, separa-os da intelectualidade posterior. O próprio elogio aos pioneirismos pressupõe conhecer os desenvolvimentos que eles teriam descortinado. O prefácio à quarta edição, de 1963, também a cargo de Antonio Candido, punha em conta “o período mais transformador dos estudos sociais no Brasil” e reconhecia a passagem do tempo, dos trinta anos que não esgotaram a vitalidade de *Raízes* e de seus pares, mas também não deixaram de datá-los. O elogio aos vanguardistas que abriram caminho à Sociologia propriamente dita talvez estivesse de acordo que ela tenha terminado por envelhecê-los.

Porém o ensaio-prefácio faz sua mais clara expressão da singularidade de uma “época” quando recorre ao uso da “geração” como categoria histórica, mobilizada já no parágrafo de abertura:

¹⁸ - *Ibid.*, p. 364.

¹⁹ - *Ibid.*, p. 368.

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna o testemunho de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar²⁰.

A geração é o agente ou ator sociológico convocado em todos os três textos que Antonio Candido emprestou às edições de *Raízes do Brasil*. Ela serve para personificar tanto o papel dos três livros quanto o dos que aprenderam e se formaram com eles, desde o ginásio à escola superior. Ela é um recurso que arranja, nessa personificação coletiva, a dispersão dos infinitos feitos e tempos individuados, de modo a organizá-los em um movimento ou em alguns movimentos menos aleatórios, o que torna inteligível a narrativa e assim seus acontecimentos.

Aí está uma ferramenta básica da argumentação, e ao mesmo tempo um problema. O recurso é astutamente oferecido como um dado de controle, por ser, em última análise, incontrolável. Pode ser um condicionante ou um atributo da memória enunciada, um objeto de análise, uma preferência teórica, uma escusa para a crítica, um capricho narcisista, enfim, a categoria da geração pode se apresentar de modos tão variados e, portanto, produzir narrativas tão díspares, que a aceitação da proposta interpretativa acaba dependendo, em grande medida, do menor ou maior acordo entre o leitor e o dito lugar de fala de Antonio Candido.

A perspectiva desabridamente pessoal é muitas vezes lida como proselitismo, ou pelo menos é considerada intransferível da vivência do autor e de um círculo muito próximo a si. Boa parte das críticas a *O significado de Raízes do Brasil* argumenta que a validade dos termos do prefácio é demasiadamente subordinada, por exemplo, à subjetividade do intérprete, à longa amizade com

²⁰ - *Ibid.*, p. 351.

Sérgio Buarque, à influência deles dois sobre a cena intelectual paulista, à capitalidade de São Paulo nessa particular geografia da cultura nacional, ao renome que puderam auferir de posições e participações insignes em muitos momentos importantes da história do país.

Quando confrontado por essa caracterologia, no entanto, o argumento não recrudesce. Ao contrário, ele parece ganhar em legitimidade. É na memorialística de Antonio Candido que o relato procura justificar sua verossimilhança. O próprio autor, para defender o arrazoado do texto, foi repetindo aqueles parâmetros que o sustentavam desde as primeiras linhas, e advertindo os leitores que ele talvez não endossasse a amplificação. Depois de quase quarenta anos de releituras, em 2006, reiterava:

Eu não digo que são os três livros fundamentais para compreender o Brasil. Não digo que são os três maiores. Para mim e para minha geração, são aqueles três. Eu me referi à minha geração; nós aprendemos o Brasil naqueles três livros²¹.

A explicação foi dada a Rafael Cariello e Sylvia Colombo, em matéria da *Folha Ilustrada* sobre o *Cânone em questão*. O crítico negava o grandiloquente pretexto do título, porém é visível como a repetida categoria da geração, em vez de depreciar o valor do parecer, reafirmava, avalizava o que se dissera em 1967. As palavras defendem que a alegação do ensaio-prefácio não era tão pretensiosa, corrigindo os interlocutores, e não a alegação em si. Entretanto, se lembrarmos o quanto ela prestigiava *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*, é difícil acreditar que não os tomasse como “os três maiores” e, justamente pelas suas palavras, que não fossem os “três livros fundamentais para compreender o Brasil”.

Este capítulo quer mostrar porque o tratamento dispensado por Antonio Candido a *Raízes* não merece ser minimizado por querelas sobre

²¹ - Declaração a CARIELLO, Rafael; COLOMBO, Sylvia. *Cânone em questão*. Intelectuais discutem a atualidade das obras clássicas sobre o Brasil e as relacionam à inserção do país na modernidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, 10 jun. 2006.

instituições, personalidades e bairrismos. Esses mesmos objetos em disputa são, aliás, importantes condicionantes de uma ideia respeitável, e não vícios de origem de uma veleidade fútil. E é preciso negar que a fórmula do trio seja apenas ligeireza, a ligeireza inocente de um curto prefácio, que não valha ser esmiuçado. Talvez o fosse, se não contivesse um sofisticado argumento, que apareceu muito antes da década de 1960 e se revolve até os nossos dias.

Vejamos a nossa retrospectiva: ler agora a vasta bibliografia em torno de um texto datado de dezembro de 1967 e divulgado dois anos depois, por sua vez direcionado a referendar clássicos dos anos 1930 – até 1942 –, ao posicioná-los numa história da formação social e cultural do país – formação que, aliás, eles tematizavam –, é tentar ver alguma coisa entre temporalidades da pessoa do comentador, dos comentados, dos demais comentadores e leitores, das disciplinas e centros de conhecimento, enfim, de histórias brasileiras.

O significado de Raízes do Brasil, enquadrado dessa maneira, oferece um trunfo para que se encontrem conectados assuntos inumeráveis. O argumento de Antonio Candido é uma encruzilhada de diversas trajetórias de ideias, sujeitos, instituições e formas culturais no Brasil, mas não restritas ao país. Assim, a opinião que frequentemente desmente ou ridiculariza a relevância do assunto aparenta ser, com a mesma frequência, mais uma determinada posição dentro dos debates do que verdadeiramente a posição fora deles.

O objeto do capítulo é a montagem dessa interpretação sobre *Raízes do Brasil*. O objeto, não o objetivo. Não parece ter importância, pelo menos não nestes termos binários, discutir se a apreciação de Antonio Candido sobre o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda é ou foi adequada ou inadequada. A validade dela, em seus marcos relativos e ponderados, nunca teve pretensão de ser plena. Ao mesmo tempo, não parece que seja modesta nem absurda. De qualquer forma essa é no máximo uma pergunta tangencial, porque inevitável, mas não precisa se pôr diretamente.

2.2.

Seção II

O objetivo desta seção e daquela que a conclui é examinar os desenvolvimentos anteriores e ulteriores que Antonio Candido deu a seu ensaio-prefácio, para avaliar mais amplamente os significados dessa proposta de interpretação que reúne *Raízes do Brasil* a outros dois clássicos do Pensamento Social Brasileiro.

Esse delineamento, feito mínimo para funcionar apenas como apresentação, não está, no entanto, isento das complexidades que enuncia. Importa, desde o princípio, perguntar com quais sentidos Sérgio Buarque de Holanda e os outros autores podem ser chamados clássicos, se a ideia com razão deve ser menos ou mais referida a Candido e se o assim chamado Pensamento Social é uma delimitação conceitual em que Buarque, Freyre e Prado, separados ou em conjunto, possam adequadamente ser situados, seja maior ou nenhum o destaque.

A minha expectativa é que as reflexões sobre essas perguntas contribuam para o proposto debate sobre *Raízes do Brasil*, particularmente sobre o significado radical que, conforme lembrou a primeira seção, estaria vinculado a um movimento político-intelectual supostamente cabível de ser exprimido por três livros maiores. Talvez uma inspeção das sucessivas análises que Antonio Candido fez desse terno ajude a desemaranhar uma crítica que precisou caber num prefácio.

O *post-scriptum* de 1986, por exemplo, estende intencionalmente a interpretação sobre a “mensagem política” dos trabalhos:

(...) eu diria que *Casa-grande & senzala* representa uma etapa avançada do liberalismo das nossas classes dominantes, com o seu movimento contraditório entre posições conservadoras e certos ímpetos avançados. *Formação do Brasil contemporâneo* representa a ideologia marxista, que tem como referência o trabalhador. No caso, fecundo marxismo à

brasileira, que ficaria melhor esclarecido em obras posteriores do mesmo autor. *Raízes do Brasil*, caso diferente e curioso, exprime um veio pouco conhecido, pouco localizado e pouco aproveitado do nosso pensamento político-social, em cuja massa predominantemente liberal e conservadora ela aparece de maneira recessiva, entremeada ou excepcional. Falo do que se poderia chamar o radicalismo potencial das classes médias, que no caso de Sérgio adquire timbre diferenciador, ao voltar-se decididamente para o povo²².

Discordâncias fundas a respeito dessa imagem são mais antigas do que ela própria. Na verdade, o comentário, seja o original de 1967-69 ou o estendido, tem muitos traços de resposta e fez mais posicionar-se do que propriamente iniciar a mesa de debates, como poderemos acompanhar. Mas é preciso notar, especificamente em relação a *Raízes do Brasil* e à noção de uma indevida propaganda, a particularidade do último revisionismo sobre essa “invenção de Antonio Candido”.

João Kennedy Eugênio sugere um movimento do próprio Sérgio Buarque, uma reinvenção de *Raízes do Brasil*, proporcionada pelas mudanças operadas para prioritariamente apagar ou minorar traços de uma concepção filosófica organicista – como se verá no próximo capítulo²³. Leopoldo Weizbort enxerga uma reinvenção pela qual o autor se autotransforma em pensador democrático, mas fazendo retroagir ao livro de 1936 essa aparência mais oportuna do que original; mais oportuna do que a original: conservadora, oligárquica, talvez até autoritária, que foi sombreada pela revisão e ignorada mesmo pelo mais influente de seus divulgadores.

Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz aproveitam essas conjecturas, mas a afluem à outra. Para a dupla, Sérgio Buarque talvez tenha mesmo se inventado, mas possivelmente através de Antonio Candido,

²² - CANDIDO, Antonio. “*Post-scriptum*” (1986). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Org. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (1936)., p. 370.

²³ - EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo Espontâneo: O organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos sem Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda**. 2010. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói.

uma espécie de Pierre Menard que, como no famoso conto de Jorge Luis Borges, rescreve Dom Quixote tal e qual ele foi escrito por Cervantes, embora ao fim o livro rescrito seja melhor que o original... Nesse caso, porém, é certo que Antonio Candido não rescreve *Raízes do Brasil*. Ele encontra e destaca um “fermento radical” que já estava ali e o traz para o primeiro plano, sem levar em conta as alterações feitas pelo caminho. Dessa maneira, e levando a ideia ao limite, ao escrever o seu prefácio, Candido rescreve o livro que Sérgio Buarque gostaria de ter escrito na década de 1930, mas não escreveu²⁴.

Essa apresentação da edição crítica de 80 anos assumiu o lugar morfológico que cabia à resenha de Antonio Candido desde seu aparecimento – onde Sérgio Buarque a quis, antes do texto principal. O ensaio-prefácio foi deslocado pelos dois organizadores para a seção *Textos para e sobre Raízes do Brasil*, colocado após os capítulos da obra, junto a outros paratextos históricos, e sucedido por inéditos posfácios, cujo fito preponderante é precisamente o de pôr em pauta *O significado*.

A organização de Monteiro e Schwarcz contou com Maurício Acuña e Marcelo Diego para fazer a “reconstituição genética do texto”²⁵. Foram bem-sucedidos em suas iniciativas de suprir a “falta de uma edição crítica que introduzisse de forma discriminada trechos excluídos e incluídos pelo autor” e “manter essa obra, que já faz parte do jargão de muitos brasileiros, acessível aos leitores não especializados”²⁶. É justo dizer, ainda, que a demanda mais atendida pela competente edição foi a de expender a celeuma acerca da intervenção de Antonio Candido. Toda a organização está montada para decantar os signos que ele tenha imiscuído no clássico.

O esforço dos revisores por evidenciar as muitas camadas que recobrem o texto acrescenta-lhe, então, uma nova massa crítica, a da revisão a

²⁴ - MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. “O historiador lê a si mesmo”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 20-21.

²⁵ - ACUÑA, Mauricio; DIEGO, Marcelo. “Notas sobre o texto da presente edição”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Org. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 27.

²⁶ - MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op. cit.*, p. 25.

contrapelo de Candido, agora privilegiada, por ficar à superfície. Chama atenção, aliás, a opção dos editores por acatar todas as escolhas de Sérgio Buarque sobre a versão definitiva, exceto uma: a de ser prefaciado por aquele ensaio.

“Escrito por desejo de Sérgio”²⁷, *O significado de Raízes do Brasil* comporta, imbricadas, intenções de pelo menos duas cabeças. Por isso, Thiago Nicodemo discorda da sugestão de uma invenção que tenha vindo ou de uma ou de outra autoria. Ele entende que essa *persona* radical de Sérgio Buarque de Holanda está constituída de uma trama de muitíssimos significados, emprestados pelos dois intelectuais no decorrer de suas vidas e amizade, para além de um texto ou momento específicos.

Candido não “inventou” *Raízes do Brasil*, mas é uma espécie de sócio ou “padrinho” (Eugênio, 2011, p. 398.) de certas linhas gerais de interpretação do Brasil associadas a Sérgio Buarque de Holanda. Seguindo a sugestão de François Dosse de uma biografia intelectual cruzada de Gilles Deleuze e Félix Guattari, trata-se de, para além do horizonte de análise da “escrita de si”, compreender justamente o entre-lugar, cruzamento entre duas subjetividades que formam algo novo²⁸.

Nicodemo rejeita, em qualquer caso, que tenha havido um “abuso da memória”, no sentido forte do conceito operativo de Paul Ricœur. A “memória exercitada” conjuntamente por Sergio Buarque e Antonio Candido seria um “uso” sujeito às circunstâncias da rememoração – isto é, da “sobreimpressão” de uma “operação prática” sobre um “alvo cognitivo” do passado. Portanto, enquanto uso, essa memória estaria passível de uma “mimética incorreta”, se assim a quiserem, mas sua “ambição veritativa” não seria afetada por “impedimento”,

²⁷ - Declaração de Antonio Candido, em entrevista concedida a PONTES, Heloisa. **Entrevista com Antonio Candido**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 16, n. 47, p. 5-30, out. 2001., p. 9.

²⁸ - NICODEMO, Thiago Nicodemo. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, pp. 159-180. 2016.

“manipulação” ou “comando abusivo”, enfim, por qualquer modalidade a configurar abuso do elemento cognitivo da lembrança²⁹.

O reparo relativiza a explicação de que o prefácio tenha impulsionado o clássico, mas talvez não chegue a contrabalançá-la. A história editorial da obra dá muita força à hipótese, sem dúvida. Se *O significado de Raízes do Brasil* ingressou no livro trinta e três anos depois, quando eram apenas cinco as tiragens, a partir de então, com escrita encerrada, intacta e prefaciada, a José Olympio ofereceu 25 edições, e a Companhia das Letras, sua publicação de 1995 e mais 41 reimpressões. Somam-se aproximadamente 240 mil exemplares, sem contarmos duas organizações de efeméride. A difusão internacional teria sido igualmente acelerada e avolumada. Até o fim dos anos 1960 só havia um lançamento em Roma e outro na Cidade do México. Hoje existem mais de dez edições estrangeiras, em seis diferentes países³⁰.

A bem da verdade, a boa hipótese tem origem entre os mesmos autores dessa história editorial, a não ser que se prefira usar o conceito de história apenas como relativo aos acontecimentos alheios à escrita e à inteligência que se põem sobre eles. É por isso, para não assumir imediatamente uma escrita como um fato, que se propõe uma pequena reflexão sobre essa historiografia.

Está claro que ninguém recusa a existência de outros fatores para a multiplicação que se deu a partir de 1969. De início, vale mencionar que já se alertou para algumas simultaneidades que, de fora para o texto, vieram concorrer para a sua canonização: a aposentadoria da cátedra de História da Civilização Brasileira da USP, também em 1969, em solidariedade aos colegas afastados em decorrência do AI-5; a direção de Sérgio Buarque na *História Geral da Civilização Brasileira*, até 1972; a participação nas fundações do CEBRADE, em 1978, e do Partido dos Trabalhadores, em 1980; e o recebimento dos prêmios Juca-Pato e Jabuti, também em 1980. Merecem maior destaque os engajamentos

²⁹ - RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** (*La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000). Campinas: Editora da Unicamp, 2007., p. 72.

³⁰ - MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Cronologia de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 479-485.

de seu necrológio, em 1982, no processo de abertura política e de luta por democratização³¹.

O jubileu de ouro de *Raízes do Brasil*, em 1986, integra e anima, além de uma incrementada edição, uma nova leva de pesquisas, todas de algum modo relacionadas ao fim da ditadura e, necessariamente, aos dilemas que advieram do desenrolar de um regime de cidadania e participação.

Olhando por outro ângulo, poderemos ver o prefácio ser escrito na época em que o estudante, simbolicamente, assumia novo papel no imaginário cênico da sociedade. O papel da cidadania possível, resistente, residual, mas ainda assim o papel³². Talvez o trio que servira aos jovens de 1930 não servisse tanto aos de 1967 e 1969, enfim, de *Meia-Oito*, mas por isso o mestre contava, traduzida, uma tradição de luta.

Encontrar a unidade de sentido em que *Raízes do Brasil* reúne-se com *Casa-Grande & Senzala* e *Formação do Brasil Contemporâneo* no mesmo lado progressista é uma tarefa que não pode contar só com os textos. O ensaio de Antonio Candido marca o contraste que poderia haver com Alberto Torres e Oliveira Viana, com o oligárquico, o conservador, o autoritário, então é preciso empenho para que a unidade não se evanesça. A hesitação do prefácio em torno de Gilberto Freyre é sintomática. É possível que as palavras, escritas em 1967, fossem um esforço por uma frente ampla, um arco de heterogêneas referências intelectuais, reunidas contra uma ideia de hierarquia e tradicionalismo, além de uma noção de direita.

É verdade que Antonio Candido já havia exaltado os três livros bem antes de tal conjuntura política. Não foi uma inspiração de 1967 que deu origem a essa projeção. Mas o novo contexto que valorizava a ideia de frente política talvez tenha imputado seu significado à expressão anterior, ou mesmo sugerido ao autor uma nova pertinência para seu argumento, como uma ressignificação.

³¹ - FURTADO, André Carlos. **As edições do cânone**: da fase Buarqueana na coleção *História Geral da civilização Brasileira* (1960-1972). 2014. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

³² - FILHO, Daniel Aarão Reis Filho; MORAES, Pedro de. **1968: A Paixão de uma Utopia**. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1988. 220 p.

Certamente os leitores tiveram grande possibilidade de encontrar *O significado de Raízes do Brasil* nessa chave. O paralelo entre a heterogeneidade de uma frente antiditatorial, nos últimos anos da década de 1960 e diferentes radicais reunidos contra a literatura e a sociedade tradicionais, nos anos 1930, seguramente suscitou interlocuções, e não só políticas, entre as duas épocas. A envergadura da obra parece ter crescido na proporção direta da valorização tanto do vocabulário quanto da experiência política da democracia, para as quais também contribuiu, talvez mais e até contrariando o que poderia e recomendaria.

Em todo caso, houve incalculáveis transações de significados. Seria um disparate atribuir todos eles à possibilidade de compreensão aberta por Candido. Mas é certo que seu juízo formou “um campo de interpretação em torno a Sérgio Buarque”³³, “a mais influente leitura de *Raízes do Brasil*”³⁴, uma modalidade de recepção continuamente reforçada, desde a década de 1970.

É preciso interditar, no entanto, a conclusão estapafúrdia de que Antonio Candido teria feito de *Raízes do Brasil* coisa finalmente importante. Se ele sem dúvida engrandeceu em muito o estatuto da obra, não quer dizer que foi devido a resgatá-la da irrelevância ou do desprezo, como todos sabemos. As repercussões de *Raízes* desde muito antes dos prefácios da década de 1960 não permitem essa falácia. Quem olhar as primeiras resenhas, ainda sobre o texto originário, vai encontrar um grande volume de material, vários interlocutores imponentes e muitas contendas refinadas sobre praticamente todas as seções do ensaio³⁵.

Antes de completar um ano, o primeiro livro de Sérgio Buarque de Holanda estava repleto de copiosos elogios e previsões de longevidade, e também recebera algumas afrontas, bem menos numerosas, mas que confirmam o reconhecimento de sua eloquência para um debate a sério. Não parece necessário juntar mais do que uma indicação e, se for insuficiente, lembrar um ou dois

³³ - MONTEIRO, Pedro Meira. **Signo e desterro**: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2015., p. 36.

³⁴ - EUGÊNIO, João Kennedy., *op. cit.*

³⁵ - LIMA, Oliveira. “Opiniões da crítica brasileira sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda”. In: **Memórias (Estas minhas reminiscências...)**, 1937 *apud* FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**. A coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

exemplos mais emblemáticos dessas loas. Austregésilo de Athayde não temia exagerar, meses depois de *Raízes* vir a público, ao dizê-la “uma obra das mais notáveis que se publicaram no Brasil”³⁶. Sérgio Milliet, que não a poupou de contestações, estimava-a “tão bem pensada e escrita”, revelando um “escritor de primeira grandeza”³⁷. Jayme de Barros ficara ainda mais impressionado pelo lançamento e assegurava, com desabrida certeza, o destino de um grande:

É fora de dúvida que estamos diante de um dos maiores livros sobre as nossas origens (...). *Raízes do Brasil* abre largos horizontes ao debate de assuntos de uma importância enorme para o conhecimento de nossa psicologia social, nos seus traços mais importantes. É um livro que figurará ao lado daqueles que mais fundamente penetraram no nosso passado e melhor iluminaram os desvãos obscuros da história da formação nacional³⁸.

O próprio lançamento pela José Olympio Editora, como inauguração da *Documentos Brasileiros*, dirigida por Gilberto Freyre, imprimia, literalmente no prelo, um valor que não precisava esperar por vistas ou elogios³⁹. A apresentação foi assinada pelo mesmo Freyre, então em celebrada ascensão⁴⁰. O prelúdio, que carregava a autoria e a autoridade de *Casa-grande & senzala*, abria menos a peça de estreia do que a própria coleção, “podendo fazer do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda o seu volume número I”⁴¹. Estabelecia-se um vínculo entre a *Documentos Brasileiros*, seu diretor e o escritor debutante.

Foi essa a mesma entrada pela qual Antonio Candido chegou e tantas vezes voltou a *Raízes do Brasil*. Mas a leitura de 1967 obviamente não era a partida do percurso. Ora, bastaria o primeiro prefácio de Candido, aquele para a

³⁶ - *Ibid.*

³⁷ - MILLIET, Sérgio. *Raízes do Brasil*. O Estado de São Paulo. 18 de novembro de 1936, p. 4.

³⁸ - LIMA, Oliveira. *op. cit.*

³⁹ - FRANZINI, Fabio., *op. cit.*

⁴⁰ - FONSECA, Edson Nery da (Org.). *Casa Grande e Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

⁴¹ - FREYRE, Gilberto. “Documentos Brasileiros” (1937). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 341.

edição de 1963, para nos lembrar que ele naturalmente não esperava pela vindoura crítica para reconhecer estar diante de uma grandeza. O texto diz:

Não espanta que os seus pontos de vista se tenham incorporado ao pensamento de uma geração, recebendo muitos deles a glória de se transformarem em conceitos de toda gente⁴².

A frase tem jeito de que reitera um consenso, e não de que advoga nova tese. Aponta para além da vontade do prefaciador e de um impulso laudatório. E não se refere somente a um clichê ou a alguma expressão feliz, mas a muitos “pontos de vista” e a “conceitos de toda gente”, que os leitores poderiam reconhecer, dispensadas as citações. Ora, em se pensando sobre a própria publicação de 1963, é forçoso concluir que ela ostentava um símbolo de eminência, angariado das predecessoras. Saía pela *Biblioteca Básica Brasileira*, da Editora Universidade de Brasília, casa criada no ano anterior, na vaga da nova cidade capital e daquela universidade. Aliás, a titularidade efetiva desde 1958 da cátedra de História Geral da Civilização Brasileira da USP, seguramente não tornaram o professor e a lição menos eminentes. E nesse mesmo sentido é preciso aferir que *Raízes do Brasil* é publicado no primeiro ano de atuação de Sérgio Buarque na Universidade do Distrito Federal, como assistente de Henri Hauser na cadeira de História Moderna e Econômica, e depois de Henri Tronchon, na de Literatura Comparada⁴³.

As edições dos anos 1960 e os seus introitos recebiam esse cabedal das décadas anteriores. O arranjo que Antonio Candido deu aos autores, por exemplo, remonta, no mínimo, ao verbete *A sociologia no Brasil*, preparado em 1956 para a *Enciclopédia Delta-Larousse*, por encomenda de Fernando de Azevedo. O texto, publicado apenas em 1959, é contemporâneo à terceira edição do livro de Sérgio Buarque e diz aquilo que o prefácio de 1969 voltaria a pontificar:

⁴² - CANDIDO, Antonio. “Prefácio” (1963). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 351.

⁴³ - FRANZINI, Fábio. *op. cit.*

(...) a partir de Euclides da Cunha, foi possível elaborar uma fórmula bem brasileira de estudos sociais, em que a reconstrução do passado se amoldava a certos pontos de vista do presente; em que o estudo se misturava à intuição pessoal e o cientista ao retórico, ou ao escritor, dando lugar às obras capitais de Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, academicamente indefinidos entre Sociologia e História⁴⁴.

Raízes do Brasil é arrolado como uma das “obras capitais” da sociologia pátria, no conjunto idêntico ao reproduzido em 1969, com Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., todos, ainda que divididos, legatários de Euclides da Cunha. A repetição indica o apreço pela ideia. Os nomes de Torres e Viana são os mesmíssimos emparelhados à trinca em *O significado*. E Euclides da Cunha é de novo o decano daquela “fase” dos “estudos sociais”, cujo dinamismo o primeiro parágrafo sintetizara assim:

No Brasil, podemos distinguir nitidamente, na evolução da Sociologia, dois períodos bem configurados (1880-1930 e depois de 1940), com uma importante fase intermédia de transição (1930-1940)⁴⁵.

Como requerem o título e o compromisso explicativo com ele assumido, entre os juristas “possuídos pelas doutrinas do Evolucionismo científico e filosófico” e as “orientações mais modernas da metodologia das ciências”, descreve-se a tal “fase intermédia de transição”, cuja teleologia aponta para o amadurecimento completo da *sociologia no Brasil*. O télos dessa evolução é logo mais explicado como

o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação⁴⁶.

⁴⁴ - *Idem*. A sociologia no Brasil (1959). **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n.1, 2006., p. 272-273.

⁴⁵ - *Ibid.*, p. 271.

⁴⁶ - *Ibid.*

O texto aproxima-se muito do relato de Florestan Fernandes, aliás em artigo homônimo, em que se descreve a “evolução” da “reflexão sociológica” em três etapas, praticamente as mesmas quanto às épocas e às características constitutivas, tendo como linha de chegada o projeto de uma sociologia propriamente científica, profissional e institucionalizada, com recursos, fomentos e voltada para ensino e pesquisa⁴⁷. Essa forma madura teria sido gestada pelos pensadores que esgotaram as possibilidades pré-científicas, os “intérpretes do Brasil”, que superaram, com explanações destinadas a dar conta de toda a sociedade, o primeiro momento sociológico, em que no máximo alguns fatores sociais eram mobilizados para explicar realidades parciais, como o Direito e a Política.

A teleologia, que não seria estranha aos evolucionistas da primeira “etapa”, define a compreensão e a explicação sobre os intermediários, em quem “o estudo se misturava à intuição pessoal e o cientista ao retórico, ou ao escritor”, “academicamente indefinidos entre a Sociologia e a História”. Mas é preciso ver até que ponto os comentários de Antonio Candido concordavam com os de Florestan Fernandes, especialmente no que se refere aos “intérpretes do Brasil” e mais especialmente a Sérgio Buarque.

André Botelho e Milton Lahuerta ensinam que os responsáveis pela institucionalização das Ciências Sociais no país estatuíram seu modelo explicativo da sociedade diferenciando-o de um modelo interpretativo. A ênfase na diferença entre o “padrão cognitivo” da explicação e o da interpretação viria a demarcar a passagem do caráter pré-científico do “pensamento social e político” ao da verdadeira ciência, assim como a neutralidade ou a isenção do sociólogo teriam substituído o elemento politicamente interessado dos pensadores⁴⁸.

A qualificação de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. ou quaisquer outros autores como intérprete tende a ser, portanto,

⁴⁷ - FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil** (1977). Petrópolis: Vozes, 1980. A propósito do tema-título, o livro incorpora, desde a edição de 1977, artigos da década de 1950 e 1960. Por exemplo, Desenvolvimento Histórico-social da Sociologia no Brasil (1957); O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros (1958).

⁴⁸ - BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, p. 7-15. 2005.

também uma concepção epistemológica específica, que secciona o conhecimento sociológico e procura organizá-lo em períodos históricos sequenciados, sob princípios definidos. Os diferentes projetos que animavam a criação e a especialização de organismos acadêmicos, cada qual com seu conceito de cientificidade, organizaram as obras do passado de acordo com a herança que procurassem pleitear.

O significado de Raízes do Brasil talvez tivesse rendido, portanto, da memória da personalidade coletiva que a sociologia uspiana pôde protagonizar. Para revisores de um suposto discurso institucional, que em verdade remetia mais a Florestan Fernandes, ou até a Fernando de Azevedo, os intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda seriam os ancestrais do “paradigma” da “escola paulista de sociologia”⁴⁹, um discurso de identificação de sujeitos engajados à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Na esteira, a relativa conjugação entre as identidades de Candido, da universidade ou mesmo de um eventual polo científico e cultural paulistano foi muitas vezes apresentada como a maior das profundidades do ensaio-prefácio de 1969.

Ora, importa frisar, de início, que o texto é muito mais do que manifestação de egotismo ou espírito de paróquia. A discussão sobre Buarque, Freyre, Prado ou qualquer personagem, mesmo quando tributária de preferências particulares e de imposições ideológicas, não é simplesmente o conflito entre essas preferências ou entre essas imposições. Ainda quando rebaixado a uma polêmica sobre caprichos, o debate deve ter o mínimo de juízo para compreender, a sério, as razões e os ímpetos caprichosos – embora já não possa corrigir sua insipiência. Deve pesar, por exemplo, que os projetos da ELSP e da USP estavam longe do unísono ou mesmo da convergência⁵⁰, ou que a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes a respeito da autenticidade e da

⁴⁹ - SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” (1967). In: **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

⁵⁰ - JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 115-130. 2007.

cientificidade da Sociologia⁵¹ é um emblema de um debate muito maior do que aquele efetivamente travado em seus escritos, e dependia de muitos outros autores⁵². Também não há como certificar *in limini* que São Paulo seja mais afeto e lugar de fala do que condição sociológica para o tempo “adiantado”, como aquele em que Florestan Fernandes julgava se inserir:

O drama que o Brasil compartilha com outras nações subdesenvolvidas consiste na disposição insuficiente de recursos racionais de pensamento e ação. Entretanto, se tomássemos como ponto de referência uma cidade em processo adiantado de industrialização [...], como a cidade de São Paulo, poderíamos constatar que uma nova mentalidade está em formação. Essa mentalidade é modelada pelo concurso de diversos fatores, que tendem a expor técnicas racionais de intervenção nos problemas da cidade [...], toda espécie de conhecimento racional e, especialmente, a investigação científica [...] a critérios novos de apreciação axiológica⁵³.

Mais do que discutir essas circunstâncias teóricas, é desejável averiguar como as ideias renegociam as significações das próprias condições. O litígio das fronteiras disciplinares, nas tantas maneiras como elas podem ser dispostas, deve outra uma vez nos remeter ao entendimento da delimitação de campos também como construção de conceito. Numa conformação típica da

⁵¹ - Para um fragmento da discussão, ver FERNANDES, Florestan. “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira”. In: **I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo**. Anais, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p.89-106; _____. **A Etnologia e a Sociologia no Brasil**. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhembi, 1958; RAMOS, Alberto Guerreiro. “Debates”. In: **I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo**. Anais, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p. 324-328; _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957. Alguns comentadores são: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 2-3, 1967; LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 7, n. 14, p. 376-437, jul/dez. 2005.

⁵² - BOTELHO, Andre. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n.1, p. 47-66, jun. 2010.

⁵³ - FERNANDES, Florestan. **A Etnologia e a Sociologia no Brasil**. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhembi, 1958 *apud* SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, feb. 1998.

história intelectual e da dinâmica de seu objeto, a formação dos diferentes campos acadêmicos está relacionada ou é idêntica à formação de diferentes linguagens – e de sucessivas linguagens sobre essas linguagens. Tenho impressão de que vale ponderar rigorosamente a *ideia* de Candido, porque ela é um dos poucos contatos entre essas inúmeras ramificações.

Este trabalho não seria capaz de fazer um panorama minimamente instrutivo para a historiografia de tantas ideias, mas talvez uma digressão nos permita um comentário menos oneroso e mais ilustrativo da relevância do argumento que nobilita os três intelectuais, mesmo quando aparece sob questionamento ou decidida negação. Ela diz respeito ao trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos.

Em *Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*, artigo cuja primeira versão também é 1967, o autor tece críticas à afirmação de um “paradigma institucional” que teria oposto o ensaísmo dos intérpretes à pesquisa científica, de modo a legitimar a originalidade e o valor dela. Esse “mito de fundação” teria totemizado, entre outros escritos, os chamados ensaios dos anos 1930, mas com a finalidade de dizer superá-los com os instrumentos da escola emergente. A narrativa teria elegido um passado que lhe interessava suceder, desmerecendo os estudos políticos de Alberto Torres e Oliveira Viana, como de Azevedo Amaral.

O que muitas vezes se lê como querela é visivelmente uma das possíveis contrafaces da trinca enaltecida por Candido. E o projeto crítico de Wanderley Guilherme dos Santos, longe de ser mero melindre, propunha o desenvolvimento de um novo campo, mais, de uma disciplina científica que autonomizasse a esfera do político:

Wanderley só delineou o político ao longo dos sucessivos artigos de sua pesquisa: o primeiro (1965) falava em “pensamento social”; o segundo (1967), em “imaginação político-social”; o terceiro (1970), por fim, fixou-se em “imaginação política”⁵⁴.

⁵⁴ - LYNCH, Christian. Cartografia do pensamento político brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 19. Janeiro – Abril/2016., pp. 78-79

Assim, o Pensamento Político Brasileiro desponta como conceito desenvolvido pela autonomia da Ciência Política a partir do contraste com o que chamou “pensamento social”, mas reservando parte do espólio para si, desde a nomenclatura. Seria uma denominação retroativa para reunir tanto a “velha ciência” quanto a nova produção, em diferentes propostas, com premissas teóricas e metodológicas marcadas cada qual à sua maneira – Pensamento Político-Social Brasileiro, Pensamento Político e Social Brasileiro.

Assim, a discussão sobre as distintas vias de institucionalização científica no passado acontecia em face da organização ou reorganização de programas e linhas de pesquisa no presente, principalmente na década de 1970. Se tomarmos a referência do Grupo de Trabalho da ANPOCS, talvez possamos suspeitar que o “Pensamento Social no Brasil” irrompe, em 1980, como a afirmação consciente de uma modalidade de ciências sociais então aposentada, como a atualização de uma tradição declinada por um cientificismo a ser dividido. É muito significativo que o *post-scriptum* de 1986 tenha utilizado um conceito como “pensamento político-social”, ou que nos prefácios dos anos 1960 não tenha ocorrido esse vocabulário.

A pequena digressão salienta, pois, que a pergunta menos ou mais consciente sobre a amplitude de Buarque ou Freyre ou Prado, muito mais do que o tema de um prefácio, é uma orientação inevitável para qualquer um que venha a se posicionar entre esses disputados universos de conhecimento. A consideração sobre as obras abrange muito mais do que o ensaio introdutório de 1969, o verbete de 1956 ou qualquer outro desenho tentado por Antonio Candido.

O que não quer dizer que seu traço não seja singular. Há uma diferença essencial entre *O significado de Raízes do Brasil* e a memória da escola paulista, ou melhor, o entendimento de Florestan Fernandes do que teria sido a institucionalização da sociologia. A resenha que ele dedicou à segunda edição de *Raízes* é um excelente termo de comparação com o ensaio-prefácio.

Em conjunto, pode-se dizer que as modificações introduzidas enriquecem a obra, tanto do ponto de vista literário, quanto do ponto de vista da documentação coligida e de sua elaboração. Mas isso significa também

que as principais virtudes do ensaio foram mantidas juntamente com alguns de seus defeitos. O ensaísta revelou-se de uma maestria e de uma penetração inigualáveis na sugestão de problemas. Poucos especialistas poderão atravessar as páginas do ensaio sem encontrar alguma indicação de pistas para pesquisa ou investigação, sejam historiadores, psicólogos sociais, antropólogos, sociólogos ou economistas. Na reconstrução de um processo histórico-social tão complexo, como é o desenvolvimento do Brasil, contudo, nem sempre consegue superar, com a mesma felicidade e equilíbrio, as limitações impostas pelos insuficientes conhecimentos que ainda hoje dispomos de nosso passado. Toda tentativa de síntese é empolgante e fecunda; mas os riscos são tanto maiores quanto mais inconsistente se revela a base empírica e analítica sobre a qual se constrói [...]. Observa-se, igualmente, uma ênfase excessiva nos aspectos da cultura. Isso traduz, provavelmente, a influência da abundante literatura etnológica conhecida pelo autor. Mas, tem vários inconvenientes, já que leva a subestimar os efeitos e determinações da organização social. Muitos dos problemas encarados apenas da perspectiva da cultura, como os que dizem respeito à situação de contato no Brasil colonial (século XVI, especialmente) ou os resultados da secularização da cultura e da urbanização, poderiam ser discutidos de um ponto de vista sociológico, único capaz de pôr em evidência a atuação dos processos sociais subjacentes aos ajustamentos e às mudanças culturais. A própria natureza e amplitude da obra compensam e neutralizam, no entanto, as pequenas insuficiências desta ordem, e a tornam tão indispensável ao sociólogo quanto ao historiador cultural⁵⁵.

Como se depreende da exposição de Florestan, os rigores do método estariam atrelados ao apuramento específico de uma disciplina genuinamente sociológica, que propiciasse a depuração mais perfectível de objetos sociais. O estatuto de *Raízes do Brasil* não era exatamente ou diretamente questionado, mas relegado ao pretérito. Vê-se que ciência do sociólogo teria superado o pensamento do intérprete, por isso o ensaio de Sérgio Buarque fazia

⁵⁵ - *Idem*. Resenha de *Raízes do Brasil*. **Revista do Arquivo Municipal**, CXXII, p. 223-224, fev. 1949.

parte dos clássicos, isto é, dos “já clássicos”, como bem sublinhou Gustavo Sorá⁵⁶.

Antonio Candido nunca fez exatamente a mesma elaboração. O seu próprio trabalho intelectual é possivelmente mais irmanado às obras que insistentemente Florestan chamava de ensaios do que à elogiada sociologia de escola. Luiz Carlos Jackson lembra que *Os parceiros do Rio Bonito*, “quando a grande preocupação era buscar orientação cada vez mais científica na USP”, afastou-se do modelo em desenvolvimento e sustentou teorias ecléticas e linguagens pouco protocolares.

O tema escolhido, a pesquisa empírica realizada, assim como a sustentação teórica do trabalho se devem, em grande parte, à formação científica recebida na USP (...). De qualquer forma, parece-me fundamental em *Os parceiros do Rio Bonito* a recuperação do ensaísmo, através de um estudo aparentemente restrito, mas que sugere nas entrelinhas uma interpretação abrangente de nossa formação social. Se esta leitura é possível, então seu grande precursor é *Os sertões*, que interpretou o Brasil a partir de Canudos, além de *Casa-grande & senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*.

Antonio Candido faz em *Os parceiros do Rio Bonito* mais do que uma monografia sobre o caipira. Partindo da cultura caipira, incorpora os clássicos brasileiros e sugere que o conhecimento e a transformação do Brasil real dependem não apenas dos grandes esquemas, mas também de interpretações voltadas para os grupos excluídos, com os quais se encontra na figura do antropólogo (...). Distanciado dos ensaios histórico-sociais dos anos 30 e 40 pela tradição teórica e metodológica aqui fixada pelos professores franceses e americanos, *Os parceiros do Rio Bonito*, não obstante, se aproxima pela preocupação geral de compreender o processo de formação da sociedade brasileira, indicar os problemas que o emperram e propor mudanças para superá-los. Temos aqui, portanto, a forma de *Raízes do Brasil* ou de *Formação do Brasil contemporâneo*. A preocupação de escrever literariamente, sem abusar de jargões, também recupera a tradição. A “tradição esquecida” da cultura caipira e dos parceiros recupera, assim, na escritura de Antonio Candido, a longa

⁵⁶ - SORÁ, Gustavo. *op. cit.*

tradição de nosso pensamento, em relação ao qual o saber acadêmico da USP procurava se diferenciar nos anos 50 e 60⁵⁷.

Essa “escritura” não é facilmente circunscrita pelos limites paradigmáticos que se impuseram a cada disciplina e, portanto, de umas para outras. Até o relacionamento de Candido com as obras que tomava por clássicas era muito diferente, mesmo na teleologia de *A sociologia do Brasil. Casa-grande & senzala* era nada menos que o “eixo” da formação de nossa ciência social, e tanto *Raízes* quanto *Formação* aparecem como uma espécie de história sociológica ou de trabalho fronteiro, sincrético, como num anacronismo em relação às divisões que ainda mal começavam a aparecer, senão orientadas por referências estrangeiras.

[D]ado o caráter sincrético da nossa Sociologia, há outros estudiosos rotulados como historiadores, geógrafos, juristas etc., que produzem obras sensivelmente análogas às menos técnicas (no sentido específico) dentre as referidas, que superam muitas vezes em importância”. Basta mencionar a contribuição teórica de Carlos Campos sobre Filosofia e sociologia do direito (1940) ou a obra de Caio Prado Júnior sobre a Formação do Brasil contemporâneo (1942), para não falar na de Sérgio Buarque de Holanda, seja na linha tradicional das interpretações gerais do Brasil (*Raízes do Brasil*, 1936), seja na análise das técnicas de ajustamento do colonizador ao meio (Monções, 1945; Índios e mamelucos na expansão paulista, 1949)⁵⁸.

Se formos lendo os comentários de Candido, veremos que em sua crítica a qualidade e a contribuição de *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo* não foram jamais ultrapassadas. No fim do século, pedido a indicar *Dez livros para conhecer o Brasil*, ele se vê de volta à

⁵⁷ - JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida: Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 127-184, out. 2011. Para a versão ampliada do argumento, ver JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida: Os parceiros do rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

⁵⁸ - CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil (1959). **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n.1, 2006., p. 300-301.

questão⁵⁹. Lista onze, a começar pelo último – *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, que na verdade seria “uma introdução geral” àquela brasileira. O primeiro dos dez que vai citar é *Raízes*, e são dois os livros dedicados a cobrir a assim chamada sociedade colonial...

Numa reverberação potente do prefácio que virou antologia, o artigo da *Teoria e Debate* é, em primeiro lugar, um diálogo do autor consigo mesmo. Pelo problema impossível de apontar uma dezena fechada e perfeita, Antonio Candido, além de elencar um décimo primeiro, aproveita as meditações durante o preparo da lista para ir mencionando outros títulos e escritores, diminuindo sua dívida. Dívida, no entanto, impagável, representada pelos quatro “etc.” que terminam a fatura de ausências e o próprio artigo, sem terminá-los. Do início ao fim, insiste-se na impossibilidade de atender à proposta, que afinal atende, relativizando-a.

Além do obstáculo inicial da restrição pelo número, a marca de seu remorso pela memória que é apagamento está em todas as outras ressalvas que metrificam a resposta. Reconhece que o argumento depende do leitor, de suas possibilidades e afinidades, dos tópicos que se considerem fundamentais, dos ângulos de visão, métodos e teorias, mas sobretudo do *tempo*. A primeira palavra do texto, “quando”, é também a primeira condição exigida por Antonio Candido para aceitar aquela tarefa de memória, é a primeira garantia que dá fé à sua dívida; o mesmo crédito a que se obrigava o antigo prefácio, contraído pela memória “a certa altura da vida”⁶⁰.

Quando nos pedem para indicar um número muito limitado de livros importantes para conhecer o Brasil, oscilamos entre dois extremos possíveis: de um lado, tentar uma lista dos melhores, os que no consenso geral se situam acima dos demais; de outro lado, indicar os que nos agradam e, por isso, dependem sobretudo do nosso arbítrio e das nossas limitações. Ficarei mais perto da segunda hipótese⁶¹.

⁵⁹ - CANDIDO, Antonio. Dez livros para conhecer o Brasil. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 41, 2000.

⁶⁰ - “A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, (...)”.

⁶¹ - CANDIDO, Antonio. Dez Livros para Conhecer o Brasil. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 41, 2000., p. 1.

Antonio Candido mostra como ele na mesma hora e vez poderia deixar ali outra seleta. Mas dificilmente os três deixariam de aparecer. Os demais livros vem suplementar o bastante óbvio pretexto dos anos 1960, tentando dar mais complexidade ao conhecimento e ao Brasil que pretendem conhecer. “Mais perto”, Antonio Candido está disfarçado no seu apreço por *Raízes* e pela sua figuração naquele enquadramento, que pouco mudaria na hipótese da lista dos melhores. Perfilhado, foi ele próprio um intelectual que não se limitou estritamente a uma ou outra disciplina. Mesmo quando mais identificado com a atividade de uma delas ou quando situado em interesses que se poderiam pensar específicos, sua análise sempre combinou não só instrumentos das diferentes áreas da produção acadêmica, como também argumentos e outras contribuições provenientes de muitos lugares institucionais.

Evidentemente, sua apreciação subjetiva não confinava personagens da altura de Sérgio Buarque aos agrados, arbítrios e limitações do comentário. A admissão da referência pode perfeitamente ser negativa e arbitrada em outros sentidos. O principal exemplo desse tipo de diálogo com Antonio Candido acontece em *Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Mota⁶². Para o autor, “ao lado de uma ‘tradição afortunada’, carece lembrar a existência de uma incipiente mas fecunda tradição crítica”⁶³.

Sua revisão pretende redimensionar a “produção cultural” e o “processo ideológico” das formas de pensamento entre 1933 e 1974. Ele sustenta que, como formulada principalmente por Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, a “Cultura Brasileira existe apenas para seus ideólogos”, enquanto ideologia dissolvente das contradições de classes, em torno da categoria de nação.

Com uma ponta do processo amarrada no tempo presente, a outra é presa em *Casa-grande & senzala* e em *Evolução Política do Brasil*. O livro de Caio Prado Jr. é o mais engrandecido, “obra que certamente representa o início do redescobrimento do Brasil”. O trio de Candido e a datação dos anos 1930 logo aparecem na caracterização:

⁶² - Cito aqui a versão publicada em livro: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira** (1933-1974). 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1977.

⁶³ - *Ibid.*, p. 285.

O redescobrimento do Brasil pode ser registrado na própria sucessão das produções historiográficas posteriores à Revolução de 1930. A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira (...) A Historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (...), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse movimento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937)⁶⁴.

História Econômica do Brasil, de Simonsen, é comentado tão brevemente que mais parece uma pequena glosa, uma sugestão para complementar o que lera em Antonio Candido. Caio Prado Jr. é primeiro o de 1933, mas a avaliação dele e de *Formação do Brasil contemporâneo* é muito similar à que está em *O significado do Raízes do Brasil*. A obra de Caio

faz recuar para um terceiro plano obscuro trabalhos como os de Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (1928), Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante* (1929) ou, Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste* (1943). E para um segundo plano estudos contemporâneos como os de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira* (1943) e Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império* (1938). E, vale enfatizar, estas obras apesar de tudo, contrapunham-se à extrema mediocridade da Historiografia rançosa produzida nos Institutos Históricos e Geográficos e nas academias de província.

Já *Raízes do Brasil*, “cujo significado foi brilhantemente estudado por Antonio Candido”, recebia, entretanto, crítica à sua dimensão ideológica, análoga à que se fez a Gilberto Freyre, ainda que em menor grau.

⁶⁴ - *Ibid.*, p. 28.

A crise da ordem oligárquica, com a Revolução de 1930, provocou a elaboração do conjunto de reflexões que atingira seus pontos mais altos nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda. Novas formas de percepção e ajustamento à ordem vigente foram elaboradas – e não será difícil encontrar o saudosismo aristocrático perpassando as reflexões de ambos. Não parece o caso de Caio Prado Júnior, que ultrapassou o momento⁶⁵.

O argumento de Mota endossa a matriz crítica de Dante Moreira Leite. Segundo *O Caráter nacional brasileiro*⁶⁶, Sérgio Buarque de Holanda teria sido um intermediário entre a fase em que o intelectual se identifica com as classes dominantes e a outra em que se procura expressar o conjunto da sociedade. *Raízes do Brasil*, aliás, poderia ser considerado um ponto isolado em sua obra, um ensaio sobre caráter nacional entre trabalhos de crítica literária e História. Gilberto Freyre teria sido o maior representante do tradicionalismo aristocrático decadente. Já era creditado Caio Prado Jr. como o pioneiro da fase não-ideológica, em que as características brasileiras teriam começado a ser tipificadas a partir de “condições concretas”.

Mas não é preciso aprofundar a comparação com o ensaio-prefácio de Antonio Candido para notar que é ele que serve como croqui e epígrafe para Carlos Guilherme Mota “rediscutir algumas matrizes de forma de pensamento no Brasil, em angulação que se pretende histórica”⁶⁷. Evocando aquele primeiro parágrafo de 1969 – “A certa altura da vida (...)” –, reveem-se os *Marcos na historiografia geral do Brasil*, o que denuncia a outra veiculação pela qual sua leitura acessava os autores incensados por Candido:

[Francisco Iglésias], ao lado de José Honório Rodrigues, Stanley Stein, Emília Viotti da Costa, Odilon Nogueira de Mattos, Amaral Lapa, Dante Moreira Leite e poucos mais, vem realizando análises percucientes sobre a produção historiográfica no Brasil. Sejam registradas as análises de Alice Canabrava, apresentadas no I Seminário de Estudos Brasileiros, e

⁶⁵ - *Ibid.*, p. 31.

⁶⁶ - LEITE, Dante Moreira. **O Caráter nacional brasileiro**: Descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos. 1954. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

⁶⁷ - *Ibid.*, p. 19.

de Antonio Candido, sobre o significado de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda⁶⁸.

Tanto os intelectuais analisados como o estudo de Candido são posicionados por Mota numa matéria compreendida como historiográfica. Sérgio Buarque e os “redescobridores” são conceituados pelos estudos sobre Teoria e principalmente História da Historiografia que, na década de 1970, projetaram e alargaram, de diferentes maneiras, a institucionalização desses campos nos programas e linhas de pesquisa que se estruturavam. Em comum, os trabalhos tinham a pesquisa de José Honório Rodrigues como inaugurador do campo e objeto sobre os clássicos⁶⁹.

A *Teoria da História do Brasil*⁷⁰, de 1949, já lembra Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. como de suma importância para revitalização da produção historiográfica nacional, ainda que o grande historiador responsável por ela fosse, mais cedo, João Capistrano de Abreu. Mas é *A historiografia brasileira e o atual processo político*, escrito em 1958 e publicado na *Revista do Instituto do Ceará* em 1959, que mais se assemelha ao argumento do prefácio de Antonio Candido de 1969. Reparemos na compreensão de José Honório Rodrigues:

A nossa historiografia arcaica repete-se sem cansaço e sem consequência, apesar da nossa historiografia nova, expressão da nossa vida e da nossa história, que se inicia com Capistrano de Abreu, Paulo Prado e José Maria dos Santos e com as investigações e interpretações histórico-sociais de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

A Revolução de 1930, as modificações da estrutura econômica e social e a disputa do poder pela classe média provocaram uma formidável cognição nacional. Nunca em nossa historiografia pretendeu a história

⁶⁸ - *Ibid.*, p. 23.

⁶⁹ - Por exemplo, IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971; LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976; ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico** (1979). São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

⁷⁰ - Rodrigues, José Honório de. **Teoria da História do Brasil** (1949). 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

servir tanto ao presente, como um pouco antes e logo depois da Revolução de 1930. Fundaram-se coleções especiais de estudos brasileiros, como a *Brasiliiana*, em 1931, e os *Documentos Brasileiros*, em 1936⁷¹.

Esse enquadramento, embora estruturando uma disciplina estrita, é realmente bastante próximo àquele de Antonio Candido. A “historiografia nova” iniciada por Capistrano de Abreu teria sido incrementada pela mesma transformação inovadora dos anos 1930. A valorização desse contexto revolucionário acatava a apresentação de Gilberto Freyre à *Documentos Brasileiros*. É notável que José Honório Rodrigues logo ressalte o papel das “coleções especiais” e cite *Raízes do Brasil*, ou melhor, a apresentação de Freyre sobre “material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos (...)”. A ligação entre o editor e o editado foi replicada muitas vezes entre as primeiras e mais importantes análises, desde 1936.

Poucos terão respondido tão bem às exigências do seu presente, do nosso presente, restaurando as conexões culturais entre o passado e a atualidade. *Casa Grande & Senzala* (1934), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Raízes do Brasil* (1936) são obras definitivas no quadro da historiografia brasileira deste século, pela marcada originalidade da pesquisa criadora dos fatos e pela força da análise integradora das conexões íntimas, estruturais e superestruturais e das sequências dos períodos característicos⁷².

O texto logo traz Caio Prado Jr. “Seus estudos (...) se aliam aos da corrente culturalista, no interesse pelo presente, que deve prevalecer no estudo da história (...)”, mantendo a singularidade do materialismo e da “manifesta compaixão pelos deserdados, vítimas da evolução social moderna”. Guardadas as muitas particularidades que o texto mostra em relação às apreciações de Candido, José Honório Rodrigues traça um círculo que se fechava bem antes de 1967.

⁷¹ - RODRIGUES, José Honório. A historiografia brasileira e o atual processo histórico. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, LXXIII, 1959., p. 8.

⁷² - *Ibid.*, p. 18.

Outros autores são nomeados secundariamente, só que o ímpeto dos primeiros trabalhos teria esvaído.

A história historizante, a história puramente descritiva, a história clássica, como um relógio de repetição, assaltou e dominou as coleções que, em sua grande parte, logo passaram a debater os mesmos problemas e a discutir as mesmas teses⁷³.

O relato está longe de uma história linear, mas concebe o fio temporal de um processo, de onde extrai marcações do novo e do velho, modificação e provocação, revolução e fundação, relógio e repetição. O desenvolvimento progride de Capistrano de Abreu, “autor de sua máxima admiração”⁷⁴, isto é,

(...) [d]aquela grande diretriz que Capistrano (...) formulou na sua crítica a Varnhagen. A princípio, ele definiu o factualismo ao dizer que o sorocabano poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer aos seus sucessores no terreno dos fatos. E, depois, expõe a superação factual, escrevendo: “compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes a teoria; representá-las como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia”. Estas palavras, escritas em 1878, conservam até hoje sua modernidade, até na precisão do uso dos conceitos compreender e generalizar, reivindicações da mais moderna teoria histórica⁷⁵.

O contraste com Varnhagen enseja uma tradição historiográfica fundada na compreensão e generalização dos fatos, em favor da teorização, das

⁷³ - *Ibid.*, p. 10.

⁷⁴ - Também para a presença de Capistrano de Abreu na bibliografia de José Honório Rodrigues, ver IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 55-78, 1988., p. 76., de onde retirou-se a citação.

⁷⁵ - *Ibid.*, p. 17. Segundo a nota, o trecho de Capistrano de Abreu é o seguinte: “Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen”, publicado no Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), de 16 e 20 de dezembro de 1878, e reproduzido in **História Geral do Brasil**, de F. A. de Varnhagen, 3ª ed. integral, São Paulo, sem data, I, 507.

sínteses e do interpretativo, pela qual os livros de Buarque e Freyre mereceriam elogio por conservá-la em renovação. O próprio Sérgio Buarque colaborou para a sedimentação dessa legenda. Quando do cinquentenário do *Correio da Manhã*, ficou incumbido de escrever a retrospectiva *O pensamento histórico no Brasil* durante este período de existência do jornal. Para distinguir a situação e o movimento⁷⁶, Sérgio Buarque escolheu “fixar o papel eminente de quem deu o primeiro passo para ampliar suas perspectivas”: Capistrano de Abreu.

(...) [O] fato bruto e o simples testemunho documental não imperam esmagadoramente nessa obra. Nem, e muito menos, constituem aquela argila maleável de que fazem construções imaginosas, próprias para lisonjear interesses, vaidades ou paixões da hora que passa⁷⁷.

Depois o artigo afirma que teriam sido *Populações Meridionais do Brasil*, *Casa-grande & senzala* e *Nordeste*, chamados de “ensaio de investigação e interpretação social”, aqueles que abriram estudos ainda mal praticados por historiadores. As palavras incidem na mesma contextualização que se foi naturalizando:

A bibliografia histórica do decênio de 30 é largamente ocupada por escritos onde a interpretação elucidativa, e às vezes interessada e mesmo deformadora dos fatos, visa a explicar tais fatos ou a caracterizá-los em sua configuração especificamente nacional. A importância de muitos desses escritos, suscitados em parte pelas perplexidades de uma época de crises e transformações, exigira estudo a parte. E embora contribuíssem, muitos deles, para dar novo rumo aos estudos históricos, não seria possível na presente resenha, sem alongá-la em demasia, ir além de uma enumeração necessariamente incompleta.

Os números são *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, *Política Geral do Brasil* (1930), de José Maria dos Santos, *Conceito de Civilização Brasileira* (1936), de Afonso Arinos, *A Cultura Brasileira* (1943), de Fernando de

⁷⁶ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1951.

⁷⁷ - *Ibid.*

Azevedo, e *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), de Nelson Werneck Sodré. Mas são novamente Oliveira Viana, Gilberto Freyre e, diversamente, Caio Prado Jr. que constam ressaídos, em razão do tamanho de suas empreitadas:

Ao lado dos estudos de “formação” já abordados, deveria alinhar-se naturalmente o que devotou o sr. Caio Prado Júnior, em 1942, à interpretação e explicação do Brasil dos nossos dias, através de sua evolução histórica, desde as vésperas da Independência. Obra corpulenta e ambiciosa, pois o volume de amplas proporções quer ser apenas o primeiro de uma série talvez considerável, poderia tomar lugar entre os vastos estudos histórico-sociológicos dos srs. Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo⁷⁸.

A deferência aos “vastos estudos histórico-sociológicos”, que modestamente não incluía *Raízes do Brasil*, comportava paralelamente uma crítica à ideia de “passado utilizável”. Apesar de entender que deram “novo rumo aos estudos históricos”, a análise lastima os ensaios e a disponibilidade com que recorriam à pesquisa histórica, razão pela qual elogiava o mérito dos trabalhos monográficos e insertara, na segunda edição de *Raízes*, apetrechos das exigências acadêmicas.

Sérgio Buarque admitira em outubro de 1948 que a crítica, seja na parte favorável, seja na desfavorável, também era uma autocrítica. Ele filiara o seu primeiro livro como “parente pobre” na “família numerosa” dos ensaios de história social:

“a obra de Gilberto Freyre, por exemplo, ou de Oliveira Vianna (a de Caio Prado Júnior já pertence a família diferente)”⁷⁹.

A correção sobre *Formação do Brasil contemporâneo* serve como um claro indicador de que a classificação corrigida já era feita e minimamente conhecida em 1948, antes da republicação de *Raízes*, antes que fossem conhecidas a reescrita e o aparelhamento do texto. No mesmo ano, Fernand Braudel

⁷⁸ - *Ibid.*

⁷⁹ - *Idem.* Novos rumos da Sociologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 3 out. 1948.

apresentava ao público dos *Annales* os *Dois livros* de Caio Prado Jr. e a “linhagem” em que eles provavelmente se achavam:

Logo se verá, se não agora (ninguém é profeta em seu país), que tais livros [*Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil* – PF] tendem a germinar, tomando assento na linhagem das grandes e belas obras nas quais o Brasil busca descobrir sua verdadeira face, desde Euclides da Cunha até Paulo Prado e Gilberto Freyre. Sinal de novos tempos: nessa explicação nacional, sempre reiniciada, os historiadores substituíram os poetas, filósofos e ensaístas⁸⁰.

Embora não tenha mencionado *Raízes do Brasil*⁸¹, o ex-professor da USP lembrava aquele elenco qcomo quem repetisse uma constatação. Esse *contexto* em que se incluía Sérgio Buarque não é invenção de Antonio Candido – o que o segundo capítulo poderá ampliar. A maior bibliografia para o debate sobre a formação da Sociologia também foi o referencial para a institucionalização de uma determinada História acadêmica afinada com esses autores e seu gênero, talvez seu estilo.

Para a identidade dos historiadores, seja alinhando-se mais a Capistrano de Abreu ou a Euclides da Cunha, os clássicos dos anos 1930 aparecem mais como prolongamentos do que rupturas, inclusive dos elementos sinóptico e interpretativo. O discurso não faz exatamente memória da fundação de sedes universitárias ou de outra instituição específica, mas de um campo de questões que se formava e consolidava em torno de uma identidade disciplinar, colocando-se em relação a Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. com menos ou mais distância, num tempo menos ou menos passado.

A questão sobre o valor da institucionalização não é, aliás, um apanágio do meio universitário. Existem relativas continuidades e descontinuidades cronológicas e regionais entre os diferentes centros de criação

⁸⁰ - BRAUDEL, Fernand. (*Au Brésil: deux livres de Caio Prado*, 1948). Trad. Paulo Henrique Martinez e Bernardo Ricupero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1999.

⁸¹ - Sobre a recepção que *Raízes do Brasil* teve entre as brasileiras elencadas pelos franceses, ver LIMA, Jose Adil B. de. **A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946)**. 2017. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

intelectual, como os tradicionais institutos de diletantes, e mesmo as características supostamente privilegiadas das universidades não são exatamente exclusivas delas⁸². Fábio Franzini expõe como mesmo o “exercício de renovação da historiografia brasileira” associado a Capistrano de Abreu continuou a ser discutido fora das novas faculdades e escolas superiores: Tavares de Lyra nos fala de dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a respeito da afirmação da História como uma “ciência auxiliar” das “generalizações da sociologia”, um conhecimento histórico pautado pela interpretação e pela síntese das circunstâncias elementares da vida⁸³.

Toda a discussão sobre profissionalismo e diletantismo, apesar das especificidades dos termos e de outras esquematizações, tem fundas referências em períodos mais antigos do que os marcos geralmente utilizados, e só eventualmente ela se veste bem com essa temporalidade de costume. Além disso, uma série de elementos característicos do ideal de universidade – abertura a um público generalizado, autonomia institucional, suficiente oferta de recursos, estabilidade de programas e linhas de pesquisa – não existia nos projetos universitários brasileiros, senão como intenção ou rudimento.

Parece considerável o exagero na tentativa de balizar com precisão as supostas origens científicas e institucionais, especialmente porque umas e outras são várias vezes igualadas, o que é desnecessário e só eventualmente desejável. É mais enganoso a esse esforço de compreensão histórica equacionar funções entre passado, presente e futuro do que entre memória, projeto e identidade⁸⁴. As cronologias armadas são muitas vezes equivocadamente emparelhadas às da história social e política que se pressupõe – com o mesmo equívoco – subjacente a tal discussão. A sincronização artificiosa deturpa todas as dinâmicas que visa a ordenar e entender.

A questão também se complica se não testarmos a espacialidade que naturalizou a pressuposição de uma ciência no Brasil. A maioria dos referenciais de Sérgio Buarque de Holanda são intelectuais estrangeiros e inscritos

⁸² - CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 65, out. 2007.

⁸³ - FRANZINI, Fábio. *op. cit.*, p. 31.

⁸⁴ - VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. pp. 97-105.

em outros processos de institucionalização. A diferenciação do autor em relação ao paradigma científico não era seqüela de um atraso brasileiro nem falta de especialização sua, mas, ao contrário – e o novo capítulo o analisa –, resulta de um engajamento a tradições cosmopolitas⁸⁵, o que a seu modo Candido comunicou.

O tal impulso do prefácio deve, portanto, entrevisto a tantas ponderações, ser calculado com justeza. Foi sua afinação com o texto de *Raízes do Brasil* que provavelmente qualificou a ressonância de ambos. Mas mesmo o escrito de 1967-69 não é um objeto primeiro, raso. Ele lançou ou relançou ideias que já estavam em pauta há algum tempo. Elas recomendam que se deva matizar o papel de Antonio Candido como idealizador de uma canonização de Sérgio Buarque de Holanda, ou mesmo de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e da combinação dos três.

E interessa escapar da busca por quem o teria idealizado, uma vez que diversos autores aparecem ferindo a mesma corda. A relativa simultaneidade entre esses comentadores enfraquece o valor e a relevância de uma eventual originalidade. A interpretação de que fossem clássicos é até simultânea aos próprios livros e aparece inclusive entre eles, dentro deles, como textualidade – basta dedicarmos uma olhada à maneira pela qual Gilberto Freyre se faz presente em *Raízes do Brasil*, no argumento do livro e na apresentação dele.

O ensaio de Sérgio Buarque de Holanda foi bem-recebido nos debates sobre passado, presente e futuro do país, de que não eram poucos os renomados participantes àquela altura. A ambição dos círculos eruditos de “tentar a grande síntese”⁸⁶, a do legado cultural brasileiro, já pedia imponência que escritos mais modestos sequer se aventurariam a pretender.

⁸⁵ - A respeito da discussão sobre a predominância do referencial francês ou alemão em *Raízes do Brasil*⁸⁵, ver VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40. 2016; e SANCHES, Dalton. **Entre formas hesitantes e bastardas**: ensaísmo, modernismo e escrita da história em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1900-1956). Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas (Unicamp). Campinas – SP, 2013.

⁸⁶ - Declaração de Sérgio Buarque de Holanda a COELHO, João Marcos. A democracia é difícil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Veja**, São Paulo, 28 jan. 1976.

As águas que batizaram o clássico não são dos anos 1960, nem ungeram o suposto convertido de 1948. Do contrário, estranharia não encontrarmos, entre tantos leitores e meticolosos resenhistas da época, um alarido pela sensível virada do livro de 1936. É possível desconfiar que a divergência tenha mais a ver com os olhos novos do que com os objetos antigos.

Raízes do Brasil nasceu entre as carregadas letras acerca da “realidade brasileira”⁸⁷, o que Antonio Candido acolheu como um contexto – seja como conjuntura social em torno de 1930, seja como intertextualidade que circunscrevesse o real a essa conjuntura. O livro despontou nessa acirrada arena, com muito mais aplausos que apupos. Entre os espíritos menos satisfeitos, o maior deles foi, sem dúvida, o próprio Sérgio Buarque. Ele reiterou incontáveis vezes seu descontentamento com a obra e retornou insistentemente àquelas linhas, ou melhor, às letras, aos acentos, às pontuações das páginas de 1936. Descontentamento que não sarou em 1948, 1956, 1963 ou mesmo em 1969, quando deixou de insistir na retificação. Por mais que daí em diante o clássico fosse apresentado a todo o público com qualidades de nascença, o pai permaneceu algo estranho a seu prodígio. Muitos incômodos aparentemente não se resolviam com correções.

O elogio de Antonio Candido, por sua vez, não julgava que a proeza de *Raízes do Brasil* passasse sem dificuldades, principalmente se comparado ao maior efeito de *Casa-grande & senzala* “sobre a imaginação dos moços”. “No entanto, seu êxito de qualidade foi imediato e ele se tornou um clássico de nascença”⁸⁸. A opinião sobre o valor do livro de Sérgio Buarque dever-se-ia, então, menos ao reconhecimento e ao proveito dos primeiros leitores do que a qualidades inatas, embora não ostensivas. Assim, se o prefácio de 1963 dissera que *Raízes* “atravessou facilmente o período mais transformador dos estudos sociais no Brasil e se tornou um clássico”, o de 1969 preferiu outro ângulo, que talvez não eliminasse o anterior.

⁸⁷ - Sobre o “conceito-chave” “realidade brasileira” em Antonio Candido, ver _____. *A Revolução de 1930 e a cultura* (1980). **Novos Estudos**, São Paulo. v. 2, n. 4, p. 27-36, abril. 1984.

⁸⁸ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 356.

A resenha não surgiu com o convite para escrever em 1967, mas basicamente dimanava do que dizia um artigo de julho de 1943. Cinco anos antes da segunda tiragem de *Raízes do Brasil*, o ponto repetido no fulcro do ensaio-prefácio de 1967-1969 estava preparado: a proposição de um “denominador comum” com *Casa-grande & senzala*.

Assim, o crítico pode ser literário e analisar uma obra como “Casa Grande & Senzala”, ou “Raízes do Brasil”, ou “História Geral das Bandeiras”. Contanto, porém, que considere neles, como em “Éramos Seis” ou no “Moleque Ricardo”, o denominador comum que aparenta umas às outras as diferentes manifestações de uma fase da cultura⁸⁹.

É significativo que a interpretação de *O significado de Raízes do Brasil* proceda do artigo *Problema de jurisdição*. Ela pode ser maneada pela Sociologia da cultura ou do conhecimento, pela crítica literária, pela Teoria da história e da historiografia, pela História intelectual ou das ideias, pela ampla disciplina da Política, enfim, mas foi no Pensamento Social Brasileiro em que ela se articulou. A construção da disciplina e necessariamente da interdisciplinaridade fundou-se com *Raízes do Brasil* e mais um ou dois pares.

Com toda certeza, esse pequeno rol centralizado pelo ensaio de Sérgio Buarque está absolutamente aquém de poder representar todo o conjunto de uma tal cultura intelectual. Ainda menos suficientes são as imagens que ele fornece do país, especialmente porque esse cânone vai cedendo, em vista de representações plurais, atualizadas e de outros engajamentos políticos, culturais e ideológicos.

Por outro lado, duplicando nossas dúvidas, a nova cartografia não deve se orientar pelo ensinamento próprio aos “Colégios de Cartógrafos”, o de pretender fazer um “Mapa do Império, que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto”⁹⁰.

⁸⁹ - CANDIDO, Antonio. Problema de Jurisdição. **Folha da Manhã**. São Paulo. 11 jul.1943.

⁹⁰ - BORGES, Jorge Luís “Sobre o Rigor na Ciência” (*Del rigor en la ciencia*, 1946). In: **História Universal da Infâmia** (*Historia universal de la infamia*, 1946). Trad. José Bento. Lisboa: Assírio & Alvim, 1982., p. 117.

2.3.

Seção III

A lição de Antonio Candido que deu azo à canonização de três livros tratava, a rigor, de um só deles. A tríade foi estabelecida no ensaio *O significado de Raízes do Brasil*, para realizar a interpretação que o intitulava. Os sentidos que o intérprete conferiu ao conjunto de autores e obras podem se dispor, portanto, em relação à de Sérgio Buarque de Holanda, mas o prefácio priorizava que o livro, ele sim, fosse extravasado.

As leituras também esgarçaram os limites do comentário de Candido, provocando diferentes processos de canonização. Por consequência, os debatedores precisaram estar dispostos a tratar problemas cada vez mais largos, que já não se relacionavam somente àqueles textos e escritores, mas à questão sobre quem deveria compor a primeira prateleira do conhecimento brasileiro.

Raízes do Brasil foi mapeado de muitas maneiras em relação ao território desse conhecimento. Mas fica a impressão de que todos os mapas minimamente aceitáveis são os que representam o livro de 1936 em algum lugar entre a cabeceira sentimental de uma determinada geração de esquerda – o extremo mínimo – e o controle da inteligência nacional – o extremo máximo. O continente entre um e outro polo parece ter sido acertadamente cartografado pelo mais próspero explanador de *Raízes do Brasil*, razão pela qual a “biblioteca metafórica do país”⁹¹ receba não apenas o ensaio principal, mas também aquele estudo introdutório emprestado por Antonio Candido.

O crítico não estava fazendo uma antologia, mas o texto

⁹¹ - SORÁ, Gustavo. A arte da amizade: José Olympio, o campo de poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros. *Antropolítica*, Niterói, n. 30, p. 49-71, jan-jun, 2011., p. 59. “Brasiliana é uma palavra que baliza a história do livro no Brasil. Indica o princípio mais poderoso para organizar coleções com aqueles livros que devem ser lidos para conhecer o Brasil. Denota uma biblioteca metafórica do país, em que um leitor de fora, por exemplo, possa, de uma só vez, ter toda a cultura nacional ao seu alcance”. Para a biblioteca como representação metafórica, ver CALVINO, Ítalo. Para quem se escreve? (A prateleira hipotética). In: **Assunto encerrado**: discurso sobre literatura e sociedade (*Uma pietra sopra*, 1995). Trad. Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. In: **Ficções**. Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

transformou-se em algo semelhante. As consultas por seletas bibliográficas são tão frequentes que a classificação mais conhecida de sua feita dificilmente não seria lida também dessa maneira. Temos, portanto, mais uma brasileira, a mais sucinta e a de maior sucesso, em que o prefácio, ele mesmo, é um clássico, o “prefácio de Antonio Candido”.

Em 1999, um júri especializado formado pela *Folha de São Paulo* apontou “as trinta principais obras teóricas brasileiras de todos os tempos”. As cinco mais vezes indicadas foram as três que dispensam a citação, mais *Os sertões*, precursor que Candido já elegera indicar, e *Formação da Literatura Brasileira*. O autor e o conjunto de sua obra parecem ter ingressado no imaginário que contribuiu para franquear.

A peça de crítica sobre *Raízes do Brasil*, a mais difundida entre todas as que teceu o eminente crítico, tem enorme acuidade, sem prejuízo de estar assinalada por circunstâncias inarredáveis. Elas não desmancham a relevância e o poderio da mensagem. Ao contrário, fazem do significado de *Raízes do Brasil*, tanto da interpretação de Candido como do texto de Sérgio Buarque, um clássico em duas fontes, dois clássicos articulados.

Acho necessária a consideração, nem tão óbvia e muito pouco respeitada, de que Antonio Candido estivesse, em primeiro lugar, escrevendo com sinceridade sobre aquele livro, como exarava o título da resenha. Não parece haver motivo para concordarmos que ela tenha sido abusiva ou dissimulada. Se o prefaciador fez um complexo jogo de memórias e mobilizou dados infinitesimais que podem, de verdade, suscitar infindáveis réplicas, foi para estabelecer um elemento de compreensão julgado adequado e provavelmente preferível, vantajoso para qualquer leitor que pretendesse extrapolar a estrutura discursiva do texto e se perguntar pelas intencionalidades de Sérgio Buarque de Holanda.

Um conjunto de significados do livro foi inculcado ao âmbito vago de uma tríade imaginada. Se pensada como construída no prefácio, e não em outro texto ou lugar, ela enrijece *Raízes do Brasil* e sua posição na arquitetura do argumento de Antonio Candido. Sérgio Buarque fica percebido como o alicerce, o meio do trio de autores. Com seu livro de 1936, é um meio-tempo entre a publicação de *Casa-grande & senzala*, em 1933, e a de *Formação do Brasil*

contemporâneo, em 1942. Com suas posições políticas, é um meio-termo entre o discurso de Gilberto Freyre, presumivelmente mais conservador, menos radical, e os de Caio Prado Jr., quiçá mais revolucionário, por conta do marxismo.

Mas uma interpretação sistemática das análises de Antonio Candido, que considere suas formulações consecutivas, pode sugerir uma segunda percepção, em que Gilberto Freyre é maior e ressignifica a obra e a *persona* de Sérgio Buarque.

Em *Radicalismos*, de 1988, Freyre é ombreado a Alberto Torres, como radical da elite conservadora. O texto baralha os demais arranjos que lemos. Exalta a importância que Gilberto Freyre deu ao “papel do negro na sociedade brasileira”, “algo de acentuada radicalidade, sem prejuízo do caráter aristocrático de sua obra”⁹². O acento radical vira componente acessório, e a caracterização geral inverte a de outros textos.

Mas não há exatamente uma mudança no juízo, senão no foco de análise tomado momentaneamente. Pouco antes, Candido mantinha a dileção por aquela “escrita surpreendente, nova”, “de uma beleza como não se tinha visto antes nem se viu depois nos estudos sociais, tornando pálidos os estilos à sua volta”, um “choque revelador”, que teria “revolucionado a visão do brasileiro sobre sua própria realidade”⁹³.

As falas, do fim dos anos 1980, separam diferentes temporalidades e, conseqüentemente, distintas versões de um mesmo autor. O pretexto indisfarçado é a figura pública que então se tinha de Gilberto Freyre e o desprazer de Candido com um autor que tanto admirara, com as destinações que os afastavam. No segundo texto, em necrológio, Antonio Candido afirma desejar lembrar não este, mas *Aquele Gilberto*, “que vai de 1933, publicação de Casa grande e senzala, até 1945, quando foi eleito, pela Esquerda Democrática, deputado à Assembleia Nacional Constituinte”⁹⁴.

É rememorado o escritor dos anos 1930, o que começa com o marcante livro e que dura enquanto dele se preservava a recepção que o crítico

⁹² - CANDIDO, Antonio. *Radicalismos*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, jan-abril. 1990., p. 6.

⁹³ - *Idem*. “Aquele Gilberto”. In: **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993., p. 82.

⁹⁴ - *Ibid.*

sempre preferiu. Não é necessário que *Radicalismos* evidencie *Casa-grande & senzala* para notarmos que a obra de 1933 está no fundo do artigo de 1988, imersa na preocupação em dizer aos novos tempos os aspectos progressistas de documentos que talvez tivessem perdido essa aparência, ou na correspondente preocupação de assinalar a incompletude dos desafios políticos apresentados pelos autores brasileiros, mesmo os radicais.

Tenhamos em mente, de novo, a candente polêmica sobre *Raízes do Brasil*, que, portanto, deve passar mais perto da comparação com Freyre. A ideia asseverada por Antonio Candido de que o Brasil jamais houvesse produzido um “grande pensador radical”⁹⁵ – aliás asseverada em artigo sobre Sérgio Buarque –, certamente é uma aclaração, que ao mesmo tempo preserva e renegocia os termos do prefácio, em relação aos dois autores. A tradição mais crítica e a mais elogiosa a *Raízes de Brasil* caminharam bem próximas aos passos do debate sobre *Casa-grande & senzala*. E o ensaio de 1967, crucial, serviu como guia entre os dois livros e entre os tantos momentos dessa discussão:

Raízes continuou à margem, nos anos 1970, mesmo após a edição de 1969, celebrada por Antonio Candido. Pouco adotado e discutido nos cursos de História, com a honrosa exceção da USP, onde lecionava desde 1956. Era frequente associar-se Raízes a Casa-grande e senzala, de Freyre, autor então amaldiçoado no meio acadêmico por ter apoiado o golpe de 1964, além de se aproximar do regime salazarista português. (...) A celebração da cordialidade foi colada em Raízes, assim como a da democracia racial o foi em Casa-grande, desde os anos 1960 e além deles. Duas distorções, que só começariam a ser revistas a partir dos anos 1980⁹⁶.

Se tentássemos harmonizar perfeitamente os dois percursos, que nem cabem ser representados tão simplesmente como trajetórias, falsificaríamos história. O número e a qualidade de possíveis recepções a tal combinação são da

⁹⁵ - *Idem*. “Sérgio, o radical”. In: **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988., p. 64.

⁹⁶ - VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40. 2016., p. 22.

ordem do infinito. Duas impressões, no entanto, parecem bem menos lotéricas: a leitura de *Candido* é uma sincronização competente e, por isso, pertence ao universo que obriga *Raízes a Casa-grande & senzala*.

O significado procede de Gilberto Freyre. *A sociologia no Brasil e A Revolução de 30 e a cultura* auxiliam a apresentar essa ênfase. No primeiro, aquele verbete escrito em 1956, *Casa-grande & senzala* é representado como o “eixo em torno do qual gira a evolução que estamos estudando, ao rever as orientações do passado segundo critérios que se abrem para o futuro da disciplina” – ou seja, em torno do qual é narrada e explicada a história da formação da sociologia brasileira, entre as teorias gerais de caráter evolucionista e a produção científica e profissional das novas escolas superiores e universidades. Ele seria o trabalho que daria na formada e madura sociologia nacional.

Ao autorizar a republicação do escrito, *Candido* afirmou que seu interesse, então em 2006, era apenas o de “um documento de época”⁹⁷. O texto estava datado, certamente, mas não na deferência ao clássico: o primeiro que exprimira o impulso da Revolução de 1930. É possível estimar, com precisão quase matemática, uma proporção entre o papel daquela revolução para o todo da sociedade e da cultura brasileiras, de um lado, e o papel de *Casa-grande & senzala* para o todo do conhecimento social ou sociológico, de outro.

As palavras do artigo de 1982, quase espelhando as anteriores, parecem confirmar a curiosa equação:

O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova⁹⁸.

O ensaio-prefácio prefácio pode ganhar outras luzes, mas existem nele mesmo fragmentos que permitem ao leitor encontrar os realces ao clássico de

⁹⁷ - CANDIDO, Antonio. *A sociologia no Brasil* (1959). **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006., p. 271.

⁹⁸ - *Idem*. *A Revolução de 1930 e a cultura* (1980). **Novos Estudos**, São Paulo. v. 2, n. 4, p. 27-36, abril. 1984.

1933. Gilberto Freyre, era o primeiro, de “força revolucionária” e “impacto libertador”, de “pontos de vista totalmente novos no Brasil de então”. Ecoando o verbete dos anos 1950, Antonio Candido repete a imagem de Freyre como o guia da iniciação da sociologia nacional:

Sob este aspecto, Casa-Grande & Senzala é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940⁹⁹.

São as características do livro-ponte, e não as de Sérgio Buarque, que aparecem denominando o trio, pelo que *Raízes* e *Formação* são enaltecidos, comemorados, distinguidos, mas o grande feito parece ter sido de Freyre, a que os demais se somaram. Da mesma forma, em relação à mensagem política, a nítida consciência da passadidade é mais compreensível em vista do projeto de *Casa-grande* que de Caio Prado Jr., muito presente ali em dezembro de 1967, ou o de Sérgio Buarque de Holanda – poderemos discuti-lo mais –, que talvez aguardasse o futuro, conforme a recepção das décadas de 1970 e 1980 quis amoldá-lo.

O que chama atenção são os laivos que Antonio Candido transpôs para *Raízes do Brasil*. Afinal, *O significado* procurava os significantes básicos ao examinar o terreno da comparação. A intertextualidade grafada entre as três composições, a partir da pioneira, de 1933, é materialidade mais rigorosa que pode ser dada ao abstrato recorte contextual, enfim, que pode ser dada àquela teorização. É a interpretação da intertextualidade em que alegadamente se coloca *Raízes*, e desse texto nessa intertextualidade, o objetivo mais nuclear da proposição de uma trinca de referências fundamentais para o interesse e o conhecimento do Brasil.

Nisto, o prefácio de Antonio Candido repercutia o de Gilberto Freyre. Ou melhor, o ensaio escrito em 1967, elaborando reflexões de três décadas, mantinha um acordo fundamental com a apresentação que o organizador

⁹⁹ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 356.

da *Documentos Brasileiros* escrevera para abrir o livro de Sérgio Buarque e, com ele, a coleção da José Olympio.

A série que se inicia hoje com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio¹⁰⁰.

Raízes do Brasil, promovido dessa maneira, foi imediatamente aceito por Austregésilo de Athayde, sob as impressões de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e Mucambos*:

depois dos grandes livros de Gilberto Freyre, um mestre de consumada capacidade (...), aparece Sérgio Buarque de Holanda com um livro magistral, em que a inteligência dos acontecimentos sociais e históricos, a cultura e a força do artista, se combinaram para produzir uma obra das mais notáveis que se publicaram no Brasil¹⁰¹.

Sérgio Milliet publicou resenha que também acatava a baliza da *Documentos Brasileiros*. Os primeiros parágrafos de seu artigo em *O Estado de São Paulo*, concordando com as palavras de Gilberto Freyre, enaltecem os novos intelectuais, elogiam o seu movimento e aquele seu bastião e finalmente chega a *Raízes do Brasil*, para dizer que “o mesmo acontece com Sérgio Buarque de Holanda, mais homogêneo, embora menos documentado” – uma estrutura que lembra o relato de Antonio Candido sobre a primeira impressão causada pelo livro de 1936.

Vimos que o próprio Sérgio Buarque congregou o seu ensaio aos de Gilberto Freyre – e de Oliveira Viana –, um gesto que maneava algum

¹⁰⁰ - FREYRE, Gilberto. “Documentos Brasileiros” (1937). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 341.

¹⁰¹ - FRANZINI, Fábio. *op. cit.* 194.

remorso, mas aparentemente com um equivalente indulto. As características sazonais dos ensaios eram lamentadas, mas por isso mesmo diminuía a dívida de *Raízes do Brasil*. Uma leitura favorável àquela estação seria, pois, muito bem-vinda. Ora, o prefaciador concordou em ler Sérgio Buarque na clave do “movimento intelectual que agitava o país”, como propunham as palavras de Gilberto Freyre no primeiro parágrafo, na primeira frase daquele volume que, em 1936, caiu nas mãos de Candido.

Se *Casa-grande & senzala* pode ter o centro e a centralidade do trio evocado em *O significado de Raízes do Brasil*, é de se perguntar o que isso proporcionou, pelo menos para Antonio Candido, ao livro de Sérgio Buarque de Holanda.

O comentador talvez tenha sido capturado pelo *estilo*. Não nos esqueçamos de que a opinião de Candido sobre os dois ou três livros visava a referendá-los como campeões de uma escrita, em contato com inúmeras tradições e transitando entre disciplinas sem, no entanto, pousar em qualquer uma delas. A constituição dos campos acadêmicos apascentou esses autores em suas genealogias. Mas é perfeitamente possível que esses arranjos memorialísticos e historiográficos convivam com os significados não-teleológicos daqueles clássicos. Independentemente do parentesco entre os três livros e os trabalhos das décadas seguintes, subsiste a possibilidade de interpretá-los soltos desses futuros que não lhe eram obrigatórios. *Raízes do Brasil* e seus poucos pares, talvez apenas *Casa-grande & senzala*, apresentam tamanha singularidade, no melhor e no pior, que mais vale a pena reconhecer a “discursividade” que fundaram.

Thiago Tolentino parodiou para o Pensamento Social Brasileiro a sugestiva consideração de Michel Foucault:

Analisado o autor como um nome que exerce uma função no interior de um universo discursivo, Foucault descreve, então, uma classe de nome-autores que seriam diferenciados. Trata-se de autores “fundadores de discursividade”. Cita exemplarmente Sigmund Freud e Karl Marx. Estes não seriam “apenas” fundadores de uma cientificidade ou de uma disciplina. Trata-se antes de verificar que “a obra destes instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela se desenha; mas é a

ciência ou a discursividade que se relaciona com a obra deles e a toma como uma primeira coordenada” (FOUCAULT, 2011: 68). Assim, trata-se de autores que nomeiam uma produção que sempre é retomada para a atualização da própria ciência que fundaram. Foucault exemplifica afirmando que o “o reexame do texto de Galileu pode muito bem mudar o conhecimento em termo da história da mecânica, mas nunca a própria mecânica” (FOUCAULT, 2011: 70). Por outro lado, a releitura e resignificação das obras de Freud e Marx modificariam a própria interpretação da psicanálise e do marxismo¹⁰².

Sérgio Buarque de Holanda e *Raízes do Brasil* tornam-se, de dentro de seus objetos, a coordenada de um campo de estudos autorreflexivo. O Pensamento Social Brasileiro converte-se numa pesquisa sobre si mesmo, não porque pretenda buscar ou polir a Verdade nos dizeres dos mestres, o que só acontecer, mas porque fundamentalmente se preste a ser reelaborado a cada colaboração que lhe aumente um ponto. *Magister dixit*¹⁰³.

Nesse ponto, o do Pensamento Social Brasileiro é ameaçado pela ilusão e pela mania do espelho. A fortuna e a complexidade da tradição que ele simula abarcar, sem êxito, talvez só correspondam a ideia de uma “cultura intelectual brasileira”¹⁰⁴, menos restritiva, menos academicista, menos pedante.

Ora, falar em pensamento social brasileiro como viés dominante de entrada para a história das interpretações sobre Brasil é simplesmente considerar toda a produção literária, jornalística, ficcional, artística, institucional, brasileiras como incapaz de produzir tais sínteses. O que o

¹⁰² - TOLENTINO, Thiago. Autoria, história intelectual e reflexões sobre a “cultura intelectual brasileira”. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 5, n. 10., p. 151-184, dez. 2013., pp. 155-156.

¹⁰³ - BORGES, Jorge Luis. “A Cabala”. In: **Sete noites** (*Siete Noches*, 1980). São Paulo: Max Limonad, s.a., p. 147. “Pitágoras não deixou uma única linha escrita. Presume-se que não queria se prender a um texto, preferindo que seu pensamento continuasse vivendo e florescendo na mente dos discípulos, após sua morte. Provém daí o *magister dixit*, expressão quase sempre mal empregada. *Magister dixit* não quer dizer “o mestre disse e a discussão acabou”. Ao contrário: um pitagórico proclamava uma doutrina que talvez não estivesse na tradição de Pitágoras (...); se o interrompessem sob pretexto de que “isso não está na tradição”, ele responderia *magister dixit* – expediente que permitia fazer inovações. Para Pitágoras, os livros embarçavam o movimento; ou, para usar as palavras da Escritura: a letra mata e o espírito vivifica.

¹⁰⁴ - TOLENTINO, Thiago., *op. cit.*

pensamento social brasileiro não é, é justamente isso: ele é incapaz de abordar a literatura, a arte em geral, os teóricos da cidade, os poetas, os contistas, cronistas, críticos literários, chargistas, caricaturistas, compositores, cancioneros, enfim, uma gama vasta de intelectuais que simplesmente não se enquadram no mal determinado conceito de pensamento social brasileiro¹⁰⁵.

A precariedade do conceito possivelmente é linguagem da descabida distinção feita aos pensadores. De outro lado, é improvável que a generalização, ao não diferenciá-los da cultura intelectual, acomode e compreenda bem os “intelectuais que de alguma forma pré-figuram as ciências sociais no Brasil”. No espectro da produção intelectual, não se vê que outra figura serviria, por exemplo, a Sérgio Buarque de Holanda.

Parece que continuará a pergunta, que passou por ele próprio e por seus resenhistas, sobre o conceito capaz de designar aquela “fórmula bem brasileira de estudos sociais, em que a reconstrução do passado se amoldava a certos pontos de vista do presente; em que o estudo se misturava à intuição pessoal e o cientista ao retórico, ou ao escritor”. Lembrando as palavras de Candido, resta compreender a imparidade das pesquisas “histórico-sociológicas” sobre os caracteres gerais da nacionalidade, que aparentemente elas incorporam, no conteúdo e na forma.

O Pensamento Social Brasileiro montou-se, por isso, de textos oraculares. A maneira pela qual os argumentos são narrados – e recebidos – acarreta uma continuidade entre a história brasileira, a sua representação nesses livros e o registro pessoal que fia a trama. O estilo dessa modalidade de clássicos está diretamente ligado ao que Ricardo Benzaquen comentou sobre *Casa-grande & senzala*, ao ressaltar o livro como uma extensão das próprias formas culturais examinadas:

(...) não acredito que seja descabido sugerir que a forma de Gilberto argumentar, “usando a mesma língua que todos falam” e identificando-se

¹⁰⁵ - *Ibid.*, p. 179.

tão fortemente com seus antepassados, acabe por produzir a sensação de que os objetos que estuda permanecem vivos e influentes através do seu relato, quer dizer, vivos porque influentes na confecção do seu texto. CGS, então, deixa de ser apenas um livro para transformar-se em uma espécie de casa-grande em miniatura, em uma voz longínqua mas genuína, legítima e metonímica representante daquela experiência que ele próprio analisava, enquanto o nosso autor se converte, até certo ponto, em personagem de si mesmo, como se escrevesse não só um ensaio histórico-sociológico mas também as suas mais íntimas memórias¹⁰⁶.

Esse recurso à própria vivência e a tentativa de evocar objetos que já traz consigo incorrem, sem dúvida, em “riscos de estilização”¹⁰⁷. O argumento pode acabar se convertendo nessa espécie de referência tautológica para si mesmo. Em relação a Gilberto Freyre, o ensaísmo e o caráter antinômico talvez tenham evitado que a presença do autor nas experiências estudadas as comprometesse com empenos.

Embora vez ou outra tenha ocorrido a todos nós, de modo quase impensado, ter em mãos um pequeno espécime das *raízes do Brasil*, o risco assumido no livro de Sérgio Buarque dá toda a impressão, no entanto, de ser diferente. E bem menos evitável.

¹⁰⁶ - ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994., p. 189.

¹⁰⁷ - *Ibid.*, p. 139.

3.

Capítulo 2

3.1.

Seção I

Raízes do Brasil causou sempre insatisfação a Sérgio Buarque de Holanda. A criação mais associada à sua lavra incomodou-o desde cedo. Ele reviu suas páginas, ciosa e demoradamente, pensando e afinando até as miudezas, pelo menos quatro vezes. Quando convidado pela editora parisiense Gallimard, ainda esboçou mais uma atualização, dessa vez maior, a dar corpo a um novo título. Mas desistiu logo da iniciativa¹⁰⁸.

O desacerto com a composição e o desejo de reescrevê-la, no limite possível que dela não fizesse outra, aparecem no depoimento do curto prefácio à segunda edição, que apresenta as justificativas do autor, mas não explicações substanciais para as abundantes alterações que anunciava.

Publicado pela primeira vez em 1936, este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeira, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância.¹⁰⁹

Esse não era, porém, o primeiro restauro. O projeto de *Raízes* já era a continuidade de uma produção em andamento. Ele desenvolvera o ensaio *Corpo*

¹⁰⁸ - COELHO, João Marcos. A democracia é difícil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Veja**, São Paulo, 28 jan. 1976.

¹⁰⁹ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio da 2ª edição” (1948). In: **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 347.

e *Alma do Brasil*¹¹⁰, publicado em 1935 e que, por sua vez, sumariava um “calhamaço de suas 400 páginas” para uma *Teoria da América*. Sérgio Buarque fizera essas anotações durante o período na Alemanha, teorizando a especificidade da cultura que alinhava o país natal a seu continente imaginativo, em comparação àquele padrão europeu.

Porém não são essas transformações, as que deram origem a *Raízes do Brasil*, que estão sendo examinadas mais detidamente pelos especialistas. As pesquisas que se dedicam às alterações ou vão pouco ou mesmo não vão às mais radicais, àquelas de que o livro surgiu. Seria importante conhecer quais resultados essas buscas poderiam apresentar, até para reconduzir os debates que se vem levantando.

Privilegia-se, por ora, a diretriz que pesquisa as diferenças entre a primeira e as seguintes edições de *Raízes do Brasil*, em especial a segunda, de 1948. Nessa chave, o desencontro de Sérgio Buarque de Holanda com seu livro é invariavelmente explicado pela assombração dos posicionamentos de 1936. O tormento da origem, que esfumaria, segundo se propõe, um autor diferente daquele que Antonio Candido apresentou a tantos leitores.

O primeiro capítulo desta dissertação lembrou que tal semblante de Sérgio Buarque de Holanda foi tracejado com linhas que também gravavam os desenhos de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., ao menos em *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*. O elemento essencial do traçado comparativo, que o crítico retomou em outras oportunidades com menos ou mais exatidão, é o significado radical, em amplo sentido, que os três livros imprimiram aos anos 1930.

Eles teriam feito ultrapassados e politicamente injustificáveis os trabalhos, métodos e valores de uma intelectualidade anterior, nomeada conservadora, cuja representação em Oliveira Viana vinha encarnar o contraste – assim como em tantas passagens de *Raízes do Brasil*. O fator da novidade, ainda de acordo com o prefácio, estava no enfrentamento dos fundamentos tradicionalistas da sociedade e no descrédito às ideias dos “jovens de direita”, que

¹¹⁰ - *Idem*. “Corpo e a alma do Brasil” (1935). In: **Raízes do Brasil** (1936). Edição comemorativa dos 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006., p. 399-420.

de autores como Alberto Torres e do próprio Oliveira Viana “tiravam uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, justamente a que Sérgio Buarque de Holanda criticava em *Raízes do Brasil*”¹¹¹.

Não há motivo para repetiras exposições do capítulo anterior. O que interessa agora é recensear aquilo que Antonio Candido outorgou especificamente às dimensões políticas do primeiro Sérgio Buarque. Além da contraposição à “visão hierárquica e autoritária”, o ensaio-prefácio baseia-se na indissociabilidade, em *Raízes do Brasil*, entre seus engajamentos político e, digamos, teórico:

Num tempo ainda banhado de saudosismo patriarcalista, sugeria que, do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. E, do ponto de vista político, que, sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das “raízes” era um imperativo do desenvolvimento histórico¹¹².

Embora o formato tenha recorrido à separação entre “metodologia” e “política”, Antonio Candido deixou claro que eram, na prática, pontos inseparáveis. O dito método é endereçado aos “problemas do presente”, e a visão política pressupõe o modo de conhecer o passado. Conjugados, eles são posicionados na “atmosfera intelectual que apareceu e atuou *Raízes do Brasil*”, de onde Sérgio Buarque

(...) deu-nos instrumentos para discutir os problemas da organização sem cair no louvor do autoritarismo e atualizou a interpretação dos caudilhismos, que então se misturavam às sugestões do fascismo, tanto entre os integralistas (contra os quais é visivelmente dirigida uma parte do livro) quanto entre outras tendências, que dali a pouco se concretizariam no Estado Novo¹¹³.

¹¹¹ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 358.

¹¹² - *Ibid.*, p. 368.

¹¹³ - *Ibid.*, p. 369.

No entanto, a passagem mais informativa sobre a proposição política pensada junto ao historiador é esta:

Para ele, a “nossa revolução” é a fase mais dinâmica, iniciada no terceiro quartel do século XIX, do processo de dissolução da velha sociedade agrária, cuja base foi suprimida de uma vez por todas pela Abolição. Trata-se de liquidar o passado, adotar o ritmo urbano e propiciar a emergência das camadas oprimidas da população, únicas com capacidade para revitalizar a sociedade e dar um novo sentido à vida política. O seu texto de apoio, no caso, são as considerações lúcidas de um viajante estrangeiro, Herbert Smith, que ainda no tempo da monarquia falava da necessidade de uma “revolução vertical”, diferente das reviravoltas meramente de cúpula, que “trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”, pois embora fossem estimáveis os senhores dos grupos dominantes, os membros dos grupos dominados “fisicamente não há dúvida que são melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades”. E Sérgio Buarque de Holanda pensa que os acontecimentos do nosso tempo na América Latina se orientam para esta ruptura do predomínio das oligarquias, com o advento de novas camadas, condição única para vermos “finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar”¹¹⁴.

A discussão sobre essa *inventio* de Antonio Candido já encontra, no texto de 1967, sobretudo nesse último excerto, os principais elementos que tem provocado dúvidas. No entanto, embora o debate se refira a essa sede original, precisa solicitar outros escritos dos anos 1980, 1990 e 2000, certamente o afixado *post-scriptum*, mas pelo menos as particularidades trazidas por *Radicalismos* e *A visão política de Sérgio Buarque de Holanda*.

O curto *Post-scriptum* realça a “mensagem política”. Como se disse, trata-se de um realce em que a ênfase reformula o primeiro argumento em outro. Além do trecho lido no capítulo anterior, a respeito do “que se poderia chamar o radicalismo potencial das classes médias, que no caso de Sérgio adquire

¹¹⁴ - *Ibid.*, p. 367.

timbre diferenciador, ao voltar-se decididamente para o povo”, Candido acresce que

[t]alvez tenha sido o primeiro pensador brasileiro que abandonou a posição “ilustrada” segundo a qual cabe a esclarecidos intelectuais, políticos, governantes administrar os interesses e orientar a ação do povo. Há meio século, neste livro, Sérgio deixou claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar do seu destino. Isto faz dele um coerente radical democrático, autor de contribuição que deve ser explorada e desenvolvida no sentido de uma política popular adequada às condições do Brasil, segundo princípios ideológicos definidos¹¹⁵.

Reavaliado, o “estudo do passado” torna-se “arma para abrir caminhos aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é uso”. A metáfora faz do livro um instrumento cedido pelo intelectual ao povo e, simultaneamente, faz da massa de manobra agora a protagonista da nova caminhada. A imagem ficou pendente de maiores explicações, que vieram pouco depois, em outro texto.

Radicalismos, palestra apresentada no Instituto de Estudos Avançados, em 1988, tentou elaborar esse paradoxo da condição atribuída por Candido aos pensadores “radicais”. O comentário a *Raízes do Brasil* é semelhante, mas a peculiaridade está na justaposição de Sérgio Buarque em outra perspectiva, não com Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. ou na época de 1930, mas sim com Joaquim Nabuco e Manuel Bonfim, numa longa estirpe de ideias radicais.

A preocupação da fala é com o posicionamento histórico dessas ideias em relação ao espectro político brasileiro e à marcha progressista do tempo. Mais uma vez contrastado pela imagem de um pensamento conservador, o radical é descrito como um revoltado, mas não uma pessoa de “comportamento revolucionário”. É uma cabeça de classe média ou mesmo de elite, que pode por isso balançar entre a conservação ou a transformação das estruturas sociais, mas

¹¹⁵ - *Ibid.*, p. 370.

que em países de extrema desigualdade torna-se crucial para dar condições de possibilidade à revolução que o povo porta em si mesmo. Candido sugere até que o radicalismo seja uma chave para a adaptação do marxismo às tradições locais.

São reformulações que chegam, ao que tudo indica, a uma representação biográfica unívoca, no artigo *A visão política de Sérgio Buarque de Holanda*, de 1998. O texto reconstitui a vida pública de uma personalidade democrática. Propondo e ao mesmo tempo se permitindo uma “leitura relativamente livre”, Antonio Candido sugere uma “opção socialista” em *Raízes do Brasil*, particularmente para *Nossa Revolução*, o último capítulo. O socialismo, livremente definido, é recordado junto às filiações partidárias de Sérgio Buarque nos anos 1940 e 1980, através de uma memória propositalmente porosa ao tempo presente.

Essa memória sobre *Raízes do Brasil* fica cada vez mais dependente da “operação prática” da rememoração que do seu “alvo cognitivo”¹¹⁶. O retorno a esse alvo tem permitido, então, uma elaboração sobre Sérgio Buarque quase oposta àquela que devemos a Antonio Candido. Leopoldo Weizbort vê *Raízes* próximo ao viés ou aos vieses políticos de parte de sua mais importante bibliografia, como Friedrich Nietzsche, Carl Schmitt e Oswald Spengler¹¹⁷. Lê a primeira edição, ainda não sombreada pelas mudanças, como entusiasta de soluções hierárquicas e autoritárias. Sergio da Mata, preocupado com a caracterização desses fundamentos intelectuais, aloca o primeiro Sérgio Buarque na constelação de preceitos e autores da “revolução conservadora” e enfatiza a influência em de Thomas Mann, André Gide e, mais uma vez, Nietzsche, a referência obrigatória dessa geração de crítica ao racionalismo filosófico¹¹⁸.

João Kennedy Eugenio, escrevendo um pouco antes, produzira uma avaliação diferente dos possíveis lugares políticos do texto de 1936 e, conseqüentemente, dos motivos para as reedições. Buscando as tais referências

¹¹⁶ - RICÉUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** (*La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000). Campinas: Editora da Unicamp, 2007., p. 72.

¹¹⁷ - WEIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76. p. 39-62, jun. 2011.

¹¹⁸ - MATA, Sergio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87. 2016., p.25.

que Sérgio Buarque incorporou durante os anos em Berlim, especialmente o vitalismo e a dita filosofia da vida (*Lebensphilosophie*) como entendida por Ludwig Klages, Eugênio desenvolveu uma tese que aborda o clássico palavra a palavra, concentrada em torno da investigação do conceito de organicismo. Embora aponte Abílio Guerra como o pioneiro na identificação desse organicismo¹¹⁹, o trabalho de Eugênio é singular ao propor a articulação de correntes do pensamento alemão contemporâneo a matrizes da filosofia antiga, como a dialética heraclitiana e o organicismo aristotélico.

Para o autor, o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda participa do amplo movimento de crítica ao racionalismo e de defesa do primado do espírito sobre a vida, que resultou, em *Raízes do Brasil*, na valorização do “ritmo espontâneo” da cultura brasileira e dos fluxos orgânicos de sua realidade vital. Esse organicismo subsiste no texto alterado, mas teria sido esmaecido não porque Sérgio Buarque estivesse arrependido de uma suposta filiação a apologias conservadoras e reacionárias, mas porque teria mudado de ânimo em relação a um referencial filosófico que o aproximava de ser confundido com ela.

A precaução com os retoques de *Raízes do Brasil* não é recente. Começou a ganhar maior visibilidade quando Evaldo Cabral de Mello, em posfácio à primeira edição executada pela Companhia das Letras, de 1995, teve oportunidade de mencionar algumas viradas na autoria de Sérgio Buarque. Portanto, inscrevia-se, também no corpo do livro, uma opinião que indicava outras contextualidades e encorajava leituras menos presas às traves de Antonio Candido. O posfácio assentou-se sobre importantes estudos dos anos 1980¹²⁰, que privilegiavam a preocupação com as características e a sede disciplinar do discurso de *Raízes do Brasil*:

Observar-se-á então como o discurso de corte sociológico (...) cedeu lugar à concreção do discurso historiográfico e como, em lugar da tentativa de identificar a gênese das mazelas da nossa formação social,

¹¹⁹ - GUERRA, Abílio. Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista de História**, Campinas – Unicamp, n. 1, p. 127-141. 1989.

¹²⁰ - DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985; BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

surge a análise rigorosa de tópicos claramente definidos nos seus contornos conceituais¹²¹.

Devemos à contribuição de Luiz Feldman a mais criteriosa categorização dessas mudanças entre as versões de *Raízes do Brasil*. Sua leitura da retrospectiva textual destaca a importância da revisão de 1948, sem dúvida a mais profusa, e de 1956, que praticamente completou o projeto revisor. O artigo *Um clássico por amadurecimento* – aqui citado na versão mais recente, publicada em livro¹²² – discrimina quatro linhas cardeais que teriam orientado a reprogramação da narrativa e a maturação do livro de Sérgio Buarque:

A tradição ibérica deixou de ser avaliada como bom legado da colonização, a cordialidade passou a ser vista como uma característica predominantemente negativa do brasileiro, o ideal democrático substituiu o personalismo no horizonte político nacional e o desterro tornou-se um signo da difícil conjugação de todos esses elementos com vistas à afirmação da modernidade¹²³.

Todas as substituições relativizam o “coerente radical democrático”, exibido por Antonio Candido. É indicativo que o crítico tenha se reportado, ao tentar corroborar suas convicções, a muitos enxertos das variantes reformadas. As imagens do Sérgio Buarque de Holanda campeando os movimentos do povo trabalhador merecem diferentes restrições – aliás, seja qual for a edição de *Raízes do Brasil* que se tenha em frente, o que já nos sugere um ponto de vista parcialmente distinto.

Não consigo concordar com o argumento de que o exame da primeira edição revele um autor simpático a um modelo político conservador, a um Estado oligárquico ou ainda autoritário. E, embora a atual revisão seja mandatória ao apor devidas ressalvas no ponto de vista de Antonio Candido, não

¹²¹ - MELLO, Evaldo Cabral de. “Posfácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹²² - FELDMAN, Luiz. “Um clássico por amadurecimento”. In: **Clássico por amadurecimento: estudos sobre *Raízes do Brasil***. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016. pp. 57-122.

¹²³ - *Ibid.*, p. 57.

encontro, no entanto, empecilhos para que se vejam conteúdos democráticos e radicais no texto de 1936.

Fundamentalmente, uma leitura desse tipo não precisou esperar pelas reedições. A resenha que Sérgio Milliet publicou em *O Estado de São Paulo*, em 18 de novembro do mesmo ano, assevera uma opinião que, de acordo com as últimas pesquisas, talvez só fosse possível se relacionada às formas textuais das décadas de 1940 e 1950:

O autor rebela-se contra a volta ao passado, o amor à tradição. Não somos, a seu ver, um país de tradições culturais vazias que o estrangeiro maculou. Somos, sim, um amálgama de tradições estrangeiras mal transplantadas. Assim, se algo pode ser tentado, devemos fixar-lhe o ponto ideal da referência no futuro. Nossa cultura está por criar-se ainda. Não se trata de conservar, mas de fazer¹²⁴.

A coluna inicia com uma reprodução do entrelaçamento de Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e as características renovadoras prometidas para a *Documentos Brasileiros*. Essa relação Antonio Candido havia admitido do primeiro prefácio à obra, escrito pelo próprio Freyre, ao apresentar a coleção e o livro que a encetava. Antes das reescritas de *Raízes do Brasil*, Candido já havia enaltecido o ensaio como uma manifestação verdadeiramente denominativa de toda uma fase radical e renovadora da cultura brasileira.

É essa inextrincável trama de significações político-intelectuais que este trabalho procura interpretar assim, fragmentando-a o mínimo possível. Não se trata de concordar com a primeira crítica nem de recuperar, recomendando, seus convencimentos. Ao contrário, esta dissertação tenta, pouco a pouco, lidando com os argumentos de *Raízes do Brasil*, apresentar a interpretação que motivou seu projeto, usando como contraste o revisionismo sobre as transformações do texto de Sérgio Buarque e dos paratextos de Antonio Candido.

¹²⁴ - MILLIET, Sérgio. *Raízes do Brasil*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 nov. 1936., p. 4.

3.2.

Seção II

Esta seção, de modo a disciplinar o que expõe, concentra-se nas duas principais temáticas sobre as quais se teria operado o refazimento do livro: a avaliação que Sérgio Buarque faz da cultura portuguesa transplantada ao Brasil e os ideais políticos democráticos que podem ou não ser percebidos no texto.

A começar pelos juízos a respeito da tradição lusa legada pela colonização, não parece que eles tenham virado. O texto de 1936, se comparado às reedições, não era significativamente mais favorável ou elogioso a essas origens. E importa precisar, por outro lado, que o ensaio também não respalda e nunca respaldou os comentadores que o tomassem como peça de detração do passado português e de suas decorrências.

Não há dúvida de que toda a reflexão perpassa as raízes coloniais e suas relativas persistências, configuradas, sim, como um problema a ser pensado. De acordo com uma das matrizes hermenêuticas sobre a obra, matriz que João Kennedy Eugênio chamou “sociológica”, essa seria a maior questão formulada por *Raízes do Brasil* e sua contribuição especial para a elucidação da história brasileira e para a orientação do futuro.

Antonio Candido nunca fez tematização exclusiva, mas aos poucos foi insistindo nesse tipo de interpretação, que terminou por apadrinhar. O prefácio de 1969 já não escapava de algum reducionismo ao racionar que “sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das “raízes” era um imperativo do desenvolvimento histórico”¹²⁵. Na verdade, a sùmula certamente se refere a uma passagem do último capítulo, embora apenas inserida em 1948:

¹²⁵ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 368.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social¹²⁶.

Mas em todas as versões textuais, e não só na de 1936, Sérgio Buarque escreve uma demorada missiva àqueles que imaginavam melhores procedências para a sociedade brasileira, tivesse sido outra a empreitada de sua colonização. Ora, o autor sempre julgou que essa fosse “opinião extravagante”, com nenhuma justificativa, embora

defendida por um número não pequeno de detratores dos portugueses [RB1936: da ação dos portugueses] no Brasil, muitos dos quais optariam, de bom grado, e confessadamente, pelo triunfo da experiência de colonização holandesa, convictos de que nos teria levado a melhores e mais gloriosos rumos¹²⁷.

Toda a narrativa do segundo capítulo, *Trabalho e Aventura*, está coordenada de maneira a desenganar esse clamor por outra tradição. A ética do trabalho, como típica nos Países Baixos e intrínseca dos valores modernos que se poderiam almejar, “encontrou ambiente menos propício” nos novos mundos por vencer, universos que exigiam “gestos e façanhas audaciosos”, próprios do espírito aventureiro¹²⁸. Sequer teria havido a alternativa de um empreendimento colonial fundado no trabalho, argumenta o autor, porque o “bom êxito da República holandesa” diminuiu o interesse pelas oportunidades americanas e afetou o “tipo de colonos que eles puderam nos enviar”, “recrutados entre aventureiros de toda espécie”¹²⁹. Nem as rijeiras da religião reformada poderiam remediar a falta de organização racionalizada, porque elas mesmas já vinham sucumbindo ao “antro da perdição” que era a zona do porto do Recife¹³⁰.

¹²⁶ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006., p. 317-318.

¹²⁷ - *Ibid.*, p. 62.

¹²⁸ - *Ibid.*, p. 64.

¹²⁹ - *Ibid.*, p. 93.

¹³⁰ - *Ibid.*, p. 96.

O principal apanágio dos lusitanos teria sido, acima de tudo, a relativa transigência com que vinham viver como adventícios, ao contrário desses outros conquistadores, que tentavam impor suas soluções antigas a novas realidades. Portanto, os holandeses, “estimulando de modo prematuro (...) a divisão clássica entre o engenho e a cidade”, erigiram na “metrópole pernambucana”¹³¹

(...) uma grandeza de fachada, que só aos incautos podia mascarar a verdadeira, a dura realidade econômica em que se debatiam.

Seu empenho [RB1936: generoso empenho] de fazer do Brasil uma extensão tropical da pátria europeia sucumbiu desastrosamente ante a inaptidão que mostraram para fundar a prosperidade da terra nas bases que lhe seriam naturais, como bem ou mal, já tinham feito os portugueses¹³².

A argumentação de *Raízes do Brasil*, e podemos tomá-la para isto em qualquer edição, desilude a inclinação por outra estirpe metropolitana. Mais do que isso, quer reconhecer uma verdadeira vantagem da cultura portuguesa implantada, ao sustentar que ela teve enraizamento mais profundo, ou melhor, que só ela mesmo de fato pode enraizar-se, na medida em que não quis impor à colônia as formas exóticas da capital, rígidas e inadaptáveis, na medida em não forçou à terra nova uma planta que ela não pudesse dar. “Sua fraqueza foi a sua força”¹³³.

A retorsão lógica do significado da condescendência portuguesa – passível de ser pensada como desinente de insegurança diante de outros europeus – fazia dela um atributo de virtude, próprio da alma de aventura, que “estimulou homens (...) a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas para a tal empresa”¹³⁴.

Essa apreciação, comum às cinco variantes do livro, não é reduzida com as reescritas, e sim desenvolvida. Ela parece limitar as opiniões tanto de que

¹³¹ - *Ibid.*, p. 95.

¹³² - *Ibid.*, p. 96.

¹³³ - *Ibid.*, p. 96.

¹³⁴ - *Ibid.*, p. 67. Cito a última redação do trecho, que foi firmada em 1963. Mas as mínimas alterações ocorridas são gramaticais.

tenha havido uma transformação exatamente às avessas quanto de que o ensaio tenha absorvido um vitupério da tradição. Se acompanharmos as aposições de 1948 ao quarto capítulo, engordam-se as vantagens do “desleixo”, do “chão e tosco realismo”¹³⁵ da sementeira portuguesa, sobre o “acento voluntário da linha reta”¹³⁶, símbolo da ladrilhagem castelhana. Tudo de modo que terminasse “forçoso” reconhecer nos lusíadas, responsáveis pela conquista dos trópicos para a civilização, “não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão”, assim como já apregoava o texto de 1936¹³⁷.

Aqui estamos, sem dúvida, diante de uma ou mais noções de plasticidade, caras não apenas a *Raízes do Brasil*, mas a *Casa-grande & senzala* e às conexões que se estabelecem entre eles. O abastecimento do capítulo quatro, que passou a se intitular *O sementeiro e o ladrilhador*, também tem que ver com outros debates travados no decorrer da carreira acadêmica de Sérgio Buarque¹³⁸, mas é preciso evitar esse excursus, relativamente dispensável para cá, a fim fazer outro, esse imprescindível à nossa discussão. Importa reconhecer que, no tema do diálogo com Gilberto Freyre, sobretudo com a categoria da mestiçagem, o discurso de Sérgio Buarque de Holanda sobre as qualidades plásticas do português envolve, entretanto, um argumento especial, que as associa a uma ética da aventura¹³⁹.

A “plasticidade social dos portugueses”¹⁴⁰ não seria apenas um atributo do tipo luso no ultramar, colonizador ou colono, mas de todo o caráter do povo. A descrição da Península Ibérica como *Fronteiras da Europa*, “zona fronteiriça, de transição, menos carregada (...) desse europeísmo”, ou “região indecisa entre a Europa e a África”¹⁴¹, faz quase reproduzir o que disse Freyre e

¹³⁵ - *Ibid.*, p. 195.

¹³⁶ - *Ibid.*, p. 164-165.

¹³⁷ - *Ibid.*, p. 61.

¹³⁸ - Sobre o debate entre Sérgio Buarque e Eduardo D'Oliveira França a respeito do significado moderno ou tradicional das experiências portuguesas, ver FURTADO, André Carlos. **As edições do cânone**: da fase Buarqueana na coleção *História Geral da civilização Brasileira* (1960-1972). 2014. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

¹³⁹ - WEGNER, Robert. **A conquista do oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

¹⁴⁰ - *Ibid.*, p. 59.

¹⁴¹ - *Ibid.*, p. 40.

sua noção de “bicontinentalidade”¹⁴². Reprodução que é da maior importância, tendo em vista o valor seminal dessa descrição para o relato histórico tanto de um livro quanto do outro. Mas há pelo menos uma sensível diferença nos usos que Sérgio Buarque faz dessa ideia de um africanismo entre os ibéricos.

Em *Casa-Grande & senzala*, a cultura africana incorporada redundava em importante papel para o negro na constituição do homem luso-brasileiro. Já em *Raízes*, mesmo com alguns acréscimos em 1948, não há nada como a fervura da influência africana “dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião”¹⁴³. Foi pouco mexida por Sérgio Buarque a frase: “A influência dos negros, (...) não apenas como negros, mais ainda, e sobretudo, como escravos (...)”¹⁴⁴, e a afirmação continuou a ser somente um esteio retórico. O que do caráter brasileiro Sérgio Buarque atribui aos negros, “como negros”? E mesmo no tratamento da escravatura, valeu-se amplamente de *Casa-grande & senzala*, para falar na “suavidade dengosa e açucarada”¹⁴⁵, “dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação”¹⁴⁶.

A maleabilidade portuguesa em *Raízes do Brasil* tem muito pouco com o “luxo de antagonismos”¹⁴⁷ que se trazia consigo, equilibrados, conforme a imagem do português feita por Gilberto Freyre. A de Sérgio Buarque tem mais que ver com a porosidade à rotina, às “experiências sucessivas”¹⁴⁸, com o saber-se menos “delirante” ou “artificial”, menos resistente à “vida, em suma, como a vida é”¹⁴⁹. Ao fim e ao cabo, essa plasticidade, a do desleixo, está associada a uma definição da personalidade pela indefinição, e muito pouco à incorporação de influências externas que desempenhassem qualquer função mais importante.

¹⁴² - FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (1933). 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006., p. 66.

¹⁴³ - *Ibid.*, p. 67.

¹⁴⁴ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 91.

¹⁴⁵ - *Ibid.*, p. 91.

¹⁴⁶ - *Ibid.*, p. 81.

¹⁴⁷ - FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (1933). 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006., p. 68.

¹⁴⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p.194.

¹⁴⁹ - *Ibid.*, p. 195.

Vejamos: em *Raízes do Brasil*, esse é um componente diretamente vinculado à subjetividade do tipo aventureiro. O “espírito” ou “gosto” de aventura, diz o autor, “foi o elemento orquestrador por excelência” da adaptação dos patrícios entre novas raças, costumes e condições da natureza¹⁵⁰. Mas o sujeito dessa aventura não parece ter acolhido em sua formação elementos de hibridismo. A personalidade que atravessa os séculos da história colonial é ainda aquela dos tempos anteriores às Navegações. O tipo português não conhece distâncias, não se preserva do mundo que desbrava, não tenta mimetizar uma identidade abstrata, vai e vem ter com os outros tipos, mas ele permanece... e talvez seja *preciso* dizer que permaneça *em branco*. Enfim, o português é plástico não por carregar tamanha heterogeneidade, mas por causa de sua abertura; ele não é um ser amalgamado nem repleto de antagonismos, mas sim um *desleixado*.

A digressão é indispensável para instruir porque talvez seja frustrante perseverar na busca, em qualquer dos textos editados, por uma pista que se tenha deixado para uma esperança na solução mestiça, cruzada, bigeminada, que dinamizasse a tradicional cultura da personalidade com os valores dos tempos modernos. Talvez o texto tenha encaminhado outras expectativas, sem que por isso precisemos voltar a procurar na tábua das respostas fáceis.

Por isso, o “bom”¹⁵¹ do “bom êxito” da colonização dos portugueses – aliás, somado em 1948 – provavelmente é um índice de quantidade, semelhante ao “bom” acrescentado em “bom sucesso do positivismo entre nós e entre outros povos parentes do nosso (...)”¹⁵². A adjetivação do sucesso positivista certamente não significa que ele fosse do agrado da autoria, que o detestava. Mas nem por isso Sérgio Buarque simplificou sua performance intelectual a um jogo de sim ou não. Seu juízo sobre a colonização transigente parece estar consolidado naquela sentença que dizia “como bem ou mal já o tinham feito os portugueses”.

“Bem ou mal” não é apenas uma quantificação aproximativa nem um balanço, deixado pendente, a sopesar vícios e virtudes. As diligências de Sérgio Buarque não produzem veredito que terminantemente culpe ou inocente os fundamentos históricos da sociedade brasileira, e esse é um reconhecimento que

¹⁵⁰ - *Ibid.*, p. 67.

¹⁵¹ - *Ibid.*, p. 96.

¹⁵² - *Ibid.*, p. 277.

vale ser retomado, mais algumas vezes, conforme o livro seja repisado. Por ora, a esse reconhecimento basta reter que a moeda corrente do discurso da simples condenação do passado não encontra lastro em *Raízes do Brasil* e tem, portanto, pouquíssimo valor.

O ensaio, igual e evidentemente, nunca foi um panegírico. Jamais duvidou dos deméritos do iberismo, tampouco na edição *princeps*. O inquérito sobre as origens seculares nunca deixou de eivá-las de reproches, orientou-se sempre para a superação delas e, se ainda cabe dizer, não foi em 1936 significativamente mais nem menos benevolente com o legado histórico do que viria a sê-lo depois.

São irrecusáveis as lástimas do autor, começando pela “ausência (...) de qualquer esforço sério de cooperação”¹⁵³, notadamente na extrema debilidade do artesanato, a realidade quase exclusiva da indústria caseira e a “preponderância absorvente do trabalho escravo”¹⁵⁴. O texto de 1936 já contava, no segundo capítulo, ao repassar a insignificância de povoamentos urbanos, a “escassez notável (...) de oficiais mecânicos livres que pudessem concorrer com a mão de obra africana”¹⁵⁵. O terceiro capítulo, então intitulado *O passado agrário*, pejora o ruralismo tradicional por haver frustrado os empreendimentos da década de 1850, que encontraram como “resistência importante (...), além da nossa formação econômica, fundada em grande parte no trabalho escravo, o espírito retrógrado que dominava a organização dos nossos serviços públicos”¹⁵⁶. Em seguida, a fim de complementar esse comentário sobre a carência de uma burocracia moderna, é assim que sintetiza a realidade histórica do Brasil:

Num país que durante a maior parte de sua existência foi uma terra de senhores de escravos, sem comércio que não estivesse em mãos de estrangeiros, seria impossível pretender contar com uma burguesia urbana numerosa e apta para esses serviços, que pudesse facilitar outra situação¹⁵⁷.

¹⁵³ - *Ibid.*, p. 84.

¹⁵⁴ - *Ibid.*, p. 86.

¹⁵⁵ - *Ibid.*, p. 86.

¹⁵⁶ - *Ibid.*, p. 121.

¹⁵⁷ - *Ibid.*, p. 122.

O trecho por si só já parece uma exprobação grave o suficiente para que a interpretação não consiga transformá-la em outra coisa. É muito difícil pensar em uma solução interpretativa pela qual o autor pudesse estar entrevedo um envaidecedor legado nessa “terra de senhores de escravos” e suas tantas deficiências – no passado e no presente. Não concordo que em 1936 Sérgio Buarque ligeiramente indicasse o contrário ao escrever, no início do ensaio, depois das “formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros”, o complemento “e de que nos orgulhamos”¹⁵⁸. Ora, na mesma edição e capítulo, ele também escreve que os brasileiros ainda não eram “tão diferentes de nossos avós de além-mar como gostaríamos”¹⁵⁹.

Nem é preciso perguntar se o autor era orgulhoso de suas heranças, feito uma minoria representada por Gilberto Freyre, ou então se, ao contrário, gostaria de se diferenciar delas, assim como os detratores que compunham a maioria da cena intelectual próxima a Sérgio Buarque. A conjugação acorde com a primeira pessoa do plural, nos dois casos, não é um uso majestático, não chega a ser uma ironia e sequer é uma silepse. O ensaísta não se coloca, necessariamente, entre os dois típicos brasileiros, opostos um ao outro, aos quais as frases se referem e com quem discutem. Mas Sérgio Buarque também não se exclui completamente deles. No lugar de tentar encontrar um posicionamento faccioso, melhor seria perceber que sua autoria escolhe um distanciamento. Não um distanciamento que o fixasse num pensamento extraterreno, mas um ponderado desprendimento, que regulava as distâncias conforme os enfoques desejados, que entrava e saía por experiências alternativas, que passava entre elas, no meio delas, ensaiando. Novamente, importa reconhecer uma propriedade decididamente característica das diligências e também dos vereditos de *Raízes do Brasil*.

Por fim, se fôssemos fazer alguma concessão à leitura de que haja um narrador orgulhoso do iberismo, ainda seria preciso contornar outras passagens, essas definitivamente incontornáveis. A extensão e a profundidade da crítica à tirania do pátrio poder, por exemplo, não dão espaço para dúvidas sobre os gostos do texto de 1936.

¹⁵⁸ - *Ibid.*, p. 40.

¹⁵⁹ - *Ibid.*, p. 55.

Não tem conta os casos como o de Bernardo Vieira de Melo, que suspeitando sua nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça desse um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu ao fato o próprio criminoso¹⁶⁰.

A dicção do trecho, poder-se-ia dizer, era até mais injuriosa antes de reeditada. O que se lê desde 1948 é que “não são raros os casos como o de Bernardo Viera de Melo”¹⁶¹. Houve mudança qualitativa que produz, destarte, verificável redução da quantidade de casos. Além disso, “poucos freios” foram adicionados a essa tirania para a qual, em se cancelando a revisão, “não existem peias”.

O encadeamento em que se achava o trecho, acima de tudo, era o que tornava menos pontuado o primeiro ultraje. A partir da revisão, o relato foi antecipado para o capítulo três, levado a exemplificar as continuidades do passado agrário, particularmente do patriarcado, na cultura que lentamente vivia alguma transformação. Antes da antecipação, o caso ominoso, apresentado no penúltimo parágrafo do quarto capítulo, mais todo o conjunto de considerações sobre o “velho direito romano-canônico”, a figura do *pater familias* colonial e os valores particularistas do familismo político vinham dar suporte à seguinte conclusão:

A contiguidade que se estabelece no âmbito doméstico entre os membros de uma família desse tipo tem seu correlativo psicológico bem determinado. O quadro familiar é, nesse caso, tão poderoso e exigente, que acompanha os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida pública, em todas as nossas atividades. Representando – como já notamos – o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da

¹⁶⁰ - *Ibid.*, p. 192.

¹⁶¹ - *Ibid.*, p. 133.

submissão. Resultava dessa circunstância um predomínio quase exclusivo, em todo o mecanismo social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. Explicam-se largamente, com isso, a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático, de que se tratará adiante, e também os obstáculos, já assinalados ao início do capítulo precedente, que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós¹⁶².

Esse parágrafo é o ponto nodal da reflexão de *Raízes do Brasil* em 1936, amarrado no próprio texto, entre os entraves “já assinalados ao início do capítulo precedente” e a difícil formação política, “de que se tratará adiante”. Um nó, na composição textual, que nos serve para refazer o liame e preparar a entrada da questão sobre o projeto político do livro, ainda arguindo como se representava a tradição a ser laborada por qualquer projeto.

O fragmento a respeito do fracasso de grêmios e corporações nas vilas e povoados coloniais quer exatamente explicitar a razão pela qual as bases tradicionais afetaram as organizações políticas do país.

Nossa sociedade era, assim, um organismo amorfo e invertebrado, apenas revolvido aqui e ali, frequentemente, pelas lutas entre facções, entre regionalismos e entre famílias poderosas (...). Assim, o peculiar da vida brasileira por essa época parece ter sido um acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, do irracional e uma estagnação, ou antes um afrouxamento, correspondente das qualidades ordenadoras, discriminadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente ao contrário do que poderia convir a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com conceitos modernos¹⁶³.

O apagamento dessa última expressão – “de acordo com conceitos modernos” – serve para a crítica supor que tenha havido um desvio. Foi sugerido que, enquanto a frase ali esteve, as qualidades ordenadoras só seriam convenientes caso se adotasse o ponto de vista moderno para a organização política; mas que,

¹⁶² - *Ibid.*, p. 193.

¹⁶³ - *Ibid.*, p. 86-87.

ao remover o critério, o autor apenas então teria fechado ponto com a defesa desses conceitos, agora convenientes sob o ângulo que fosse.

Mas o topo do parágrafo provavelmente desautoriza essa hipótese, uma vez que a definição da sociedade como “organismo amorfo e invertebrado” é uma inegável verrina, haja vista a filosofia organicista, pronunciada na edição *princeps*. Sérgio Buarque não cogitou defender aquela “acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, do irracional”, ainda que os afetos, as paixões e as irracionalidades pudessem ser de bom grado noutras searas, com outros acentos. Por sinal, um diferente parágrafo, mas que reitera a mesmíssima predominância dos vínculos domésticos senhoriais, este no quinto capítulo, não se importou de manter o parâmetro:

Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a ideia de família – e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais¹⁶⁴.

O tal parâmetro não é um sistema conceitual “lógico, homogêneo, a-histórico”, crivando o certo e o errado, o bem e o mal, próprio do racionalismo excessivo que se separa “irremediavelmente da vida”¹⁶⁵. Ele é mais um dos juízos mobilizados pelo autor, para funcionar em um particular, onde parece produzir o melhor resultado, como provavelmente não o faria em tantas outras demandas. Em nenhuma versão do texto as raízes aparecem descritas como se fossem apenas obstáculos. Em todas, porém, e não somente nas revisadas, Sérgio Buarque aponta como eram óbices à organização social e política. A seguinte sequência confirma-o, inclusive com a palavra, “óbice”, que escapou a uma parcela da melhor bibliografia sobre o assunto.

Foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles, ao espírito de organização espontânea, tão característico de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas.

¹⁶⁴ - *Ibid.*, p. 249-250. Em 1948, porém, o autor trocou “atuais” por “modernos”.

¹⁶⁵ - *Ibid.*, p. 315.

Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens. Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma de suas formas características nas ditaduras militares¹⁶⁶.

O trecho não foi modificado. A edição originária apenas não continha “nos tempos modernos”, onde e quando as ditaduras militares a que o autor se refere sempre estiveram. Inclusão de uma revisão cautelosa, porém menos sistemática, e que tem algo a dizer sobre aquela exclusão anterior, bem semelhante. Dilui-se a intencionalidade da discrepância entre uma e outra passagem.

Talvez reste imaginar, então, que a reedição tenha invertido o valor da aposta no tradicional. Mas é preciso ler a peremptória e intocada censura de Sérgio Buarque às esperanças na volta à tradição. Ele as descreve como índices da incapacidade para a originalidade, sinais de pouquíssima vitalidade do presente, criações destacadas do mundo e contrárias a ele. A cultura de sobrançeria, que resultava nos “elementos anárquicos”¹⁶⁷ e nas paixões em disputa, era um passado em que os anseios modernos por organização não podiam buscar socorro. Os eruditos tradicionalistas, supostamente saudosos de um tempo e de uma ordem que não houve, erravam ou faziam errar ao imaginarem “na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem”¹⁶⁸.

A ressalva feita por “certa tradição” não significa que Sérgio Buarque tenha eximido as demais retroações. Essa é a escrita única do comentário que, a seguir, faz pouco do tradicionalismo deliberado, depois direcionado ao romantismo medievalista, sobretudo numa perspectiva de conservadorismo católico. Qualquer passadismo lhe parecia débil. Porque se escarnece de um, não

¹⁶⁶ - *Ibid.*, p. 51.

¹⁶⁷ - *Ibid.*, p. 42.

¹⁶⁸ - *Ibid.*, p. 43.

defende outro. A frase recordava que os apologistas do ordenamento patriarcal não magicavam sua fantasia por inteiro, com seus senões, com seus horrores, mas apenas uma memória parcial, seletiva, determinada, “certa”. E por isso a memória continha uma malícia: “a hierarquia que exaltam é que precisa de tal anarquia para se justificar e ganhar prestígio”¹⁶⁹.

As tradições vinham sempre obrigar obediência, justificando-a. O obedecer, portanto, não é a condição da superação da desordem de autarquias indisciplináveis, mas seu contraponto dialético. É uma manifestação da mesma sobrançeria dos ibéricos: a opção personalíssima por renunciar a personalidade. “A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares”.

As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir (RB1936: constituem) formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver [RB1936: para os povos ibéricos), outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência [RB1936: “, ainda que só por exceção se manifeste”]¹⁷⁰.

Assim, *Raízes do Brasil*, em 1936 ou 1969, expõe dois destinos mais avistáveis a que nos poderia levar uma forma política fundada em nossa tradição. Reduzidos ao mínimo, eles são a anarquia e a obediência. Por um destino, os elementos personalistas e as “vinculações de sentimentos” acabariam por impedir qualquer coesão política própria a uma sociedade moderna. Por outro, como redundância e não como opção, a “autarquia do indivíduo”, manifestada pela renúncia, só encontraria solução nos regimes de força, ou ao menos de autoridade. Nos dois casos, que tenderiam a ser um só, a tradição continuava a portar seu vício de origem, “a exaltação extrema da personalidade”¹⁷¹.

Restaria, assim, a pergunta sobre a escolha política a ser trilhada. Sérgio Buarque *compreende*, mas nunca deu aceite a essas destinações. O autor até mostra desejar outro caminho e outro fim, mas, por outro lado, não acredita

¹⁶⁹ - *Ibid.*, p. 43.

¹⁷⁰ - *Ibid.*, p. 54.

¹⁷¹ - *Ibid.*, p. 54.

que a cultura brasileira pudesse simplesmente decidir percorrer os itinerários do moderno e alcançar destinos prometidos, professados. Em *Raízes do Brasil* não é possível se deparar com um manual ou um manifesto pela súbita troca do substrato do passado, nem com uma súplica pela instalação prontificada do moderno, como se as temporalidades fossem dispositivos apartados, propícios a acoplagem e desacoplamento. Sérgio Buarque nos leva a entender que simplesmente suscitar o moderno seria uma operação tão implausível e absurda quanto ressuscitar o passado colonial.

Seu raciocínio faz deferência a uma concepção orgânica do tempo e da história. João Kennedy Eugênio mostra como o organicismo em Sérgio Buarque era também, necessariamente, um entendimento sobre o movimento histórico, sobre as coisas na dinâmica da vida – independentemente de verificarmos ou não determinadas filiações filosóficas de *Raízes do Brasil*. O último parágrafo do ensaio reflete como todo compassar e harmonização não poderiam ignorar o “nosso ritmo espontâneo”¹⁷² – premissa *sine qua non* da livro, que portanto se mantém, apesar de retificada. Lembremos que para Eugênio “as mudanças feitas na edição de 1948 operam uma *atenuação*, mas não uma ruptura com o prisma organicista” (grifo do autor)¹⁷³. É justamente no parágrafo de conclusão de *Raízes* que, convicto da vitalidade orgânica, Sérgio Buarque estabelece a mediação pela qual uma criação política racional poderia operar com a cultura havida:

Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. O espírito não é força [RB1936: não é uma força] normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores [RB1936: forma exteriores] da sociedade devem ser como um contorno

¹⁷² - *Ibid.*, p. 331.

¹⁷³ - EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo Espontâneo: O organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos sem Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda**. 2010. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

congenito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas¹⁷⁴.

Independentemente do debate dito genético do texto e antes mesmo das experiências da estada alemã, é preciso destacar um sólido pressuposto de Sérgio Buarque contra a “panaceia abominável da *construção*” [grifo do autor]¹⁷⁵. Em *Signo e desterro*, Pedro Meira Monteiro reconstitui o tal pressuposto de *Raízes do Brasil* a partir dessa increpação de *O lado oposto e outros lados*. Monteiro recomenda, a meu ver com grande acerto, outro possível conjunto de referências para a entrada ao vitalismo: seus significados nas “estéticas de vanguarda a partir sobretudo de Paris, e que o jovem (...) receberia com júbilo crítico, notadamente entre 1924 e 1926”¹⁷⁶.

Seja como for, o organicismo presente em *Raízes do Brasil* – e nisto não amainado pela reedição –, leva Sérgio Buarque de Holanda a não acreditar, para além do uso ligeiro e corrente de uma ou outra metáfora, em qualquer isolamento entre os tempos históricos. O tempo pode ser divisado, demarcado – como mediante o efeito de 1888 para a história brasileira –, mas não cortado, apartado, descontinuado – e aqui a comparação entre as categorias requer uma precisão que elas, isoladamente, não podem metaforizar. O tempo da história pode ser até transcendido, pode afluir e efluir, mas ainda assim permanece contínuo, constante, sucessivo. Os diferentes processos do moderno podem se encontrar no espaço e no tempo, mas cada um deles descreve sua própria trajetória, com condições históricas que se lhes impõem desigualmente. Logo, há uma teoria política, (e) uma teoria da história em *Raízes do Brasil*.

Sérgio Buarque não vê materialidade numa mudança que ocorra a despeito, à revelia da tradição. Concebe, ao invés, uma revolução sinônima da

¹⁷⁴ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 331.

¹⁷⁵ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados” (1926). In: **O Espírito e a Letra**: Estudos de Crítica Literária I. 1920-1947. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996., p. 226.

¹⁷⁶ - MONTEIRO, Pedro Meira. **Signo e Desterro**: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2015.

categoria “superação”¹⁷⁷, talvez “suplantação”. A construção cultural, qualquer que fosse, equivaleria sempre a uma destruição. Portanto, se a realidade da vida premeria como imposição inescapável às tentativas de superá-la, o livro então se duplica, porque há aí uma de suas principais mudanças.

Ao abrirmos o último capítulo da edição de 1936, sobre o “lento cataclismo” do “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo”, lemos que “parece indiscutível, porém, que já foi transposta a sua fase aguda”. O texto de 1948 troca essa certeza por outra, que acabava demolindo a primeira: em relação ao movimento de subversão das bases em que assentava nossa sociedade, “já entramos em sua fase aguda”¹⁷⁸. A revolução é reaberta, e seus tempos atualizam-se com conjugações presentes – “processou-se” por “processa-se”, “foi” por “é”, “durou” por “vem durando”¹⁷⁹. “A urbanização contínua, progressiva, avassaladora (...) destruiu esse esteio rural” [RB1936: “poderoso esteio”], “sem lograr substituí-lo (...) por nada de novo” – “até agora”, acrescentava o revisor, admitindo vislumbres.

As últimas linhas do prefácio de 1969 –

Com segurança, afirmou estarmos entrando naquele instante na fase aguda da crise de decomposição da sociedade tradicional. O ano era 1936. Em 37, veio o golpe de Estado e o advento da fórmula ao mesmo tempo rígida e conciliatória, que encaminhou a transformação das estruturas econômicas pela industrialização. O Brasil de agora deitava os seus galhos, ajeitando a seiva que aquelas raízes tinham recolhido¹⁸⁰.

¹⁷⁷ - Thiago Nicodemo trata da revolução como superação em NICODEMO, Thiago. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**, Ouro Preto, Edufop, n.14, p. 44-61, abril. 2014., e se baseia na etimologia de *revolvere* e nas temporalidades subjacentes a ela, conforme analisados por Roberto Vecchi.

¹⁷⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 302.

¹⁷⁹ - *Ibid.*

¹⁸⁰ - CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 369.

– dependem, portanto, da leitura anacrônica das versões de *Raízes do Brasil*. Atento ao movimento em dois tempos, Luiz Feldman encontrou uma chave para interpretá-los:

O cerne da reorientação do sétimo capítulo está na mudança de ênfase entre as noções de contraponto e de revolução. Ambas já estavam presentes na primeira edição, mas passaram a ter novos pesos após os acréscimos e supressões sofridos pelo texto¹⁸¹.

Aproveito o destaque do autor à diferença entre um movimento contrapontístico e um revolucionário para pensar se uma marca do livro, antes ou depois da revisão, não é justamente a de ter identificado um movimento histórico que se permitia representar simultânea e indistintamente por “revolução” ou “contraponto”. O essencial do seu posicionamento político não está numa escolha, que acolhe traços benéficos e reprova os malsãos – técnica da ficção. Nem está em mediar a instauração do moderno por meio de revolução intelectualmente orientada, posto que a “nossa revolução” já se impunha mesmo sem uma tal mediação inorgânica. Mas qual seria, então, e como, o alvitre de Sérgio Buarque?

Podemos agora avançar para o segundo item, que repensa o tema da democracia, em uma ou outra edição do livro.

Quase todas as releituras da década elegeram discutir a respeito, ou fizeram convergir seus objetos para essa discussão. Ninguém discorda de que o livro esteja atravessado pela inquietude sobre a articulação entre o tradicional e o moderno, em vista das apresentadas incompatibilidades entre as raízes brasileiras e a democracia. Mas já se sustentou que essas incompatibilidades teriam sido reduzidas para acomodar as novas preferências e repugnâncias políticas do autor.

Se repararmos nas seguintes palavras de 1948, citadas pela crítica para sustentar que a reedição teria trazido a expectativa de mudanças e a

¹⁸¹ - FELDMAN, Luiz. “Contraponto e Revolução em *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. pp. 439-447. Para outra formulação do argumento: FELDMAN, Luiz. “Destino e itinerário”. In: **Clássico por amadurecimento**: estudos sobre *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016. p. 189-196.

premência modernizadora, já se tem uma boa amostra de que Sérgio Buarque, no entanto, dificilmente pretendia procurar pela tal compatibilização.

Eram dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o citadino e cosmopolita ao regional ou paroquial. A presença de tais conflitos já parece denunciar a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia. (...) Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas.

(...) [A crise comercial de 1864] foi o desfecho de uma situação rigorosamente insustentável, nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa. De certo modo, o malogro comercial de um Mauá também é indício eloquente da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares¹⁸².

É muito difícil imaginar que um escritor interessado em reduzir a incompatibilidade da democracia com as origens seculares tenha sido tão taxativo a respeito de “dois mundos” hostis. Mais difícil é negar que suas perguntas retóricas ratificassem a mesmíssima incompatibilidade e, finalmente, é impossível recusar uma terceira aparição da ideia em palavra, quando Sérgio Buarque garantia, letra por letra, essa “radical incompatibilidade”.

O trecho refere-se, de imediato, ao século XIX, ao período remontado a Mauá, e não é, portanto, o ponto mais indicado para subsidiar a

¹⁸² - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 128-129.

análise sobre um dilema que o autor se punha em seu tempo presente. Se em parte os cálculos seguiam os mesmos, a Abolição e a história posterior a 1888, por sua vez, repunham o tradicional e o moderno em outras contas.

Quando *Raízes do Brasil* se concentra na questão democrática que lhe é hodierna, aponta, na verdade, desde 1936, algumas empatias dela com o “temperamento nacional”. A repulsa pela hierarquia e pelos obstáculos à autonomia do indivíduo e a impossibilidade de resistir a novas influências são dadas como entradas da cultura pátria para as “ideias democrático-liberais”. A reedição não reduziu, mas ampliou o rol, com “a relativa inconsistência dos preceitos de raça e de cor”. Só que esse acréscimo no índice mudou-o apenas nisto, uma linha¹⁸³.

A afinidade possivelmente mais interessante, aquela que recebe dedicação de algumas páginas, são as recusas que tanto o “cordialismo” como a “noção de bondade natural”, associada à Revolução Francesa, opõem à “tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos”¹⁸⁴. Sérgio Buarque está aproximando o homem cordial do modelo de sensibilidade e sentimentalidade rousseauiano. Não porque eles sejam similares, mas por em comum rejeitarem a premissa antropológica do Estado que o ensaísta chama autoritário, premissa do homem como ente mau, perigoso, que o autor lera em Carl Schmitt. Estamos, na verdade, diante de uma exígua afinidade eletiva entre a cordialidade e o democratismo.

Qualquer propensão à democracia é narrada em regime de concessão argumentativa, seja qual for a edição do livro que se consulte. O “pensamento liberal-democrático”, resumido à máxima de Jeremy Bentham – “A maior felicidade para o maior número” –, logo é disposto em “contraste direto com qualquer forma de convívio humano” baseada em afetos, em paixões, portanto em favoritismos. “Amar alguém é amá-lo mais do que a outros”¹⁸⁵. Os três ou quatro pontos de contato entre a cultura nacional e os valores democráticos são colocados como parênteses entre duas alegações: a de que os princípios modernos teriam sido encampados pelo personalismo oligárquico e a de que “um

¹⁸³ - *Ibid.*, p. 324-325.

¹⁸⁴ - *Ibid.*, p. 325.

¹⁸⁵ - *Ibid.*, p. 326.

amor humano”¹⁸⁶ não poderia cimentar uma organização em escala maior que a dos círculos de intimidade.

Em todas as formas textuais de *Raízes do Brasil* é assim e ali que a questão se apresenta. A tal compatibilidade é relativa: “(...) apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com o democratismo liberal”. Sérgio Buarque trocou “democratismo liberal” por “ideais democráticos”, mas manteve “democrático-liberal” e “pensamento liberal-democrático” ao explicar-se. A troca e a manutenção são ambas importantes, mas não alteram que a conformidade da cultura brasileira com a democratização, em qualquer caso, fosse somente uma reserva.

A distinção entre o tipo de sociabilidade alicerçado em um “amor humano” e a sociabilidade fundada na cooperação racional desapaixonada é o pilar da ideia central e permanente sobre a incompatibilidade com a democracia. Seria oportuno pesquisar como o contato com os estudos de Margareth Mead esclareceram para Sérgio Buarque a própria tipologia antropológica, a partir da reedição¹⁸⁷. De qualquer modo, o núcleo dessa ideia pode sempre ser lido na abertura do sexto capítulo:

Essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva. Por isso mesmo que relutamos em aceitar um princípio superindividual de organização (...) ¹⁸⁸.

E não se pode dizer que Sérgio Buarque guardasse, em 1936 ou depois, um apego velado por essa subordinação dos “quadros da vida” ao princípio familiar e às virtudes particularistas. Também o começo do quinto capítulo alertou sempre para a descontinuidade entre a família e o Estado. Se o cordial era elogiável e mesmo desejável em outros âmbitos da vida, não servia à

¹⁸⁶ - *Ibid.*, p. 327.

¹⁸⁷ - Conforme a citação de Sérgio Buarque de Holanda, “Margareth Maed. *Cooperation and Competition among Primitive People*, Nova York, 1937, p.16”. A diferença entre cooperação e “prestança” é incorporada para dizer que prevaleceram na colônia as formas cooperativas, uma vez que a união é resultante do interesse pelo objetivo material em comum. *Ibid.*, p. 90. Nesse sentido, “competição e das rivalidades” viram “concorrência”, incidência do estudo de M. Mead. *Ibid.*, p. 257.

¹⁸⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 273.

organização política e à esfera pública. Ao revés, dirimia-os. “O conflito entre Antígona e Creonte”, que condiciona a crítica ao personalismo, já como primeiro tópico do capítulo, vem logo depois de o anterior concluir-se, em 1936, com a menção ao caso exemplar de Bernardo Vieira de Melo e à natureza antipolítica da invasão do público pelo privado.

O homem cordial resulta, portanto, do “passado agrário” e da “herança rural” e se projeta nos “novos tempos” e em “nossa revolução”. O ponto de articulação mostra, sintomaticamente, que este impasse é central para o que está ensaiado em *Raízes do Brasil*: a “contribuição brasileira para a civilização”¹⁸⁹ é, ao mesmo tempo, o que proíbe ao país uma organização política moderna.

O impasse parece atravessar incólume as edições. Mas tem se aventado a possibilidade de o primeiro texto ter sido simpático a essa “forma especial de sociabilidade”¹⁹⁰ e engajado a suas manifestações, aproximando-a mais da ideia de bondade do que Sérgio Buarque gostaria de admitir¹⁹¹.

Infelizmente, esse debate não cabe aqui, senão para reforçarmos que, em qualquer caso, não houve, porém, mudança no proveito político que se poderia tirar da cordialidade. De início, vale repetir pelo menos três pontos contínuos: o homem cordial limitava a vida política; pouco tinha em comum com a democracia; mas não poderia ser ignorado, mesmo moribundo ou defunto, porque toda construção cultural é destruição.

Mas a nota mais grave do argumento até então não a ouvimos. O primeiro *Raízes do Brasil*, e não o revisado, foi o que mais explicitou a ideia – todavia comum a ambos – que parece desesperançar todo destino político a partir da cordialidade: o texto rejeita que a ordem familiar e intimista pudesse ser transformada em Estado por “*generatio aequivoca*”, “ao contrário do que presumem alguns teóricos”¹⁹². O cordialismo não era matéria orgânica de onde pudesse brotar espontaneamente a organização verdadeiramente política. Assim, a

¹⁸⁹ - *Ibid.*, p. 254.

¹⁹⁰ - ROCHA, João Cezar de Castro. **O exílio do homem cordial**: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004., p. 53

¹⁹¹ - FELDMAN, Luiz., *op. cit*; LIMA, Luiz Costa. A pouco cordial cordialidade. **Revista da USP**, São Paulo, n. 110, p. 107-114. jul-set. 2016.

¹⁹² - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 245.

questão capital sobre a gênese do organismo civil não parece, com Sérgio Buarque, encontrar saída nas tentativas de composição plástica ou incremento evolutivo do substrato tradicional. Exigia ato que o transcendesse, que o suplantasse, ato fundador e inaugural da vida política. E nem por isso a expectativa é edulcorada:

Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade¹⁹³.

Aquela urbanização que ele descreve como “avassaladora” produziria “desequilíbrio social”¹⁹⁴ – “tremendo desequilíbrio social”, disse originalmente – e o triunfo da nova ordem acometeria dimensões sociais e econômicas. A preocupação ininterrupta com a modernização industrial, seus efeitos e suas relações de trabalho não precisa, porém, receber a pecha de tradicionalista. Basta pensarmos nas diferentes reflexões que podem ser lidas, por exemplo, em Karl Polanyi ou Richard Thurnwald¹⁹⁵, ou mesmo em Max Weber.

O homem cordial, que no Dezenove resistira sobejamente à civilização, estava condenado a desaparecer junto com o iberismo de que se nutria. Mas a reedição de 1948, reabrindo a fase mais aguda do nosso tempo revolucionário, deu caminho para vitória irrestrita dos novos tempos e antecipou a morte do tipo-personagem. Pela primeira vez a estrutura personalista, já em sua forma abasileirada, estava à beira da extinção. A nova estrutura da sociedade vencia a estrutura da personalidade¹⁹⁶. Seria preciso acertar o rito que enterrasse o “pobre defunto”, e não desenvolver técnicas de mumificação ou necrofilia.

Pois bem, a reprimenda insofismável ao familismo político não ignorava, por isso, as virtudes das paixões onde elas se manifestassem

¹⁹³ - *Ibid.*, p. 246.

¹⁹⁴ - *Ibid.*, p. 252.

¹⁹⁵ - POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época (The Great Transformation, 1944). Trad. Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

¹⁹⁶ - WEIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76. p. 39-62, jun. 2011.

adequadamente – temos dito –, nem confiava que se pudesse simplesmente optar pela inauguração da democracia. Afinal, estabelecia-se uma consistente oposição entre a pseudopolítica tradicional e toda forma calcada na racionalização e na sua subjacente impessoalidade. Assim, o autor tentava evidenciar o que lhe parecia um infortúnio profundo e encoberto, porque também enraizado na história brasileira: “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”¹⁹⁷.

A frase é uma insígnia, um distintivo de *Raízes*. Curta, escrita no engaste entre períodos longos, causa impressão de que foi escolhida para brilhar um remate lapidar. Ela está intacta desde então. A incerteza sobre o oscilar de seu significado deve-se ao que aconteceu no entorno, a começar pela nova redação do parágrafo.

O texto definitivo, estabelecido pela primeira revisão, é o seguinte:

Mas os positivistas foram apenas os exemplares mais característicos de uma raça humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que este começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das ideias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhes imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim pudera incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas

¹⁹⁷ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 281.

que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos¹⁹⁸.

Inicialmente, o fragmento achava-se assim:

Mas os positivistas foram apenas os exemplares mais característicos de uma espécie humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que ele começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, o convívio das ideias e especulações pareceu-nos a mais fácil e dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira. Na verdade, a ideologia impessoal e antinatural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e discursos.

Saiu “a crença mágica no poder das ideias”, mas para continuar noutra parte, e de todo modo a crítica, seja no parágrafo, seja no capítulo, não foi afetada. A facilidade da vida evadida da realidade também foi transposta. A nova redação ainda explicita o receio com o impacto do cruzamento entre a vida brasileira e um sistema de terras estranhas – o que, a essa altura, era apenas uma precisão monótona. Mas as diferenças chamativas vem a seguir. Sérgio Buarque apaga, da ideologia do “liberalismo democrático”, o adjetivo “antinatural”, que permitia originariamente uma relação incerta com a avaliação de que jamais tivesse havido a naturalização dessa ideologia entre os brasileiros. E caem as

¹⁹⁸ - *Ibid.*, p. 280-281.

“maiúsculas impressionantes” e as “fórmulas abstratas”. Depois, passada a frase, ocorre uma inversão: a aristocracia rural, antes, acomodava-se como podia às leis democráticas. Agora, reescritos, os aristocratas ativamente é que tratavam de acomodar o sistema novo à situação tradicional, como fachada.

A inversão dos fatores não parece ter alterado o produto. A superficialidade de preceitos antiaristocráticos para uma organização aristocrática é a conclusão comum às duas leituras, e a democracia, nos dois casos, termina esvaziada, epidérmica. Já as “maiúsculas impressionantes” e as “fórmulas abstratas” são eclipsadas, mas não invertidas. Sérgio Buarque estava aparando, polindo uma dicção que se permitira ser mais afiada em 1936.

Todas as permanências parecem bem mais importantes. O próprio valor do “lamentável mal-entendido” na economia narrativa do sexto capítulo é estável. Antes do fragmento discutido, o itinerário de *Novos Tempos* começa na explicação da cultura de *finis operantes* e passa pelas explanações sobre bacharelismo, vacuidade das estruturas intelectuais, sucesso do positivismo como negação e “horror à realidade”¹⁹⁹, até, finalmente, alcançar a citação que antecede àquele parágrafo.

Era-lhe indiferente que governasse Pedro ou Martinho, liberal ou conservador. Todos, na opinião dele, não prestavam para nada. E eu muitas vezes estranhava essa indiferença e o pouco-caso de Benjamin pelas nossas coisas políticas, que em geral são tão favoritas de todo brasileiro de alguma educação; e procurava explicar o fato estranho, dizendo comigo mesmo que ele era um espírito tão superior, que não se ocupava com essas coisas pequeninas, e nem tempo tinha, porque pouco lhe sobrava para seus estudos sérios de matemática a que sempre se dedicou com ardor e paixão²⁰⁰.

A continuação do capítulo pode ser igualmente esclarecedora. Ela aborda os movimentos reformadores dirigidos do alto e o povo “bestializado”,

¹⁹⁹ - *Ibid.*, p. 279.

²⁰⁰ - Segundo a nota de Sérgio Buarque de Holanda, “Teixeira Mendes, *Benjamin Constant, esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira*, I, Rio de Janeiro, 1913, p. 88”. *Ibid.*, p. 296.

pela conhecida descrição de Aristides Lobo. Retrata a percepção das elites como limitada à visão de uma “dura realidade”²⁰¹, “artificiosa e livresca”²⁰², e encerra reafirmando o “bovarismo nacional”²⁰³, mania de idealização que se ampliava na República com “panaceias” modernas²⁰⁴. De novidade, 1948 veio inserir Pedro II bem no tempo de seu reinado, e ampliar os traços “por onde nossa intelectualidade ainda revela sua missão nitidamente conservadora e natural”: “a presunção (...) de que o verdadeiro talento há de ser espontâneo, de nascença”²⁰⁵ e o “voluntário alheamento ao mundo circunstante”²⁰⁶.

Essa espécie de inventário dá segurança de que o mal-entendido foi sempre atribuído às mesmas razões e que, tampouco em 1936, o engano com a democracia estava no desconhecimento de uma eventual riqueza da tradição política personalista e cordial.

Quando o parágrafo central começa afirmando que os “positivistas foram apenas os exemplares mais característicos”, ele vem juntar os teóricos liberais ao erro genérico da “confiança no poder milagroso das ideias”²⁰⁷. Essa é uma ideia-chave do ensaio, que, em relação ao passado, ajuda a justificar o relativo êxito do desleixo do colonizador português, na comparação com holandeses ou até castelhanos, e, em relação ao presente, desabona as várias proposições políticas que rondavam os anos 1930, desabono que é preciso estudar em separado. E quando o mesmo parágrafo termina, numa versão ou na outra, insistindo que os “livros e discursos” seriam a causa e o limite de toda a democracia no Brasil, fecha-se um anelo em torno da tal sentença que lhe engastava o sentido. A superficialidade permitia, lamentavelmente, que fossem os aristocratas semifeudais a campear pela democracia, apenas pelo que ela aparentava, sem que houvesse grande perturbação ao mundo senhorial.

²⁰¹ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 283.

²⁰² - *Ibid.*, p. 285.

²⁰³ - *Ibid.*, p. 291.

²⁰⁴ - *Ibid.*, p. 291.

²⁰⁵ - *Ibid.*, p. 288.

²⁰⁶ - *Ibid.*, p. 289.

²⁰⁷ - *Ibid.*, p. 279.

Sobre os movimentos reformadores, no texto de 1936, eles “partiram sempre de cima para baixo”²⁰⁸. A revisão evidenciava que eram apenas “aparentemente” reformadores. Mas em compensação foi menos severa na crítica ao reconsiderá-la com um “quase” – “quase sempre de cima para baixo”, uma cautela que o autor adotou sistematicamente em 1948. Ao povo – e ao autor – nunca pareceu que os “campeões das novas ideias” poderiam fazer ou desfazer as “formas de vida” assim, “por decreto”, nunca pareceu que a massa fosse deixar de “carregar a albarda”²⁰⁹.

Toda essa explanação de Sérgio Buarque provê o seu argumento: a democracia, trazida à nossa cultura, simplesmente não existiu, porque sua realização não foi propriamente democrática. Reduzindo ao mínimo, o mal-entendido parece exprimir-se assim. Não havia e nem podia ter havido democracia no Brasil, senão como fórmula ou como deformação, a se vestir, no entanto, com o mesmo nome. O mais lamentável do equívoco não era apenas a redução do princípio a ornamento, mas sobretudo a constatação de que esse decoro vinha prestar-se a trajar um regime que, em verdade, pugnava positivamente pelo oposto: “É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro”²¹⁰.

Essa última afirmação, inscrita no capítulo final, sela o raciocínio. Na versão de 1936 ainda havia repetida, logo em cima da consideração da democracia traduzida em personalismo, uma remissão ao sexto capítulo, uma “confirmação do que se vem dizendo sobre a adoção de fórmulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal-entendido”. A repetição era retórica, mas facultativa.

A remissão, na verdade, começava poucas linhas antes, em trecho que também foi rescrito. Parece útil citar suas duas redações, porque a passagem minimamente sintetiza e representa as operações que, de acordo com as releituras recentes, reconstruíram as proposições principalmente políticas de *Raízes do Brasil*.

Antes da reconstrução, lia-se o seguinte:

²⁰⁸ - *Ibid.*, p. 281.

²⁰⁹ - *Ibid.*, p. 281-282.

²¹⁰ - *Ibid.*, p. 324.

Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível. A formação de elites governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve os decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia mediante um poder acentuadamente oligárquico. Ainda hoje a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena República da Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central explicam-se largamente pelos mesmos motivos. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina²¹¹.

A partir de 1948, o texto diz:

É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.

Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível. Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediante um poder

²¹¹ - *Ibid.*, p. 322-324.

acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E ainda hoje, a maior estabilidade da pequena República da Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central explica-se largamente pelos mesmos motivos. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa para a anarquia. A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina.

Revisto o parágrafo, o personalismo, de “noção positiva”, “talvez a única verdadeiramente positiva”, passa, mais singelamente, a *poder* “ser em muitos casos uma força positiva”. Os lemas da democracia liberal, que em 1936 “são” conceitos superficiais ao lado do personalismo, em 1948 assim somente “parecem”. A estabilidade política oligárquica também se torna uma aparência. Já as resistências vencidas pela oligarquia personalista enxugam-se em “liberais”, e não mais aquelas da “demagogia liberal, acordando os instintos e sentimentos mais vivos do povo”. O reconhecimento aos êxitos de Diego Portales talvez tenha ficado mais remoto com a revisão, e foi excluído que o “poder acentuadamente oligárquico” tivesse arrancado o Chile também do perigo da ditadura. A reedição lembra que essas excepcionalidades chegam “a fazer esquecer”, tudo indica que ao próprio Sérgio Buarque, o que dissera uma dezena de vezes sobre esse “disfarce grosseiro” para anarquia. No fim, Sérgio Buarque apaga a categoria da mentalidade.

A leitura comparativa propiciou o entendimento que leu uma transição no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e, assim, nas indicações programáticas que ele deixara nas variantes de *Raízes do Brasil*. Essa transição seria – se perdoado o muito resumir – a reestruturação da obra para, afastando-a de um lugar conservador ou autoritário, poder apresentá-la associada a um ideal democrático dito progressista, numa adaptação aos acontecimentos e aos encerramentos da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo.

A tese é muito bem pensada e um verdadeiro achado, capaz de salvar a obra de sua museificação demasiado tradicional. No entanto, não me

parece combinar nesse e nos outros fragmentos alterados com as proposituras que se podem ver no livro em 1936. O estudo dos textos mudados permite outras interpretações, outros sentidos para o conjunto do ensaio, naturalmente para o próprio parágrafo referido e para as duas, três ou mais versões que se fizeram. Não vejo, nem mesmo em seu lançamento, que *Raízes do Brasil* preconizasse uma solução conservadora, por exemplo, um conservadorismo como forma ou um Estado oligárquico baseado no componente fundamental da alma do povo, o personalismo. Menos ainda que concedesse aceitar, em último caso, os remédios tirânicos.

Em primeiro lugar, e de novo, parece impossível que o autor apostasse no personalismo da tradição. Sequer virtualmente ele imaginaria restaurar o patriarcado colonial de um ruralismo em vias de extinção, a míngua dos meios urbanos e de suas atividades, a carência de organização política e as vontades tirânicas e criminosas dos incontáveis senhores da vida e da morte. Repita-se: sequer virtualmente o faria, afinal, além de tudo, Sérgio Buarque condenava essa “deliberação” tradicionalista. E não é preciso insistir nas restrições em que se pode ver, em qualquer edição, um elogio às organizações sociais tradicionais ou à cordialidade.

Tudo isso já foi dito. Mas ainda cabe somar, duvidando de uma aposta de Sérgio Buarque em qualquer personalismo redimido, uma anotação sobre o adjetivo “positivo”, em torno do qual se faz a primeira reformulação do parágrafo em destaque. “Positivo”, alega-se, acarretaria uma lisonja à cultura da personalidade. Há quem o entenda assim, mas o qualificativo é um tópico recorrente do ensaio e, ali também, parece designar aquilo que tem como base os fatos e a realidade da experiência. É o que se lê em passagens como “seu instinto essencialmente negador vedou-lhes continuamente a possibilidade de inspirarem qualquer sentido construtivo, positivo”²¹²; ou “fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica ao liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo”²¹³. A palavra não implica em beneplácito, da mesma forma que o “negativo” não é, *per se*, a crítica – “essas ideias e os móveis

²¹² - *Ibid.*, p. 279.

²¹³ - *Ibid.*, p. 317.

instintivos do povo coincidiram aqui de preferência no que apresentam (...) de negativo ou de menos consciente²¹⁴.

A versão de 1936 continha linhas que teciam a mesma comparação entre o personalismo positivo e a ideologia negativa da democracia, importada pela “nossa América”. É textual:

E dessa forma os povos da nossa América foram levados a enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria à total despersonalização.²¹⁵

Mais importante é perceber que a “noção positiva”, ao lado dos ideais “sem raízes fundas na realidade”, obriga, sem dúvida, que se note uma poderosa crítica de Sérgio Buarque à teoria democrática, sim, mas que essa reprimenda não requer, automaticamente, um elogio compensatório à cultura da personalidade. A conclusão seria sofismática. Basta lembrarmos o horror à “panaceia abominável da *construção*” e as admoestações a um sem-número de positivismos brasileiros. Aliás, o próprio personalismo – o primeiro *Raízes* já o dizia – era tantas vezes um fator negador da realidade, o que tornava preferível a versão mais parcimoniosa: “pode ser em muitos casos uma noção positiva”.

Ademais, o autor é inequívoco ao falar tanto do personalismo velado em nossas bandeiras democráticas quanto da contiguidade entre caudilhismo e impersonalismo, ou “a antítese impersonalismo-caudilhismo”²¹⁶. Afinal, em *Raízes do Brasil*, a insistência do agravo à democracia brasileira, seja ele mais ou menos candente, dirige-se ao modo pela qual ela se deixa subtrair pela cultura da personalidade. Não parece conduzir a outro lugar o caminho que escolhe por um dos polos desse “círculo de ideias”²¹⁷. “Uma superação da ordem democrática só será possível, efetivamente, quando vencida tal antítese”²¹⁸.

²¹⁴ - *Ibid.*, p. 323. Relativo à edição de 1936.

²¹⁵ - *Ibid.*, p. 315. Relativo à edição de 1936.

²¹⁶ - *Ibid.*, p. 317.

²¹⁷ - *Ibid.*, p. 316.

²¹⁸ - *Ibid.*, p. 317. Relativo à edição de 1936.

Nesse sentido, ao substituir “antítese impersonalismo-caudilhismo” por “liberalismo-caudilhismo”, Sérgio Buarque não desdisse nada sobre o impersonalismo ser incompatível com nossa cultura ou sobre sua manifestação local ser apenas transviada. Nem alterou aquelas virtudes e aqueles vícios que vimos *Raízes do Brasil*, desde 1936, encontrar no Estado abstrato e impessoal.

Em segundo lugar, recobremos o texto, na versão de 1936, entre a passagem sobre a antítese e a passagem sobre a “força positiva” da tradição personalista: primeiro ele itera o “predomínio do elemento emotivo sobre o racional” e a consequente “primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva”; logo reforça “nossa inadaptação a um regime legitimamente democrático”, não importando formalismos, como o surgimento de partidos políticos; finalmente, confirmando a questão extenuante, pergunta quem ignora que a transformação política no Brasil tenha sido sempre “o triunfo de um personalismo sobre outro”²¹⁹.

E o livro continua: não prezamos a democracia; mas desde os tempos monárquicos “um inextrincável mecanismo político e eleitoral ocupa-se continuamente em velar-nos esse fato”; embora tenhamos as módicas afinidades com o democratismo liberal. Lembrando o texto,

É claro que um amor humano que se asfixia e morre fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios.

O livro passou a dizer, em 1948, que “com a simples cordialidade não se criam os bons princípios”. Alguns comentadores têm apontado na frase original uma sinonímia entre cordialidade e bondade, o que importaria uma contradição com o que Sérgio Buarque escreveu na *Carta a Cassiano Ricardo*, juntada às edições de 1956 e 1963. Não é impossível, contudo, que as vírgulas estivessem enumerando núcleos de um sujeito composto, e bastante provável é que a frase “não se criam bons princípios”, mantida, referiu-se sempre ao capítulo quinto: defendendo a abolição da ordem familiar “por uma transcendência” que

²¹⁹ - *Ibid.*, p. 321-322.

formasse o Estado, Sérgio Buarque traduz Samuel Johnson para concordar que, na criação, “as *boas* mães causam, provavelmente, maiores estragos [RB1936: danos] do que as más (...)” [grifo do autor]²²⁰.

Seja como for, é a constância que se faz notar. “Nenhuma organização humana” poderia se endurecer a partir do coração maternal, pouco importando os remédios a mão – o que nos conduz a uma terceira ordem de questões sobre a última leitura de *Raízes do Brasil*.

Nós leitores, impelidos a lidar com o substrato orgânico e vedada a possibilidade de fazê-lo desaparecer num passe de mágica política, passamos a supor que ele devesse sobreviver de alguma maneira. Se o resgate da tradição era, mais que reprovável, inconcebível, talvez a sugestão então fosse por aprimorá-la, atualizá-la ou amadurecê-la. O verdadeiro triunfo de um povo estaria, diz uma crítica, no reconhecimento e na assunção de seus instintos e sentimentos os mais vivos, em seguir sua própria natureza. O livro desvendaria um governo das elites encarnado numa personalidade.

Para não reescrevermos todas as observações já feitas, é possível assinalar três novos empecilhos. Primeiro: o próprio Sérgio Buarque precisaria dizer a si mesmo que aquela organização seria uma tragédia anunciada, tendo em vista o “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo”. Segundo: esse governo das elites, sem que estivéssemos falando dos velhos ou dos novos patriarcas, da plutocracia dos novos tempos ou da aristocracia do espírito, das possibilidades vislumbradas no presente ou no futuro, enfim, ele seria apenas um “mundo fora do mundo”²²¹, como o autor tanto reprovava. Terceiro: fosse essa a solução, seria mais difícil entender a severidade do livro com o Brasil de 1936.

É preciso, portanto, e retornando ao pequeno desfecho do item sobre o legado português, pensar com Sérgio Buarque na necessidade indeclinável de uma suplantação. Mas nossa leitura ainda não ficará mais acorde com o texto se concluirmos que o último socorro pudesse vir, segundo o autor, de um tirano. A

²²⁰ - *Ibid.*, p. 249.

²²¹ - *Ibid.*, p. 284.

seguinte passagem, por exemplo, já foi interpretada como admissão dessa possibilidade:

É necessário um elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que se possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar [RB1936]²²².

Diferentes comentadores sublinham a atenuação de “invenções fraudulentas” por “ilusões”, mas me parece que sobrelevado deva ser o prosseguimento tanto da constatação da efetividade da tirania quanto da crítica à mitologia liberal, que se estende a uma dimensão da doutrina democrática. Sérgio Buarque amesquinha as “panaceias”²²³. Desanuvia a “miragem da alfabetização”, isto é, a crença de publicistas como Mário Serva Pinto em que a mera instrução pudesse alçar o país à “posição de segunda ou terceira potência do mundo”²²⁴. Corrige a preocupação prioritária com a sabedoria das leis e das plataformas²²⁵, com o valor normativo das instituições: a democracia não fracassa porque os partidos são falhos, mas os partidos falham porque a democracia é fracassada²²⁶. A edição de 1948 apagou a crítica ao voto e à qualidade comutada em quantidade, bem como diminuiu o deboche à magia dos princípios da Revolução Francesa ou da Terceira Internacional²²⁷, mas não aparentou ter se convencido dos condões desses instrumentos democráticos.

O significado da democracia difundido por *Raízes do Brasil* não foi prejudicado por essas afirmações. Ao contrário, elas aguçavam a sua peculiaridade. A crítica ao aparato existe em função de uma exigência de substância, e não de um titubeio sobre as fórmulas tirânicas. As soluções instrumentais, como os partidos, faleciam porque a matéria enfrentada inutilizava seus efeitos, a começar pela matéria original, a “sobranceria” personalista.

²²² - *Ibid.*, p. 327-328.

²²³ - *Ibid.*, p. 291.

²²⁴ - *Ibid.*, p. 289-290.

²²⁵ - *Ibid.*, p. 312.

²²⁶ - *Ibid.*, p. 322.

²²⁷ - *Ibid.*, p. 315-316 e 330.

É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida²²⁸.

A permanência da ideia de que só uma “força exterior respeitável e temida” pudesse compor um “acordo coletivo durável” certamente não é uma apologia e, mesmo que assim fosse considerada, indicaria que não houve a mudança muitas vezes sugerida. De novo, o elogio à tirania teria que existir em qualquer edição, o que é impensável, e o próprio raciocínio do autor sobre as invenções bloqueava esse equívoco:

É certo que tais invenções, em si, não constituem argumento sério contra o liberalismo e que existem outros recursos, além da tirania, para a consolidação e estabilização de um organismo social e nacional [RB1936]²²⁹.

Sérgio Buarque talvez tenha atenuado o vozeio contra o liberalismo, o que pode realmente implicar em uma adesão a alguns de seus “recursos” democráticos, ou pelo menos em um silenciamento significativo. Mas é patente que ele não escreve sequer um novo elogio à democracia. Por isso, além do escrutínio das mudanças, é a consulta de inúmeras continuidades que talvez recomende outra exegese. A necessidade de organização é um tema que, desde as primeiras páginas do ensaio, perpassa o texto, em qualquer edição. Sem a obediência [RB1948: “simples obediência] como princípio de disciplina, a “instabilidade constante de nossa vida social” precisa ser freada por um “substitutivo” [RB1936: “sucedâneo”], que em vão procuravam importar ou criar por conta própria.

Não há alteração no argumento. Mas o adjetivo “simples” somado à “obediência” talvez tenha atenuado uma eventual apologia à obediência em si, o

²²⁸ - *Ibid.*, p. 42.

²²⁹ - *Ibid.*, p. 328. Relativo à edição de 1936.

que seria pouco provável, em vista de tantas outras passagens. Por exemplo, a obediência “aparece” como virtude suprema; é o único princípio político verdadeiramente forte “para eles”; “não existe, a seu ver” outra disciplina. Além da aparência e da atribuição compreensiva, não há apologia, Sérgio Buarque não o defende.

O autoritarismo conhecido na modernidade ele logo o condena. Certamente o fascismo, regime dos “‘caudilhos esclarecidos’ da Europa moderna”, apenas “negação disciplinada”, “contrarreforma”²³⁰, “crítica ao liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo”²³¹. Já o “mussolinismo indígena”, o integralismo, além de menosprezado como “teoria meramente conservadora” e “partidária sistemática da Ordem, quer dizer do Poder Constituído”²³², é desprezado por contentar-se no plano teórico em “ser perfeitamente insignificante”²³³. A resenha de *Maquiavel e o Brasil*, livro de Otávio de Faria, publicada por Sérgio Buarque no *Boletim de Ariel* em dezembro de 1933, teve reproduzidas algumas considerações em nota²³⁴, “por esclarecerem melhor” a observação sobre a energia do fascismo: ela “parece ser antes o resultado de simples idiossincrasias do que de convicções baseadas em um atento raciocínio”²³⁵. À débil doutrinação brasileira ainda

(...) faz aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos²³⁶.

O parágrafo segue afirmando que “deu-se com eles a coisa semelhante ao [RB1936: coisa parecida com o] que resultou do comunismo”. Ao marxismo nacional teria importado mais a “mentalidade anárquica” do que “a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários”. Não há um único

²³⁰ - *Ibid.*, p. 329.

²³¹ - *Ibid.*, p. 317.

²³² - Escritas em fins de 1934, conforme nota do livro, essa crítica dirigia-se às ligações do integralismo com o poder e o governo de Getúlio Vargas àquela altura. O “Poder Constituído” não era uma opção para a revolução esperada.

²³³ - *Ibid.*, p. 330.

²³⁴ - *Ibid.*, p. 335-337. Relativo à edição de 1936.

²³⁵ - *Ibid.*, p. 335.

²³⁶ - *Ibid.*, p. 330.

elogio nem mesmo ao difuso ideal de socialismo sobre o qual Antonio Candido nos fala em *A visão política de Sérgio Buarque de Holanda*.

Sem recair nos regimes de força ou reduzir a política à disciplina, a organização, entretanto, não é abandonada ao impensado.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditosos [RB1936: Em tempos mais ditosos] do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente [RB1936: espontaneamente] e sem esforço²³⁷.

A tragédia da política não é o cumprimento da norma social, mas a imposição do dever, a sua objetivação impositiva e alienante. Sérgio Buarque dá razão à crítica de Alberto Torres à “separação da política e da vida social”, que “atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância”. Mas completa dizendo que “(...) Torres não viu, e não quis ver, todavia, que foi justamente a pretensão de compassar os acontecimentos pelos sistemas, as leis e os programas, uma das origens da separação (...)”²³⁸. “Uma nação se desintegra quando confunde o seu dever com a noção geral de dever”²³⁹. Cai essa epígrafe de Nietzsche, como as atribuídas a Salústio e a Milton, mas não os auspícios de qualquer uma delas. *O Anticristo* sempre compôs, direta ou obliquamente, a crítica radical feita por *Raízes do Brasil*. Sem prejuízo da legenda democrática, e sim por causa deles também,

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio –, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele

²³⁷ - *Ibid.*, p. 314.

²³⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 312.

²³⁹ - *Ibid.*, p. 299. No original: “Ein Volk geht zugrunde, wenn es seine Pflicht mit dem Pflichtbegriff überhaupt verwechselt”.

pode conquistar por esse meio, e só por ele, uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal²⁴⁰.

A revisão de 1948, além de cortar a locução “de fato”, faz maior diferença com a troca de “Ele pode conquistar por esse meio, e só por ele” por “Ele ainda pode conquistar por esse meio”. Mas o tópico frasal mantém a essência do conflito e do convívio entre diferentes grandezas, diferentes valores que habitam o pensamento político de Sérgio Buarque.

[A]lguns ficariam sinceramente escandalizados se lhes dissessem que uma ação moralmente recomendável pode ser praticamente ineficaz ou nociva. Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática²⁴¹.

Os preceitos de Sérgio Buarque de Holanda são capazes de escandalizar ainda hoje, mas o trecho pode apaziguar nossas inquietações com a confissão do seu “politeísmo”²⁴². É a natureza *agoniada* de uma reflexão crítica como essa que nos deixa a mesma inquietação sobre qual seria, então, o projeto político preconizado. Em algumas oportunidades, as dúvidas de quem lê são tão intensas que acabam transferidas para o autor, confundidas com as hesitações que Sérgio Buarque talvez tenha revelado. A já citada resenha que Sérgio Milliet²⁴³ publicou em 1936, apesar de elogiosa, incomodava-se com a tal falta de respostas

²⁴⁰ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 310. A expressão “de fato” foi cortada.

²⁴¹ - *Ibid.*, p. 328-329.

²⁴² - WEBER, Max. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Ciência e Política: duas vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 41.

²⁴³ - MILLIET, Sérgio. Raízes do Brasil. **O Estado de São Paulo**. 18 de novembro de 1936, p. 4.

de *Raízes do Brasil*, mesmo o resenhista reconhecendo que o autor tivesse se dedicado exatamente a brincar as soluções de papel.

O que Milliet chamou “ceticismo” deve ser lido como um componente da posição de Sérgio Buarque, e não externo a ela. *Raízes do Brasil* desaprova tanto a escrita de mera negação quanto a destituição da vida de “todo elemento puramente racional”, o que só o “absolutismo da razão” poderia pretender²⁴⁴. A abundância de objeções do autor às vozes que o rodeavam nos anos 1930 são também uma postura rija e afirmativa de sua visão de mundo, que não se apresenta com asserções diretas. Talvez seja esclarecedora a frase de Antonio Candido, em *Radicalismos*, pontuando que *Raízes do Brasil* “reconhecia a necessidade (...) de uma revolução cujos traços não sugere, mas que situa no horizonte da sua reflexão”²⁴⁵. Vejamos, no último segmento do capítulo, que é mais do que aceitável a reivindicação de um lugar democrático e radical para esse vislumbre e para essa maneira pela qual o intelectual o mediava.

Aliás, ainda não estão muito claras as razões pelas quais a crítica entende que Sérgio Buarque tenha se convertido à democracia. Defende-se que a obra tenha acolhido os elementos da guinada ideológica, como por reflexo de uma transformação de seu pensamento, mas ainda são lacunares a explicação e a compreensão sobre os motivos e as características dessa mudança, ainda não investigada. E o problema não se esgota na dúvida se as novas locuções trazem ou não dizeres mais democráticos, mas ainda é conveniente entender como e por que isso teria ocorrido.

João Kennedy Eugenio discorda de que o progressismo do livro tenha emergido de um “viés” diametralmente contrário, mas nos oferece, em relação à suavização do organicismo e ao vitalismo, uma conjectura que poderíamos utilizar para a questão da democracia. O *Zeitgeist* do pós-Guerra teria provocado um mal-estar com aquelas companhias teóricas, e a proximidade com o discurso de legitimação do Estado Novo já desgastara o ânimo do autor com o livro. Mas, utilizando o paralelo com o organicismo para tentar compreender uma suposta virada política, ainda deveríamos nos perguntar por que Sérgio Buarque

²⁴⁴ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. *op. cit.*, p. 315.

²⁴⁵ - Radicalismos (1988). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, jan-abril. 1990., p. 18.

teria aderido, sucumbido ou se afinado àquele espírito, ou então por que talvez tenha se disfarçado nele.

Por ora, não parece que seja insincero o relato autobiográfico, veiculado por Eugênio e Monteiro, em que o autor indica outro relacionamento com a teoria reacionária:

(...) houve no intervalo de mais de trinta anos uma tamanha mudança de perspectivas para mim, que melhor seria, talvez, escrever um livro novo. Para exemplificar, direi que ainda reputo plausível, e mais do que isso, oportuno, o que nele se disse sobre a atração frequentemente exercida pelas ditaduras. Apenas me pergunto se os argumentos a que recorri os argumentos a que recorri para combater essa atração não pertencem rigorosamente à mesma seara onde outros, na mesma época, foram recolher seus motivos para enaltecê-la²⁴⁶.

As afinidades de *Raízes do Brasil* com a “revolução conservadora” são verificáveis e muito significativas. Não fossem os estudos que as evidenciaram, continuaríamos ignorando ou subestimando um conjunto imenso de significados e, sobretudo, de debates que podem ser vinculados ao livro e àquele momento das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda.

Nesse mesmo conjunto de significados e debates, aprimorados pela bibliografia mais recente, chama atenção que a ninguém tenha escapado nomear as “afinidades”, mas talvez não se tenha feito uma devida pergunta – devida a Sérgio Buarque, pela tarefa de compreensão – sobre essas não serem, em parte ou no todo, “afinidades eletivas”. Afinal, esse conceito sociológico de Max Weber, emprestado de Goethe para as ciências sociais, interessa sobremaneira, porque se presta a caracterizar as aproximações entre dois corpos distanciados, divergentes,

²⁴⁶ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Elementos básicos da nacionalidade: o homem” (1967). In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008., p. 619.

até francamente rivais, mas que se juntam, em caráter “eletivo” por compartilharem uma correspondente negação a um terceiro corpo²⁴⁷.

Mesmo as referências mais eloquentes assinaladas em *Raízes do Brasil* não só aparentam bem mais – e bem menos – do que adesão, como se permitem ao conflito. As posições de Sérgio Buarque de Holanda repudiam o fascismo, o antissemitismo, o racismo e também o Estado autoritário, que no Brasil ele associa a adversários recorrentemente tripudiados. Por outro lado, também não faz acordo com Theodor Geiger²⁴⁸, lido com meticulosa atenção²⁴⁹, Heine de Man, elogiado em resenha a Carl Schmitt²⁵⁰, D. H. Lawrence, “um dos poetas mais singulares e mais lúcidos de nosso tempo”²⁵¹, ou qualquer outra referência da constelação cuja complexidade denuncia outras relações de reciprocidade.

Às vezes, lendo *Raízes do Brasil*, lembro de uma passagem de Walter Benjamin sobre uma gravura de Paul Klee. Benjamin diz que o anjo da história tem o rosto voltado para trás, mas uma ventania não deixa que feche as asas e o lança à frente²⁵².

A lembrança de Robert Wegner é tempestiva e recupera outros contextos e soluções de *Raízes do Brasil*²⁵³. Evidentemente, não se deve exagerar a ideia, e explorar mais esse filão em busca das respostas perdidas. O livro desautoriza e ridiculariza a palavra salvacionista e milagrosa, o espírito que ignora

²⁴⁷ - LÖWY, Michael. **A jaula de aço**. Max Weber e o marxismo weberiano (*La Cage d'acier*, 2013). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014. Para uma análise mais elaborada do conceito de afinidade eletiva, e que também passa pelo contexto intelectual em jogo, ver LÖWY, Michael. **Redenção e Utopia**: o judaísmo libertário na Europa central: um estudo de afinidade eletiva (*Rédemption et Utopie*). Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁴⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 332.

²⁴⁹ - MATA, Sergio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73. 2016., p. 24.

²⁵⁰ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Estado totalitário. **Folha da Manhã**, 18 de junho de 1935.

²⁵¹ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 303.

²⁵² - WEGNER, Robert. *Raízes do Brasil*: uma obra aberta que convida para o diálogo. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** [online], n. 205, 20 nov. 2006.

²⁵³ - RAMIREZ, Paulo Niccoli. **Dialética da Cordialidade**: Afinidades eletivas benjaminianas no Pensamento Político e Social de Sérgio Buarque de Holanda. 2007. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ou tenta sobrepujar o ritmo espontâneo. Mas ele não poderia ausentar-se do mundo e se somar à negação da vida – apesar de tudo.

Eis-me aqui; não posso fazer de outro modo (...)

(...)

Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer "Apesar de tudo!" tem vocação para a política²⁵⁴.

²⁵⁴ - WEBER, Max. A Política como vocação (*Politik Als Beruf*, 1919). In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982., p. 152-153.

3.3.

Seção III

“A ciência não é produto de revelações, nem é graça que um profeta ou visionário houvesse recebido para assegurar a salvação das almas; não é também [parte] integrante da meditação de sábios e filósofos que se dedicam a refletir sobre o sentido do mundo. Tal é o dado inelutável de nossa situação histórica, a que não podemos escapar, se desejarmos permanecer fiéis a nós mesmos. E agora, se à maneira de Tolstói novamente se colocar a indagação: ‘Falhando a ciência, onde podemos obter respostas para a pergunta – que devemos fazer e como devemos organizar nossa vida?’ ou, colocando o problema em termos empregados esta noite: ‘Que deuses devemos servir dentre os muitos que se combatem? Devemos, talvez, servir um outro deus, mas qual?’ – a essa indagação responderei: procurem um profeta ou um salvador”.

(Max Weber, A ciência como vocação²⁵⁵)

A chamada compulsória por um entendimento menos esquemático do que o formado em torno de *O significado de Raízes do Brasil* tem, no entanto,

²⁵⁵ - *Idem*. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Ciência e Política: duas vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 47-48.

consentido uma esquematização algo problemática das referências alemãs de Sérgio Buarque de Holanda, isto é, daquelas referências ressaltadas pelos que revisam o texto original e sua mutação.

A “revolução conservadora” não representa todo o espectro do *Kulturpessimismus* a que *Raízes do Brasil* se inclinou²⁵⁶, e mesmo ela não coincide vis-à-vis com as referências que instabilizariam Sérgio Buarque. Mesmo os baluartes mais à direita desse espectro foram lidos e aproveitados por contribuições oriundas de praticamente todas as inclinações ideológicas, principalmente daquelas que, guardadas as diferenças, compartilham de algumas antipatias equiparáveis. Verificar o relacionamento entre esse arco amplíssimo e o pensamento de um autor é estabelecer menos uma contraprova do que um problema de análise. Apenas para exemplificar minimamente o enredamento filosófico em questão, é preciso lembrar o *Kulturpessimismus* no próprio Max Weber, cujo lugar no livro de Sérgio Buarque tem sido subtraído.

Michael Löwy escreveu sobre *O Pessimismo Cultural em Max Weber*, no livro *A jaula de aço*. A temática geral analisa como a vulgata weberiana, sobretudo na comparação com a marxiana, simplesmente ignora ou desperdiça elementos centrais de seus trabalhos, falsificando as duas imagens político-ideológicas. Löwy refaz o retrato de Weber, emoldurando-o em sua versão do *Kulturpessimismus*:

uma espécie de visão trágica do mundo, baseada na convicção desesperada de que não existe nenhum meio de conter ou impedir o triunfo da civilização capitalista moderna, considerada fatalidade²⁵⁷.

Entrevê-se, assim, um autor marcado por uma “adesão problemática aos valores modernos”, um “romântico resignado”, que não se

²⁵⁶ - Sobre as variegadas afinidades políticas do *Kulturpessimismus*, penso que é possível ler com bastante proveito para nossa discussão dois trabalhos de objetos distintos: TRAVERSO, Enzo. **Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory**. New York: Columbia University Press, 2016.; WOLIN, Richard. **The Seduction of Unreason. The Intellectual Romance with Fascism from Nietzsche to Postmodernism**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

²⁵⁷ - LÖWY, Michael. **A jaula de aço**. Max Weber e o marxismo weberiano (*La Cage d'acier*, 2013). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

punha de acordo nem com o lado “passadista” da crítica da modernidade nem com os “utopistas”, mas em quem o desenvolvimento do racionalismo pode ser lido em um sentido funesto e inelutável, como na potente e muito visitada metáfora da “jaula de aço” – “habitação duro como aço” [*Stahlhartes Gehäuse*].

Para além da “revolução conservadora” canonizada pelo estudo de Fritz Stern, Michael Löwy define o *Kulturpessimismus* como “um estilo de pensamento muito mais amplo e cobre um largo espectro político e intelectual, que inclui escritores como Thomas Mann, sociólogos como Ferdinand Tönnies (...) e filósofos como Oswald Spengler”²⁵⁸. Em comentários ao *Sobre o conceito de história*, Löwy expusera verdadeira miríade do pessimismo cultural, a partir da leitura de Walter Benjamin e das afinidades eletivas da melancolia revolucionária com a extrema direita²⁵⁹.

Sem exagerar o poder da síntese, vale pelo menos ressaltar que esse outro esquema reconhece maior complexidade no ambiente pelo qual passou Sérgio Buarque, um contexto trágico de crise dos fundamentos, que tem justamente em *A Ciência como vocação* e seu diálogo profundo com Nietzsche uma de suas expressões mais agudas e mais multifacetadas²⁶⁰.

O uso do conceito de afinidade eletiva, entretanto, corre sempre o risco de forçar aproximações im procedentes, com Weber ou qualquer outro intelectual. Sérgio Buarque não ecoou, mas elaborou suas referências. Se vale evitar a premissa da coerência autoral inquebrantável, talvez também seja pouco frutífero procurar por um leitor assim. E não quer dizer que as elaborações tenham resultado em incoerência – o que seria uma conclusão nada buarqueana –, ou em mais uma amostra de superficialidade da intelectualidade brasileira, mais afeita a frases sonoras e ostentosas do que a instrumentos de conhecimento²⁶¹. Elas apenas não são produtos de adesão sequaz.

²⁵⁸ - *Ibid.*, p. 41.

²⁵⁹ - *Idem*, **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história” (*Walter Benjamin: avertissement d’incendie*, 2001). Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

²⁶⁰ - CACCIARI, Massimo. Introduzione. In: WEBER, Max. **La scienza come professione – La politica come professione** (*Wissenschaft als Beruf*, 1917, *Politik als Beruf*, 1919). Milano: Mondadori, 2006.

²⁶¹ - *Ibid.*, p. 135.

A tentativa de reexaminar *Raízes do Brasil* com a apuração de sua bibliografia, portanto, ainda é um procedimento em teste. Suas hipóteses têm que enfrentar uma poderosa “ilusão biográfica”, mas também elas ainda parecem tributárias de um tipo de mito das origens e de coerência como aquele que se tenta repreender a Candido. A reconstituição dos ganchos em que se prende uma linguagem muitas vezes fracassa e obscurece, em vez de esclarecer, o lançamento desprendido e autoral.

Penso no mais forte da proposta de Dominick LaCapra sobre a leitura de clássicos. Se a recente sensação de crise da história intelectual e o aproveitamento de técnicas da história social trouxeram vantagens elogiáveis, esse contextualismo, mesmo sofisticado, torna todo diálogo com a tradição um anacronismo, senão em termos limitadíssimos e, no fim, *forçosamente* consensuais. Fora da polêmica, interessa reter apenas uma consequência dessa crítica. A abertura à leitura autônoma não significa defender um fetiche do novo e o predomínio dos interesses hodiernos sobre palavras antigas, mas recusar uma subordinação integral das diferenças de interpretação a um ideal de consenso, sobretudo em razão dos significados políticos, culturais e éticos dos consensos²⁶².

Não deve espantar que *Raízes do Brasil* esteja atravessado por uma pormenorizada crítica ao conceito e às experiências da democracia, nas cinco lições. Se o texto é crítico à cidadania clássica de senhores de escravos e aos pensamentos de Rousseau ou Bentham, não negava que a experiência brasileira imputasse o seu próprio significado ao conceito, mas reprovava com veemência qualquer acepção que não resguardasse um denso agregado de valores legítimos. É o sentido do apelo de Sérgio Buarque, seja em 1936 ou em 1969, a “uma superação da doutrina democrática”²⁶³.

Talvez o estudo da história editorial ainda não tenha enfrentado o descompasso entre o conceito de democracia realçado pelo prefácio e os exprimidos nas escritas de *Raízes do Brasil*, qualquer uma delas. Sérgio Buarque

²⁶² - LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos” (*Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, 1980). In: PALTI, Elias (Org.). **Giro linguístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. pp. 237-293.

²⁶³ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 317.

só por exceção se refere às massas e nada diz do “povo trabalhador” ou do “timbre diferenciador”, mencionados por Antonio Candido.

Não parece que a conotação lida em 1969 tenha sido uma proposição para transformar aquilo que o livro fora a partir de 1936 nem para impulsionar as muitas mudanças desde 1948, mas sim para transmitir os dizeres de Sérgio Buarque para a época daquela vigente ditadura; para introduzir a mensagem política a uma nova intertextualidade e conjuntura social, quer dizer, para traduzir uma mensagem democrática de 1936 para outras significâncias de democracia, disputadas no fim da década de 1960.

Mas a espessura textual do conceito guarda sentidos que não advêm dessas traduções. Da maneira pela qual o argumento é apresentado, subte-se que ele tenha se desenvolvido a partir de um critério que está ali também, presente na reflexão do autor e seja, no texto, uma expressão elíptica. Ao contrário do que prescreveria o livro, é um ideário de dever-ser que funciona como a pedra de toque. A avaliação de um mal-entendido resulta, necessariamente, da comparação frustrada com um “regime legitimamente democrático”²⁶⁴.

Sérgio Buarque, no entanto, nem chega a definir a modalidade legítima nem descreve seus elementos. A democracia bem entendida é um subtexto – seja no primeiro *Raízes*, nas reedições ou nos demais escritos do autor –, o que não demite as tentativas de compreendê-la, pelo contrário.

A tese de Henrique Rodrigues, *Fronteiras da Democracia em Sérgio Buarque de Holanda*, trabalha com a versão final de *Raízes do Brasil*, e não me parece que seus pontos fundamentais possam ser perturbados se submetidos à fonte de 1936²⁶⁵. Qualquer dos cinco textos repudia a antipolítica “invasão do público pelo privado”, a “certo iluminismo de Estado” das formas tutelares de reorganização²⁶⁶ e a formas de dominação que se expressem através de “mandamentos ou sentenças”²⁶⁷.

²⁶⁴ - *Ibid.*, p. 322.

²⁶⁵ - RODRIGUES, Henrique Estrada. **Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda**. 2005. 171 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁶⁶ - *Ibid.*, p. 9.

²⁶⁷ - *Ibid.*, p.10.

Para o comentador, Sérgio Buarque subscreve os clássicos valores de bem comum, publicidade e isonomia, mas o faz incorporando-os a uma “experiência matricial da democracia no mundo moderno”²⁶⁸, em que a cordialidade “pudesse desvendar uma via inédita rumo a uma sociedade mais justa e igualitária”²⁶⁹, uma democracia cordial,

(...) uma forma de sociedade vigilante quanto ao bem público, embora desvendada em relação à vida plural e murmurante do povo, em relação aos homens como eles efetivamente são, e não segundo uma natureza inexistente em parte alguma de sua história ou tradição. Alguns — como os pedagogos da prosperidade — dirigem-se aos homens não como são mas como eles próprios gostariam que fossem, trazendo-lhes mais temor que esperança. Mas o que se espera, talvez, em uma modernidade de desterrados seja impedir que o deserto fortaleça suas raízes²⁷⁰.

A especulação, que repensa um ponto de vista apanhado por Oswald de Andrade²⁷¹, rastreia não o concerto, mas a dimensão democrática da própria cordialidade, como uma sociabilidade mais transigente e comunicativa, atravessada pelo “sentimento do outro, isto é, de ver-se o outro em si, de constatar-se em si o desastre, a mortificação ou a alegria do outro”²⁷². A perspectiva é capaz de levar o mais longe possível o tento de pensar a conciliação entre cordialidade e civilidade, sem gerar ou mais uma panaceia de prosperidade ou mero “amor às letras”. Mas a própria atenção ao elemento democrático contido na cordialidade devolve-nos à pergunta sobre o significado dessa democracia que hipoteticamente poderia ser buscada dentro do homem cordial.

Existem alguns poucos elementos em primeiro plano que subsidiam uma resposta, por exemplo, na mencionada consideração de que ela não seja verdadeira onde, na verdade, se luta por outro personalismo, ou na caracterização de “verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de

²⁶⁸ - *Ibid.*, p. 12.

²⁶⁹ - *Ibid.*, p.61.

²⁷⁰ - *Ibid.*, p.161.

²⁷¹ - atentamente analisado por MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

²⁷² - RODRIGUES, Henrique Estrada. *op. cit.*, p. 61.

ideologias”²⁷³. A democracia aparece, desta vez como antitética ao arbítrio, na percepção crítica de que não faltariam “exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática”²⁷⁴. Outra pequena notação informa sobre

a consequência lógica do ideal democrático moderno: o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial esse funcionamento²⁷⁵.

No entanto, para além desses usos, quaisquer definições se acham no plano implícito do texto. Por isso, é de máximo interesse aquilo que Henrique Estrada Rodrigues percebe como uma “reflexão espontânea sobre a democracia”, parafraseando a “filosofia espontânea da democracia”, atribuída por Francis Wolf ao Estagirita.

Com essa expressão, Wolf encaminha a conclusão do seu texto sobre Aristóteles e a política. E assim o faz porque a filosofia aristotélica, mais ainda que o próprio conteúdo da sua *Política* o mostra, converge para uma “filosofia espontânea da democracia” — na medida em que elas “se opõem a uma concepção (platônica) da ‘virtude-saber’ e do político-perito, na medida em que elas se fundam uma e outra em uma especificidade da esfera política (seja em relação às ciências ou à ‘moral’), na medida em que elas se enraízam uma e outra em uma ‘antropologia da finitude’ pela qual a contingência é inscrita na natureza mesma das coisas humanas e as paixões na própria natureza do homem”²⁷⁶.

Um pensamento legítimo sobre a democracia, em Sérgio Buarque de Holanda, não atravessa os limites cobrados às ideias nem desnatura a “substância” em “aparato”. Aumenta a impressão de que o conteúdo democrático

²⁷³ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 331.

²⁷⁴ - *Ibid.*, p. 309.

²⁷⁵ - *Ibid.*, p. 316.

²⁷⁶ - RODRIGUES, Henrique Estrada., *op. cit.*, p.17.

é tanto mais fidedigno quanto modelado pela forma do texto. É possível, portanto, insistir na fundamentação democrática dos juízos de Sérgio Buarque para ressaltar que o procedimento também foi pensado sob esse critério.

Raízes do Brasil tinha por referência um princípio isonômico para os membros da comunidade política, que o condiciona a falar sobre “a irracionalidade específica, a injustiça social dos privilégios”²⁷⁷, que o motiva a lamentar as mazelas do favoritismo e a malsinar a “primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva”²⁷⁸. Pautava-se também por um ideal de participação. A democracia será sempre um mal-entendido enquanto a “massa do povo” tiver de “carregar a albarda” e os movimentos reformadores partirem de cima, mesmo que sejam verdadeiramente reformadores. A expressão “revolução vertical”, emprestada de Herbert Smith na reedição, não representa algum movimento passivo, mas de ascensão dos “elementos mais vigorosos”, ligados ao trabalho e à pobreza²⁷⁹.

A citação sobre o cafeeiro como “planta democrática”, acolhida de Heinrich Handelmann, deslinda o que Sérgio Buarque pensa do adjetivo para nomear o “parcelamento da propriedade e a redução do latifúndio”. A edição revisora passou a desconfiar da politização natural das novas lavouras e a restringir ao Oeste paulista aquele que seria o “caráter próprio”. Diminuiu o espaço democrático no Brasil, mas a medida da democracia continuou a mesma.

Sobre o “nosso culto”, *Raízes* também admite “que se poderia chamar, com alguma impropriedade ‘democrático’”²⁸⁰. Que ele dispensasse “todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo” atendia propriamente ao conceito de democracia, mas porque essa religiosidade fosse “sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar” fazia desse um culto mais cordial do que verdadeiramente democrático.

O sentimento religioso, assim como a língua falada na terra, o uso dos nomes de batismo e dos pronomes, lembrados de Gilberto Freyre, e os

²⁷⁷ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 46. Referente à edição de 1936.

²⁷⁸ - *Ibid.*, p. 321.

²⁷⁹ - *Ibid.*, p. 319.

²⁸⁰ - *Ibid.*, p. 259.

modos de convívio, são todos regidos pela plasticidade social e pela cordialidade, não pelos regimes de igualdade. Mas fica a impressão de que a “alguma impropriedade” da correlação entre o igualitarismo e o cordialismo é sensivelmente menor do que as duas ou três paridades listadas no sétimo capítulo. Parece que o autor, quando pensa com menos controle essas categorias, quando é surpreendido mobilizando-as de modo mais relaxado e descuidado, acaba aceitando uma relação um pouco mais significativa entre o cidadão e o homem cordial.

Não há sinal de que Sérgio Buarque espere a síntese, e o regime da intimidade continua a impedir a fundação da ordem e do tempo políticos, mas seu democratismo sabe que deve tanto reconhecer os aspectos virtuosos dos valores que destrói, quanto acatar criticamente os vícios de seu eventual triunfo. É essa *forma* a matéria mais consistente, a substância mais profundamente democrática de seu pensamento.

Assim, o principal sentido justificadamente radical da impostação democrática de Sérgio Buarque de Holanda não está reservado ao já bastante amplo intento de puxar o desafio pelas raízes, ou mesmo ao anseio por “transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade”²⁸¹. O radicalismo maior se subentende do pensamento com exigências pelo profundo, com pretensão de procurar causas primeiras e últimas e testando a fogo todos os valores da vida e da própria *alma*, todos os privilégios.

É fácil perceber que esse criticismo, levado ao extremo e à gênese das coisas, não quer confundir todas as cores e empalidecer as diferentes realidades. Sua relativização, ao contrário, agrava, vivifica cada objeto conforme o que ele tenha de singular. Sérgio Buarque não os abandona indistintos, mas tenta ser totalmente consequente com cada um dos pressupostos e fundamentos levantados, inclusive computando os limites dessas consequências e os “fatos extremamente desagradáveis para cada opinião”²⁸². Não sei se a postulação da influência de Weber pode ser mesmo tão diminuída quanto parecem recomendar

²⁸¹ - *Ibid.*, p. 313.

²⁸² - WEBER, Max. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Ciência e Política: duas vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 41.

algumas pesquisas que, no entanto, pertinentemente mostraram outros fundamentos intelectuais de *Raízes do Brasil*.

João Kennedy Eugenio tem toda razão quando observa que o reconhecimento dos contrários reduz o significado de um suposto radicalismo em Sérgio Buarque, especialmente quando deixa de tomar partido por uma das teses. No entanto, pensando a radicalidade em outro sentido, provavelmente é na força das antíteses que esteja o alcance radical mais incisivo do texto.

Levando a sério a inevitabilidade das antinomias ou de não ser capaz de evitá-las, Sérgio Buarque não se permite compactuar com quase nenhuma experiência da história universal, e ainda assim mantém seu compromisso contra um ceticismo “neurastênico” e paradoxalmente convicto de si mesmo. Ele se revela um pensador radical com questões profundamente arrazoadas, mas capaz de evadir-se de si mesmo e obliterá-las.

Também existe uma notável exortação à democracia em *Raízes do Brasil* justamente onde se apela contra os projetos políticos por obra da vontade. Nada estranhável, se lembrarmos que muitas das diferentes matrizes de irracionalismo também estavam carregadas de seus programas de poder. Mas se a crítica do *espírito* passava geralmente pelo diagnóstico ou do ocaso do racionalismo ou de sua inexorabilidade trágica, há um ponto de vista algo singular em *Raízes do Brasil*.

O livro não patrocina o mito, a virilidade, a violência, a utopia, a ideologia de classe, a erupção moderna de preceitos mágico-religiosos, a ressurreição de hierarquias e valores tradicionais, a dialética do esclarecimento, enfim, o livro dá a ver a razão moderna em ascensão, como eixo do futuro, no que ela tem de melhor e de pior.

Em todas as edições, o racionalismo e a racionalidade são inequívoca e incorruptivelmente vinculados ao tempo moderno, que se atrela ao contemporâneo e ao futuro. A preocupação é modernista e vanguardista, mas a acepção do tempo moderno é a weberiana, associada à racionalização do puritanismo ascético, e engolfa os demais sentidos de modernidade, inclusive o

daquele momento subsequente à Primeira Guerra²⁸³. Os novos tempos, tal como entendidos por Sérgio Buarque, são uma aspiração histórica imperiosa, ao mesmo tempo animadora e lamentável.

O irracionalismo vitalismo de *Raízes do Brasil*, que evoca “os instintos e os sentimentos mais vivos do povo”, que repele a negação presente no Brasil até nos positivistas e respeita a espontaneidade e seus fluxos, relaciona-se com a ideia de que o pensamento é lugar da aristocracia do espírito. Lugar inclusive social, onde vivem os isentos da “luta pela vida” e, inexoravelmente, leigos das verdades que só as exigências do combate podem ensinar. Ele não precisou ser o primeiro pensador brasileiro a abandonar a “posição ilustrada”, mas renunciou as sinecuras. Esse impedimento de Sérgio Buarque é, propositada e conscientemente, uma autolimitação, uma deferência ao direito do outro e à verdade de que ele é incapaz.

Não é definitivo se o elogio ao “desleixo”, que foi a força dos portugueses, pode ser de algum modo relacionado ou à própria figura intelectual do autor de *Raízes do Brasil* ou à outra racionalidade, que emana da vida. Tudo indica que as duas relações podem ser feitas, e que Sérgio Buarque provavelmente recusaria uma separação tão grosseira entre seus pensamentos e as vivências, dele próprio ou em geral. Estamos falando de um escritor, mais, de um *sujeito* cioso de autenticidade, em busca da sua própria, nos limites de corrompê-la.

Foi Robert Wegner quem destacou uma possibilidade, quase uma necessidade que se impõe ao fim do ensaio:

talvez o leitor acabe indeciso, por exemplo, se a experiência da colonização portuguesa pode ser valorizada, se a “cordialidade” é uma virtude ou um defeito do brasileiro, e se o autor está a anunciar a sua derrocada ou permanência, ou ainda sobre quais as características da modernização do país”²⁸⁴.

²⁸³ - GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de modernidade”. In: **Modernização dos Sentidos**. Trad. Lawrence Flores Pereira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998, pp. 7-32.

²⁸⁴ - WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição comemorativa de 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006., p. 336.

O mais esclarecedor é entender que os paradoxos não resultam da licenciosidade da forma ensaística, mas que tanto a forma quanto a matéria paradoxais são exatamente as proposituras intelectuais e políticas de Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil* ostenta não só um caráter compreensivo, mas fundamentalmente antinômico. A obra não guarda uma indecisão por malfeito ou, nesse sentido, por incompletude, mas por consequência, por posição.

O livro, “que não recusa as deixas para uma digressão ou um parêntese, apesar de a concatenação geral ser tão rigorosa”²⁸⁵, oferece centenas de afirmações firmes, juízos taxativos, sobretudo na primeira versão, mas a todo momento lembra que “há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas”.

(...) [A] vida, enquanto encerra em si mesma um sentido e enquanto se compreende por si mesma, só conhece o combate eterno que os deuses travam entre si ou – evitando a metáfora – só conhece a incompatibilidade das atitudes últimas possíveis, a impossibilidade de dirimir seus conflitos, e, conseqüentemente, a necessidade de decidir em prol de um ou de outro²⁸⁶.

“Sobre estes deuses e a sua eterna luta decide o destino, decerto não uma ‘ciência’”²⁸⁷. Se comparássemos as *vocações*, *Raízes do Brasil* confronta o valor da ciência com poderes cujas forças são ainda mais sublimes do que no texto de Weber, e Sérgio Buarque se arrisca a executar uma modalidade de estudo em que a figura de autoria transluz a subjetividade e os dilemas íntimos do pensador, sem profanar a Verdade. É visível que o pequeno arrefecimento do pessimismo em relação a um projeto consensual e institucionalizado de democracia é uma forma intelectual nem tanto ensaística. *A obra fica menos*

²⁸⁵ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 360.

²⁸⁶ - WEBER, Max. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Ciência e Política: duas vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011., p. 47.

²⁸⁷ - *Idem*. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, Lisboa, 2005.

*radical e seu significado democrático perde um pouco em profundidade. Mas as alterações foram secundárias, e não escreveram “um livro novo”*²⁸⁸.

Por isso, o dito aprofundamento histórico da reedição e o incremento de sua utensilagem acadêmica não são funcionais e adjetivos ao pensamento, sequer seria necessário dizê-lo. O indivíduo não pressupõe o autor, nem o contrário. Não vejo que em *Raízes do Brasil* importem os processos mais que as sentenças²⁸⁹, ou “os titubeios e as perguntas sinuosas que terão infernizado o escritor em seu íntimo, mais que as respostas e a coerência de uma postura política afinal correta”. A democracia radical é praticada dentro próprio pensamento, que decide pelo impedimento da razão, e o livro responde categoricamente em favor de verdades antinômicas, do respeito pelo contraditório e da plasticidade do desleixo.

É claro que essa resposta abre-se ao risco de contradizer a si mesma. Mas a *agonia* pode ser propriamente o melhor e o pior do convívio democrático. *Raízes do Brasil* tem uma voz que não faz enigma, nem substitui com um arremedo seu o mistério que a vida oculta. Não é preciso lastimar que sua escrita seja incógnita, ela apenas não conhece profecia ou salvação.

²⁸⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque. “Prefácio da 2ª edição” (1948). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lília Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 347.

²⁸⁹ - ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994., p. 203.

4. Conclusão

Este encerramento não poderia esgotar as questões que motivaram o projeto de pesquisa em todas as suas etapas. Os apontamentos que seguem não são pareceres finais, como os de uma investigação pericial, mas considerações que o trabalho pode ajudar a referendar.

Assim, parece que Sérgio Buarque de Holanda, ao menos em *Raízes do Brasil*, não seja ora historiador, ora sociólogo, mas que sua figura intelectual, se definida como a do autor ou a do escritor – ao menos a do ensaísta –, conscientemente prescindia e ao mesmo tempo precise das qualidades e características tanto da Historiografia quanto da Sociologia – para falar apenas das duas. E esse hibridismo não deve remeter diretamente ao estado da *arte* no Brasil nos idos de 1930, quando essas distinções disciplinares institucionais ainda eram futuro, mas sim às características da autoria ela mesma. Em vista de tradições europeias, Sérgio Buarque não precisava pressupor as nascituras ou recém-nascidas modernas ciências brasileiras da História e da Sociologia, mas podia se entrever com concepções que, em debate, diferenciavam-se na Europa desde pelo menos o século anterior.

Seu pensamento é um tipo de discurso que começa e quase termina na meia-dúzia ou quem sabe dois ou três autores que Antonio Candido lembrou. A leitura de *Raízes do Brasil* no enquadramento proposto pelo ensaio-prefácio de 1969 colabora para a releitura tanto das mudanças da obra de 1936 quanto das apologias políticas com que Sérgio Buarque lidava desde essa primeira versão. Aparece insinuada uma referência intelectual relativamente progressista, com uma concepção ampla do político, sincrética da autoria intelectual e anárquica da estrutura da vida em sociedade.

O radicalismo que pode ser associado a *Raízes do Brasil*, afinado de maneira eletiva a algumas experiências do *Kulturpessimismus*, foi parcialmente acusado pela primeira crítica, embora invariavelmente traduzido, traído por ela, porque permutado para o cenário mais imediato da realidade brasileira. Seja como for, quando os comentadores começaram a desnudar – ou a vestir – os vínculos de

Raízes com Max Weber e, por exemplo, Georg Simmel, a discussão sobre as mensagens políticas do livro já estava acesa em outras casas e por outros fogos, de modo que as conexões foram se ofuscando: tanto as conexões de Sérgio Buarque com as referências alemãs de que ele fazia mais consciência; quanto as conexões entre propostas políticas e a *persona* científica, todas aproximáveis a um modelo intelectual centrado em Weber.

Também Antonio Candido acabou estabilizando uma acepção mais estrita para esse radicalismo. Os termos da mensagem democrática em *Raízes do Brasil* – aqueles em todas as edições de *Raízes do Brasil* – em geral receberam significados de democracia mais próximos, *cronologicamente*, aos leitores a quem o livro se apresentava, em prejuízo da amplitude do ideal que, ao menos *logicamente*, Sérgio Buarque de Holanda oferece, desde 1936, a qualquer leitura que se habilite a sincronizar-se com os tempos de *Raízes*.

Cabem, então, algumas palavras sobre sua atualidade. Sem dúvida, ela é uma reificação e, em si, um paradoxo. Determiná-la *a priori* faz murchar as capacidades que tenha de surpreender e dar notícia, formidáveis necessárias exatamente para a configuração de um texto atual. Prenunciar a atualidade, como a surpresa ou a novidade, é encerrá-la, terminá-la. Não sendo um predicado permanente de ideia alguma, em vez de se perguntar pela natureza da atualidade do primeiro livro de Sérgio Buarque, talvez seja preferível saber como é ele atualizado.

Verifica-se o crescimento quantitativo do campo acadêmico especializado, mas em função de qualidades a mensurar²⁹⁰. *Raízes* e outros clássicos são cada vez mais estudados, ocasionam lançamentos editoriais que logram ultrapassar as paredes das academias, ainda ostentam alguns conceitos de muita gente, contudo, em larga medida, não chegam aos novos tempos. Sua vitalidade é muitas vezes banalizada, os seus argumentos são mobilizados como autoridade, a ser repetida ou execrada, muitos de seus temas caducaram, tantas das suas formulações – se já não eram – são hoje grosseiras aberrações. Algumas vezes, suas contribuições são instrumentalizadas para o presente, sem qualquer crítica e ao aleatório. Deduzida a dúvida sobre a legitimidade da operação, seus

²⁹⁰ - BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

resultados costumam ser geralmente evasivos, risíveis e, digamos, *inatuais*, no sentido de que arrastam os escritores comentados para a mesma irrelevância dos comentários.

Mas imagino que *Raízes do Brasil*, com sua viva contribuição, possa realmente nos reconduzir através de um problema de importância acachapante. Uma reflexão original acerca das vicissitudes da modernidade, de diferentes modernidades, assim como dos modos de vivenciá-las, rigorosamente de enfrentá-las – porque é disso que se trata –, mesmo no que elas tenham de proveitoso, e principalmente quando parecem inexoráveis. Além de um sobre as sociedades periféricas ou a condição marginal, o "livro curto e discreto" guarda o que dizer sobre o conceito de modernização também em sua entrada cosmopolita.

O maior legado de *Raízes de Brasil*, assim, talvez não venha do tema da cordialidade, mas da imagem do desterro. O pensamento premido pela sentença “somos desterrados em nossa terra” parece ter, onde quer que seja, a urgência de dar a pensar que as transplantações culturais, em vícios ou virtudes, sejam a força transformadora irrecusável de uma modernização a nos desterrar. A tragédia dessa *conditio* existencial moderna é uma atualização aguardada, que pode acender a hora com lucubrações de um livro de 1936 e, como ele aponta, com o sequenciamento do presente no fundo dos tempos, para um lado e para o outro...

Quem sabe o trabalho continue para encaminhar essas reticências.

5.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz:** Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos Anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, São Paulo, p. 107-118, jun. 2004.
- BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. In: **Ficções**. Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- _____. **História Universal da Infâmia** (*Historia universal de la infamia*, 1946). Trad. José Bento. Lisboa: Assírio & Alvim, 1982.
- _____. **Sete noites** (*Siete Noches*, 1980). São Paulo: Max Limonad, s.a., p. 147.
- BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n.1, p. 47-66, jun. 2010.
- BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, p. 7-15. 2005.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 441 p.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” (*l'illusion biographique*, 1986). In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BRAUDEL, Fernand. (*Au Brésil: deux livres de Caio Prado*, 1948). Trad. Paulo Henrique Martinez e Bernardo Ricupero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1999.
- CACCIARI, Massimo. Introduzione. In: WEBER, Max. **La scienza come professione – La politica come professione** (*Wissenschaft als Beruf*, 1917, *Politik als Beruf*, 1919). Milano: Mondadori, 2006.
- CALVINO, Ítalo. Para quem se escreve? (A prateleira hipotética). In: **Assunto encerrado:** discurso sobre literatura e sociedade (*Uma pietra sopra*, 1995). Trad. Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura (1980). **Novos Estudos**, São Paulo. v. 2, n. 4, p. 27-36, abril. 1984.
- _____. A sociologia no Brasil (1959). **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.
- _____. Dez Livros para Conhecer o Brasil. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 41, 2000
- _____. “O significado de Raízes do Brasil” (1969). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 355.
- _____. “*Post-scriptum*” (1986). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016., p. 370.
- _____. “Prefácio” (1963). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- _____. Problema de Jurisdição. **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 jul. 1943.
- _____. Radicalismos (1988). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 4-18, jan-abril. 1990.
- _____. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.
- CARIELLO, Rafael; COLOMBO, Sylvia. Cânone em questão. Intelectuais discutem a atualidade das obras clássicas sobre o Brasil e as relacionam à inserção do país na modernidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, 10 jun. 2006.
- COELHO, João Marcos. A democracia é difícil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Veja**, São Paulo, 28 jan. 1976.
- DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho**. Campina Grade: EDUEPB, 2015. 175 p.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985.
- EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo Espontâneo: O organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos sem Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda**. 2010.

479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento**: estudos sobre Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016. 306 p.

FERNANDES, Florestan. **A Etnologia e a Sociologia no Brasil**. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhembi, 1958.

_____. **A sociologia no Brasil** (1977). Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

_____. Resenha de Raízes do Brasil. **Revista do Arquivo Municipal**, CXXII, p. 223-224, fev. 1949.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**. A coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Casa Grande e Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

_____. “Documentos Brasileiros” (1937). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FURTADO, André Carlos. **As edições do cânone**: da fase Buarqueana na coleção *História Geral da civilização Brasileira* (1960-1972). 2014. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GASPARI, Elio. Uma cabeça que bate contra a maré: Wanderley Guilherme dos Santos, elitista e marginal, vencedor de causas perdidas. **Veja**, São Paulo, 18 mai. 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de Casa grande e senzala. **Remate de Males**, Campinas, n. 20, p. 47-57, 2000.

GUERRA, Abílio. Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista de História**, Campinas, n. 1, p. 127-141. 1989.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. Trad. Lawrence Flores Pereira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998, pp. 7-32.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Elementos básicos da nacionalidade: o homem” (1967). In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. Novos rumos da Sociologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 3 out. 1948.

_____. O Estado totalitário. **Folha da Manhã**, São Paulo, 18 jun. 1935.

_____. “O Lado Oposto e Outros Lados” (1926). In: **O Espírito e a Letra: Estudos de Crítica Literária I. 1920-1947**. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 224-228.

_____. O Pensamento Histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1951.

_____. “Prefácio da 2ª edição” (1948). In: **Raízes do Brasil** (1936). Edição crítica. Orgs. Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

_____. **Raízes do Brasil** (1936). Edição Crítica. Orgs. MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 525 p.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 55-78, 1988.

JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida: Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 127-184. out. 2011.

_____. **A tradição esquecida: Os parceiros do rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 115-130. 2007.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manoel Luís Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 134-146. 1992.

- LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos” (*Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, 1980). In: PALTÍ, Elías (org.). **Giro linguístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. pp. 237-293.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LEITE, Dante Moreira. **O Caráter nacional brasileiro: Descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos**. 1954. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 7, n. 14, p. 376-437, jul/dez. 2005.
- LIMA, Jose Adil B. de. **A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946)**. 2017. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo.
- LIMA, Luiz Costa. A pouco cordial cordialidade. **Revista da USP**, São Paulo, n. 110, p. 107-114. jul-set. 2016.
- LYNCH, Christian. Cartografia do pensamento político brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 19, jan-abril. 2016. p. 75-119.
- LÖWY, Michael. **A Jaula de Aço: Max Weber e o Marxismo Weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014. 140 p.
- _____. **Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa central: um estudo de afinidade eletiva (*Rédemption et Utopie*)**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo. 2005. 159 p.
- MATA, Sergio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87. 2016.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Posfascio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MILLIET, Sérgio. Raízes do Brasil. **O Estado de São Paulo**., São Paulo, 18 nov. 1936, p. 4.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

- _____. **Signo e Desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil.** São Paulo, Hucitec, 2015.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas.** Campinas: Unicamp, 2008. 718 p.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).** 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1977. 387 p.
- NICODEMO, Thiago. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**, Ouro Preto, Edufop, n.14, p. 44-61, abril. 2014.
- _____. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 159-180. 2016.
- ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico (1979).** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349 p.
- PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 16, n. 47, p. 5-30, out. 2001.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 447 p.
- RAMIREZ, Paulo Niccoli. **Dialética da Cordialidade: Afinidades eletivas benjaminianas no Pensamento Político e Social de Sérgio Buarque de Holanda.** 2007. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968: A Paixão de uma Utopia.** Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1988. 220 p.
- RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** (*La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000). Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 535 p.
- RICUPERO, Bernardo. “História e política em *Formação do Brasil contemporâneo*”. In: PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (1942).** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 419-430.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **O exílio do homem cordial: ensaios e revisões.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

- RODRIGUES, Henrique Estrada. **Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda**. 2005. 171 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RODRIGUES, José Honório. A historiografia brasileira e o atual processo histórico. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, LXXIII, p. 5-24. 1959.
- _____. **Teoria da História do Brasil** (1949). 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 2-3, 1967.
- _____. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SORÁ, Gustavo. A arte da amizade: José Olympio, o campo de poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros. **Antropolítica**, Niterói, n. 30, p. 49-71, jan-jun, 2011.
- _____. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, feb. 1998.
- TOLENTINO, Thiago. Autoria, história intelectual e reflexões sobre a “cultura intelectual brasileira”. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 5, n. 10, p. 151-184, dez. 2013.
- TRAVERSO, Enzo. **Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory**. New York: Columbia University Press, 2016. 290 p.
- VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40. 2016.
- VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 97-105.
- WEBER, Max. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Ciência e Política: duas vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.
- _____. A Ciência como vocação (*Wissenschaft als Beruf*, 1917). In: **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, Lisboa, 2005.
- _____. A Política como vocação (*Politik Als Beruf*, 1919). In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982., p. 152-153.

- WEGNER, Robert. **A conquista do oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. 275 p.
- _____. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). Edição comemorativa de 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Raízes do Brasil: uma obra aberta que convida para o diálogo. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** [online], n. 205, 20 nov. 2006. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=600&secao=205. Acesso: outubro de 2017.
- WEIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, jun. 2011.
- WOLIN, Richard. **The Seduction of Unreason**. The Intellectual Romance with Fascism from Nietzsche to Postmodernism. Princeton: Princeton University Press, 2004. 375 p.